

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**LUCIANO VITOR DIAS LIBERATO**

**UM ESTUDO A RESPEITO DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PARA OS  
CURSOS DE CAPACITAÇÃO NO CAMPO LGBT:  
ALGUMAS REFLEXÕES EM EDUCAÇÃO.**

**CURITIBA**

**2012**

**LUCIANO VITOR DIAS LIBERATO**

**UM ESTUDO A RESPEITO DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PARA OS  
CURSOS DE CAPACITAÇÃO NO CAMPO LGBT:  
ALGUMAS REFLEXÕES EM EDUCAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha: Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Quintal de Freitas

**CURITIBA**

**2012**

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Liberato, Luciano Vitor Dias

Um estudo a respeito dos documentos produzidos para os cursos de capacitação no campo LGBT: algumas reflexões em educação / Luciano Vitor Dias Liberato. – Curitiba, 2012. 197 f.

Orientadora: Profª. Drª. Maria de Fátima Quintal de Freitas  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

1. Direitos dos homossexuais. 2. Minorias sexuais – Saúde.  
3. Antropologia educacional. 4. Educação – Políticas públicas.  
5. Homofobia. I. Título.

CDD 370.19



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



## PARECER

Defesa de Dissertação de **LUCIANO VITOR DIAS LIBERATO** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS, DR<sup>a</sup> JUSAMARA VIEIRA SOUZA, DR. ALESSANDRO SOARES DA SILVA e DR<sup>a</sup> REGINA MARIA MICHELOTTO, arguíram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“UM ESTUDO A RESPEITO DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PARA OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO NO CAMPO GLBT: ALGUMAS REFLEXÕES EM EDUCAÇÃO”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR. MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS		Aprovado
DR <sup>a</sup> JUSAMARA VIEIRA SOUZA		APROVADO
DR <sup>a</sup> ALESSANDRO SOARES DA SILVA		Aprovado
DR <sup>a</sup> REGINA MARIA MICHELOTTO		Aprovado

Curitiba, 17 de maio de 2012.

**Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva**  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Matr.: 463129



## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho não estaria constituído no que ele se tornou hoje se não fossem as tantas pessoas que colaboraram, entendendo o objetivo deste trabalho e compreendendo a sua importância para a sociedade, quando requisitados a disponibilizar os materiais, a prestar informações adicionais e a colaborar das mais variadas formas.

Agradeço ao REUNI/ CAPES pela bolsa concedida durante o período da pós-graduação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade, compreendidos no seu coletivo de funcionários e professores, os quais sempre estiveram a pronto atendimento, com atenção e auxiliando quando necessário.

Agradeço a meu pai, José Lafaiete Liberato, por acreditar em mim, possibilitando-me continuar os meus estudos, quando o cenário não apresentava-se favorável para tanto, compreendendo a importância de mais esta etapa formativa em minha vida e os frutos que dela virão.

Agradeço com o mais tenro sentimento de amor e graça à minha mãe, Nita Dias Liberato, pela cumplicidade, pelo companheirismo, por estar comigo nos momentos mais difíceis, por estar comigo sempre quando dela precisei. Por ter me acompanhado em mais esta trajetória, por todo carinho e confiança depositado no sonho que seria continuar os meus estudos e pelo amor constante que se realizou nas mais diferentes ações. Agradeço, principalmente, por ser minha força, meu guia, minha cabeça, quando a minha se ausentava, meu acalento quando o desespero se instalava, meus olhos quando eu nada enxergava e a paz que esta me proporcionou, oferecendo-me os sentimentos mais puros e positivos, ensinando-me a levantar com a cabeça erguida e seguir adiante, quaisquer fossem os infortúnios que se apresentavam.

Agradeço às minhas irmãs, Luciani Cristina Dias Liberato e Lafany Cristina Dias Liberato, por estarem sempre presentes na minha vida, por todo apoio que me deram durante a trajetória do mestrado, por toda atenção e paciência que dedicaram quando dos momentos em que não poderia estar junto.

Agradeço a Felipe Martins Greiner, Vitor Rodrigo Diniz, por terem feito parte, em um momento ou outro, desta etapa tão importante que se constituiu o Mestrado, com paciência aos assuntos referentes ao Mestrado, à pesquisa, aos meus argumentos, à constante impaciência e loucura que ora instalava-se quando do não entendimento referente a alguns fatores que encontrava-se pelo meio do caminho, bem como pelo não compreensão de certas atitudes do ser humano.

Agradeço a João Sabino Salviano Alves pela partilha de todos os momentos desde os mais alegres aos mais tristes, tendo estado ao meu lado em situações das quais o seu apoio foi fundamental para que eu pudesse prosseguir tranquilo e confiante quando me encontrava em profundo nervosismo e stress, os quais fazem parte desta caminhada. Pelo acalento, companheirismo e amor.

Agradeço a Toni Reis, pelas informações prestadas e pelos diálogos produtivos acerca do Movimento LGBT e políticas públicas, de onde o compreensão de fatores, um tanto embolados, trancafiados na falta de transparência, foram necessários e produtivos.

Agradeço a Márcio Marins, pelos diálogos produtivos em torno do Movimento LGBT, pela prestação de informações referentes ao campo LGBT, agregando informações e perspectivas, muitas vezes não descritas nos livros, de onde a vivência enquanto ativista, possibilitou o compreendimento de uma história não revelada.

Agradeço aos meus amigos do NUPCES, os quais sempre estiveram na torcida a cada passo deste trabalho, agregando contribuições imprescindíveis no que se refere à melhoria desta pesquisa, contribuindo com suas experiências e caminhadas para a minha própria experiência e caminhada, enriquecendo-as.

Agradeço às pessoas contatadas para esta pesquisa, que são muitas e inúmeras, pela paciência para com este pesquisador, quando este retornava

inúmeras vezes até ser entendido e compreendido nos pedidos que foram realizados acerca dos materiais aqui apresentados.

Agradeço às pessoas que prestaram informações complementares para os dados desta pesquisa, quando estes dados não encontravam-se oficialmente nas páginas ou redes sociais, sendo necessário, tendo que recorrer a cada uma destas pessoas nas redes sociais, perguntando-as e, quando do não atendimento em relação à solicitação da informação, encadeando uma rede de outras pessoas que possibilitassem que tal informação fosse dada de forma correta a complementar o que faltava. A todas estas pessoas, meu muito obrigado!

Agradeço aos meus colegas de Pós-Graduação, tanto do Mestrado quanto do Doutorado, pelas contribuições a esta pesquisa quando das conversas entre um intervalo e outro de aula, das conversas de corredores e fora da academia.

Agradeço à minha orientadora, Maria de Fátima Quintal de Freitas, a quem tenho profunda admiração enquanto pesquisadora e pessoa, com a qual pude aprender, nesse curto espaço de tempo, seja como pesquisadora, com contribuições oriundas da Psicologia Social Comunitária, seja, como pessoa, enquanto seriedade e produção científica voltada à contribuição social.

Agradeço a todas as outras pessoas que, por falha da memória humana, ficaram aqui ausentes, mas que sintam-se abraçadas e recebam o meu muito obrigado! Por quaisquer que foram as suas contribuições.

Agradeço ao pessoal do Movimento LGBT, compreendidos no âmbito da Aliança Paranaense LGBT, com as quais convivi neste período do Mestrado e as quais, contribuíram e enriqueceram este trabalho com as suas experiências enquanto pessoas, pela suas demonstrações de luta à constituição de uma Cidadania LGBT enquanto ativistas e pela prestação/colaboração de informações importantíssimas que me auxiliaram a entender e compreender o Movimento LGBT na prática, fazendo e acontecendo no cotidiano, o aprendizado de cada dia.

Agradeço, principalmente, a Alberto Alexandre Schmitz II a quem o meu muito obrigado! é pouco para externar o quão grandiosa foi a sua presença e importância nesta pesquisa. Desde o primeiro contato com este ser humano incrível, o qual trabalhava no centro de documentação (CEDOC), uma das fontes de pesquisa deste trabalho, a atenção, a colaboração e a disponibilidade, sempre estiveram presentes. A amizade constituída no caminhar desta pesquisa e o fortalecimento desta no contemporâneo, foi e é imprescindível para que não somente a colaboração enquanto fornecedor de materiais, informações fossem necessários, mas também, o diálogo constante e a paciência nas discussões que se travavam durante os encontros que se deram nas idas ao CEDOC, primeiramente e, à Aliança Paranaense LGBT, posteriormente. Aprendi com este menino-homem, o quão importante é o ativismo dentro do Movimento LGBT e, através do seu engajamento enquanto ativista, enquanto responsável pelas ações do Centro da Paranaense da Cidadania (CEPAC) na figura, hoje, de Presidente da mesma, me possibilitaram um novo olhar ao Movimento LGBT, desconstruindo alguns preconceitos que este pesquisador tinha quando da entrada no contexto do campo LGBT. Aprendi com Alberto Alexandre Schmitz II, que a boa vontade, a disponibilidade, a simpatia, são apenas alguns dos elementos que o constitui como ser humano especial, mas que, a sua força enquanto ativista, a sua criatividade, a sua vontade de fazer acontecer, o trabalho sério, responsável e a dedicação, impulsionam toda e qualquer adversidade que se encontre caminho à frente e que, por mais que o caminho se apresente tortuoso e íngreme, a presença de pessoas como esta, enriquecem e engrandecem a vida da gente.

Há um casamento que ainda não foi feito no Brasil: entre o saber acadêmico e o saber popular. O saber popular nasce da experiência sofrida, dos mil jeitos de sobreviver com poucos recursos. O saber acadêmico nasce do estudo, bebendo de muitas fontes. Quando esses dois saberes se unirem, seremos invencíveis.

Leonardo Boff

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar, sistematizar e dar visibilidade aos materiais produzidos nos cursos de formação/capacitação ofertados pelas ONGs ligadas ao movimento LGBT dirigidos à sociedade civil. A metodologia deste trabalho constou de um trabalho inicial de mapeamento das ONGs afiliadas à ABGLT, utilizando para isso as ferramentas de busca Google e redes sociais, além da busca e acesso a uma variedade de documentos e materiais impressos, existentes no Centro de Documentação em Curitiba. Os cursos propostos e possíveis ações em prol da defesa dos direitos humanos ligados ao campo LGBT puderam ser identificadas e reunidas, dentro de uma proposta de sistematização e reunião destas informações, incluídos em um processo de análise presente em uma pesquisa documental, como a que foi realizada. Estes documentos e suas informações foram catalogados e separados em cinco eixos temáticos, buscando verificar como se dão as diferentes perspectivas nos cursos de formação/capacitação encontrados nestas ONGs no Brasil. Esses eixos referem-se à ênfase dada nos cursos de formação e capacitação em termos de se preocuparem com: defesa/preservação dos direitos humanos, prevenção em saúde, enfrentamento do preconceito e discriminação, formação de lideranças, formação de professores. Algumas reflexões podem ser apresentadas quanto ao papel da educação neste campo, para a formação de novas lideranças e para a capacitação de docentes para lidarem com a temática em sua atuação, referenciando-se também com as propostas das políticas públicas como o Programa Brasil sem Homofobia. Pôde-se perceber que a maioria destes documentos acaba tendo um acesso e divulgação restritos, quase sempre circunscritos ao espaço das ONGs.

**Palavras-Chave:** Cursos de capacitação em LGBT. ONGs LGBT. Cursos de formação, educação e LGBT.

## **ABSTRACT**

This work had as objective to identify, systematize and visibility the materials produced in the formation/capacity courses that are offered by NGOs linked with LGBT's movement directed to civil society. The methodology of this work included with a initial mapping work of these NGOs linked to ABGLT, using for that search tools Google and social network besides the search and access to a variety of documents and materials printed existing at the Documentation Center in Curitiba. The proposal courses and the possible actions in defense of human rights linked to the LGBT area could be identified and reunite inside a proposal of sistematization and reunion of these informations included in an analysis process presentes in a documental search as it was realized. These documents and their informations were cataloged and separated in five thematics axes trying to identify how are the different perspectives in these formation/capacity courses found in these NGOs in Brazil. These axes refers to the emphasis that was given in courses of formation and capacity in terms of be worried/take care of: defense/preservation of human rights, health prevention, confrontation against prejudice and discrimination, leadership training, teacher training. Some reflections can be presented as the role of Education in this area , to new leadership training and to training teachers to deal with this themes in their performance, taking references with proposals of public policies as Program Brazil Without Homophobia too. It could be possible to see that most of these documents ends with a restricted acess and disclosure, almost always limited to NGO's space.

**Keywords:** Capacity courses in LGBT. NGOs LGBT. Formation courses, education and LGBT.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 APRESENTANDO A PROBLEMÁTICA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	11
<b>2 DA VIDA CONCRETA À PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
2.1 ANTES DA EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA.....	18
2.2 DURANTE A GRADUAÇÃO.....	19
2.3 O MOMENTO DE SER PROFESSOR .....	21
2.4 PROFESSORES NO CAMPO LGBT.....	27
2.5 OS MATERIAIS VOLTADOS AO PROFESSORADO .....	30
<b>3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
3.1 DA ENTRADA NO CONTEXTO DA PESQUISA: ongs, cursos e documentos no Brasil e no Paraná.....	33
3.2 ONGS: DOCUMENTOS E MATERIAL NO CEDOC.....	38
3.3 UM POUCO SOBRE A ABGLT E ACESSO VIA INTERNET.....	39
3.4 CURSOS DE CAPACITAÇÃO: UM PANORAMA DO QUE HÁ NO BRASIL....	44
3.5 CURSOS DE CAPACITAÇÃO/ FORMAÇÃO NO PLANO NACIONAL.....	46
3.5.1 EIXO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	49
3.5.2 EIXO: PREVENÇÃO EM SAÚDE.....	69
3.5.3 EIXO: DIREITOS HUMANOS.....	75



3.5.4 EIXO: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS.....	78
3.5.5 EIXO: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.....	85
3.6 CURSOS DE FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO NO PARANÁ.....	85
3.6.1 EIXO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	87
3.6.2 EIXO: PREVENÇÃO EM SAÚDE.....	92
3.6.3 EIXO: DIREITOS HUMANOS.....	95
3.6.4 EIXO: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS.....	96
3.6.5 EIXO: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO.....	99
<b>4 O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA.....</b>	<b>102</b>
4.1 ALGUNS ACONTECIMENTOS.....	102
4.2 UM MUNDO QUE FUNCIONA A DURAS PENAS.....	109
4.3 DO ANONIMATO À MÍDIA.....	110
4.4 BREVES CONSIDERAÇÕES .....	113
4.5 PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E OS RECURSOS.....	117
4.6 DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS.....	121
4.7 O OUTRO LADO DA MOEDA.....	122
4.8 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO.....	124
<b>5 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>128</b>
5.1 DEPOIS DE TANTO CAMINHAR.....	128
5.2 A EDUCAÇÃO NO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA.....	132

5.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS VOLTADOS À EDUCAÇÃO.....	136
<b>6 ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>150</b>
6.1 DAS DESCOBERTAS.....	150
6.2 O SOBE E DESCE DAS ONGS.....	163
6.3 MATERIAIS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS: ACERVO E VISIBILIDADE.....	166
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>180</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTANDO A PROBLEMÁTICA E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Preconceito, discriminação, segregação, *bullying*, homofobia. Estas são algumas das considerações que se fazem, no que diz respeito ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) frente à sociedade em que vive-se contemporaneamente. Desse modo, frente a todas estas adversidades pela qual passa a população LGBT, o Governo Federal lança em 2004, o “Programa Brasil Sem Homofobia”, na tentativa de constituir uma política pública que garantisse a dignidade destes cidadãos, os quais a sociedade assim não os considera.

A pesquisa realizada pela UNESCO “Juventudes e Sexualidades”, é publicada no mesmo ano (2004) da implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia”, o qual surge com a perspectiva de combater os índices alarmantes de homofobia na realidade brasileira, materializando uma das várias ações e programas coordenados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Sendo assim, a pressão realizada pelo Movimento LGBT que, por anos e anos, registrou os violentos atos/casos de homofobia contra os seus membros e a violação dos seus direitos enquanto cidadãos, passou a ter resultados quando da implementação dessa política pública.

Dessa maneira, o “Programa Brasil Sem Homofobia” consistiu uma ação necessária para a construção de uma cidadania LGBT, através do conjunto de ações que viabilizassem a permanência da população LGBT nas diferentes esferas sociais, bem como, garantindo o seu livre acesso e os seus direitos enquanto pessoas dignas como outras quaisquer. Neste contexto, realizaram-se parcerias entre os setores da sociedade civil, articulando-se, para a implementação de tal política pública. Tendo a participação da sociedade civil juntamente com o Movimento LGBT, a implementação desta política pública tornou-se possível na articulação entre os planos Federal, Estadual, Municipal, com o apoio de órgãos não governamentais (ONGs), Secretarias e Universidades. Desta forma, através dos recursos previstos nas propostas desta política pública, as diferentes ONGs, para o desenvolvimento de suas ações, oferecem vários cursos de formação/capacitação tanto para a sua população quanto para a sociedade em geral.

Quando estes cursos terminam, são produzidos pelas ONGs envolvidas,

materiais que versam sobre os conteúdos e a metodologia empregada, produção esta, exigida como contrapartida, dos recursos obtidos e, cujo compromisso, encontra-se firmado nos editais, quando da submissão dos projetos às Secretarias ou instâncias avaliadoras.

Este estudo versa sobre os cursos de formação/capacitação que são ofertados pelas organizações não governamentais LGBTs, em uma proposta de enfrentamento da homofobia e das ações que se fazem necessárias para a melhoria da qualidade de vida e a garantia da não violação dos seus direitos. Nesse sentido, tais cursos abordam as mais diferentes temáticas (educação, diversidade sexual, orientação sexual), e foram, no estudo aqui realizado, sistematizados em torno de cinco eixos (formação de professores, direitos humanos, prevenção em saúde, formação de lideranças e preconceito e discriminação) que emergiram a partir da análise que permitiu reuni-los, de acordo com as suas semelhanças e diferenças. Além disso, os cursos são apoiados, na perspectiva do Movimento LGBT, tendo como pano de fundo uma proposta de trabalho com os Direitos Humanos e a Educação, como contribuição à sociedade em suas ações.

Para tanto, foi realizado um mapeamento a partir das ONGs afiliadas à ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), na tentativa de identificar ações do Movimento LGBT a um plano nacional e compreendê-lo em suas ações para com a defesa dos seus direitos. Após este mapeamento acerca do Movimento LGBT, foi realizado um levantamento dos cursos de formação/capacitação, com a finalidade de categorizar e analisar quais são estes cursos e como estes são desenvolvidos, quais os seus conteúdos, público-alvo, objetivos e propostas de contribuição social. Pretendeu-se com isso, compreender como a política pública estaria sendo implantada apoiando o Movimento LGBT.

A partir dos cursos encontrados, que foram sistematizados e agrupados, obteve-se o conhecimento acerca dos materiais produzidos por estes cursos de formação/capacitação. Estes materiais foram elaborados tanto para a utilização nesses cursos como contraproposta dos mesmos em produzir um material sobre a formação desenvolvida, informando sobre sua metodologia, conteúdos e experiências. Estes materiais compreendem cursos encontrados tanto em âmbito nacional, e quanto desenvolvidos no Estado do Paraná. Desta forma, esta pesquisa justifica-se pela sua importância enquanto contribuição para o Movimento LGBT junto à sociedade, em termos de serem conhecidos e divulgados, as propostas de

enfrentamento da homofobia nos mais diversos campos sociais (escola, família, trabalho), que as ONGs ligadas a este movimento, têm desenvolvido.

A contribuição deste estudo aparece de várias formas: um primeiro aspecto refere-se ao fato de que esta política pública do “Programa Brasil Sem Homofobia”, tem implicado em resultados e visibilidades das diferentes ações de defesa dos direitos humanos neste campo. Um segundo aspecto refere-se ao fato desses cursos realizados pelo Movimento LGBT, serem destinados tanto para a sociedade (na perspectiva dos cursos de formação/capacitação de professores e/ou liderança de jovens) quanto para os LGBTs, em específico (a exemplo dos cursos voltados ao público de gays, travestis, formação de lideranças no próprio movimento social). E, uma terceira importância estaria na visibilidade destes cursos e na possibilidade de exploração destes materiais, que têm ficado segregados em seus espaços de origem, uma vez que, não há circulação comercial destes e nem articulação dos mesmos em relação às próprias ONGs, no sentido de posse e manuseio de tais materiais. Assim, um fruto deste estudo estaria em possibilitar esta divulgação de modo mais sistematizado.

Esta pesquisa tem viabilidade de realização, embora tenham sido tortuosos e difíceis os caminhos percorridos para se chegar às informações a respeito das ONGs, dos cursos de capacitação e dos materiais produzidos a partir destes cursos. A pesquisa apresentou relevância, no que diz respeito a trazer estas informações à sociedade civil, a qual, muitas vezes, desconhece as ações que o próprio Movimento LGBT realiza na intenção de (re)estabelecer com a sociedade que a rejeita e discrimina, este público LGBT

Esta pesquisa apresenta um caráter documental, a qual se assemelha muito a pesquisa bibliográfica. Segundo GIL (2010) diz que:

A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc. (GIL, 2010, p. 30).

No entanto, as etapas do processo da pesquisa bibliográfica correspondem, de acordo com Gil (2010, p.45) a:

- a) escolha do tema;
- b) levantamento bibliográfico preliminar;
- c) formulação do problema
- d) elaboração do plano provisório de assunto;
- e) busca das fontes;
- f) leitura do material;
- g) fichamento;
- h) organização lógica do assunto
- i) redação do texto

Ao passo que na pesquisa documental, as etapas constituem-se da seguinte forma:

- a) formulação do problema;
  - b) elaboração do plano de trabalho;
  - c) identificação das fontes;
  - d) localização das fontes e obtenção do material;
  - e) análise e interpretação dos dados;
  - f) redação do relatório
- (GIL, 2010, p.65)

Sendo assim, apresentadas as diferenças existentes entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, compreende-se a importância destes documentos quando depara-se com os diferentes tipos que podem vir a ser analisados, de acordo com o tipo de pesquisa e seus objetivos. Isto compreende dois tipos de materiais:

Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (GIL, 2010, p.51).

No entanto, apesar das pesquisas bibliográfica e documental diferenciarem-se de acordo com as fontes selecionadas, de uma para outra, a pesquisa documental segue os passos da pesquisa bibliográfica que compreendem quatro passos: “identificação, localização, compilação, fichamento” (MEDEIROS, 2005, p. 48).

Estas fontes, utilizadas para a pesquisa documental, compreendem, de acordo com Gil (2010),

1. documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações; 2. documentos pessoais, como cartas e diários; 3. material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites; 4. documentos jurídicos, como certidões, escrituras, testamentos e inventários; 5. documentos iconográficos, como fotografias, quadros e imagens; e 6. registros estatísticos. (GIL, 2010, p.31).

Neste sentido, os materiais recolhidos para esta pesquisa compreendem desde *folders*, manuais, guias, livros e publicações governamentais, sob o formato de documentos de papel e que foram acessados tanto físico quanto virtualmente. Posteriormente, foram sistematizados de acordo com alguns critérios para a reunião destes materiais, distribuídos por semelhanças, diferenças, conteúdos e finalidades.

Esta pesquisa buscou reunir informações referentes às ONGs cadastradas e afiliadas à ABGLT, como possibilidade de compreensão e conhecimento do Movimento LGBT, permitindo visualizar como se dão os seus modos de ser/estar na sociedade, suas formas de articulação em relação ao Governo Federal, e as outras ONGs e o modo como estas, utilizam-se da política pública criada para fins de enfrentamento da homofobia e atendimento à sua população.

Este estudo tem o objetivo de dar visibilidade às ações presentes nas propostas dos cursos de formação/capacitação ligados ao Movimento LGBT e pautados pela perspectiva dos Direitos Humanos, com vistas ao fortalecimento de uma cidadania LGBT. Para isso, foram primeiramente, localizadas as ONGs afiliadas à ABGLT, para posteriormente, identificar as ações que desenvolveram em prol da cidadania LGBT e das propostas dos seus cursos de formação/capacitação. Foram, então, localizados os materiais referentes aos cursos, reunindo informações sobre os mesmos, finalidades de utilização destes materiais nos cursos, época de realização, se houve ou não publicação dos resultados após os cursos, e identificação das ações dentro do Movimento LGBT para o enfrentamento da homofobia.

Outra forma deste estudo está na apresentação e descrição das linhas mais relevantes da política pública expressada no “Programa Brasil Sem Homofobia”, compreendido como uma forma de ação social, emanadas das diferentes esferas públicas buscando alcançar a população-alvo. Em seguida, buscou-se apresentar algumas reflexões a respeito das aproximações entre as propostas presentes nos

curso de formação/capacitação, ministrados e organizados pelas diferentes ONGs, as linhas diretoras dos programas de defesa dos direitos e diversidade sexual, presentes no “Programa Brasil sem Homofobia”. Pretendeu-se trazer também reflexões para o papel da educação e dos docentes como formadores neste campo da diversidade sexual.

Apresentou o acesso aos cursos de capacitação/formação que o Movimento LGBT oferta, como contribuidor social para com o trato nas questões referentes à diversidade sexual e amenização dos estigmas, preconceito, discriminação e segregação pelo qual passam os LGBTs, sinalizando as ações possibilitadas por estas ONGs a partir da política pública que os subsidia, no sentido de oferecer tais cursos e colaborar com o Governo Federal no controle e manutenção das estatísticas a respeito dos atos de homofobia e ações em prol da cidadania LGBT. Ainda, contribuiu para a visibilidade destes cursos e da produção dos materiais originados a partir destes, revelando a importância que tais materiais têm no processo educativo, enquanto possibilitador de entendimento/compreendimento das diferenças a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, focando na dignidade da pessoa, sua humanização e tentando retirar e/ou buscar desmistificar os estigmas sociais que foram impostos a esta população, os quais violam seus direitos enquanto cidadãos.

O primeiro capítulo traz uma descrição do processo de coleta destes materiais, bem como as suas categorizações em cinco grandes eixos temáticos de acordo com as preocupações predominantes no desenvolvimento das formações e capacitações.

O segundo capítulo traz uma descrição dos principais aspectos presentes no “Programa Brasil Sem Homofobia”, estendendo-se para algumas relações no campo das Políticas Públicas em termos do processo de elaboração de candidaturas para projetos de financiamento nesse campo. São apontados esses aspectos em relação às ONGs, seus benefícios, suas dificuldades e suas ações entre o Governo Federal e o Movimento LGBT Brasileiro.

No terceiro capítulo apresenta-se uma reflexão a respeito da Educação e os cursos de capacitação no campo LGBT, trazendo possíveis indicações para se pensar a Educação dentro do “Programa Brasil Sem Homofobia”, assim como em outras propostas de Políticas Públicas nessa área.

O quarto e último capítulo trazem a apresentação dos materiais identificados



sobre os quatro eixos categorizados, em que estes são analisados.

E, finalmente, são apresentadas as seções da referência bibliográfica utilizada e os anexos contendo informações a respeito das ONGs afiliada à ABGLT, assim como uma listagem com as informações principais de localização das mesmas e dos cursos promovidos por região.

## 2 DA VIDA CONCRETA À PESQUISA

### 2.1 ANTES DA EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA

O interesse e preocupação com a temática da diversidade sexual aconteceram muito antes do presente pesquisador ter vivido a experiência como professor no ensino fundamental. Ainda como pertencente ao Ensino Médio, foi possível observar as variações e diferenças que se manifestavam nas várias interações expressadas na figura do professorado e do alunado, deixando transparecer formas diversas de preconceito e segregação em relação aos temas do campo LGBT (Lésbica, Gays, Bissexual, Travestis e Transsexuais) no espaço escolar. Mesmo não diretamente indicado e como uma observação assistemática, presenciavam-se algumas atitudes de exclusão, de ira ou mesmo de avaliação negativa para aqueles, no espaço escolar, que tinham “trejeitos” que supostamente poderiam indicar possuírem uma orientação sexual diferente da heterossexual.

Estando a viver em uma cidade interiorana, com uma população que não excedia a casa dos 20 mil habitantes e tendo uma forte presença de valores religiosos conservadores, era mais fácil perceber que os modos e costumes tradicionais estavam mais arraigados nos cidadãos, reproduzindo assim valores e comportamentos que enquadravam-se em um balizamento cristalizado nos princípios tradicionais e na delimitação rígida dos papéis e valores do “ser” feminino e masculino. Assim, qualquer um que parecesse diferente, teria sobre si os olhares diferentes e receberia outros tratamentos interpessoais, distintos dos oferecidos e aceitos. Ficava assim muito visível, em especial, nos espaços escolares, aqueles alunos LGBT que acabavam recebendo avaliações negativas dirigidas, inicialmente, aos seus comportamentos e movimentos corporais como um julgamento sobre sua orientação sexual. Mesmo que não houvesse certeza quanto à orientação sexual do aluno, este era tratado de forma diferente, pela sua suposta feminização/masculinização e ligados às demais características e mudanças posturais que apresentava, colocando-o em uma posição de destaque, porém dos julgamentos negativos e conservadores que implicavam em reduzir todo seu valor e totalidade humana aos possíveis “trejeitos” de postura e movimentos.

Este quadro gerava, assim, o isolamento do aluno tido como diferente em relação aos demais alunos, sendo muitas vezes, rechaçado pelo grupo do mesmo gênero, sofrendo o que hoje se denomina como *bullying* e às vezes, sendo acolhido pelos colegas do sexo oposto, embora não sendo via de regra. Pode-se dizer que havia, no âmbito da escola pública, uma certa invisibilidade e silenciamento na sala de aula; sendo que na escola privada, este cenário de rejeição-acolhimento variava em função dos interesses e sobrenomes de importância social na cidade. Talvez valha a pena indicar, aqui, que isto acontecia nas escolas, no Ensino Médio, fazendo com que alunos, com essas características, tornavam-se o foco das posturas discriminatórias dos professores e colegas sendo que, em várias situações, muitos desses alunos ainda nem “sabiam” ou tinham certeza sobre a suposta orientação sexual que já os tornava alvo dessas atitudes.

## 2.2 DURANTE A GRADUAÇÃO

No momento da graduação, pesquisador escolheu o tema da diversidade sexual dentro do espaço escolar como um modo de fazer um projeto de investigação. Inserido no curso de Letras Português/Inglês, era esperado que o tema fosse de acordo com uma das áreas voltadas à Língua Portuguesa, Linguística, Literaturas ou Língua estrangeira, mas o tema de trabalho de conclusão de curso foi dentro da área de Educação e na temática ligada aos LGBTs em âmbito escolar e o tratamento destinado a eles.

O efeito produzido pela escolha do tema de acordo com o tema escolhido foi, no primeiro momento, de não entendimento seguido por uma não aceitação velada por parte da classe. Entretanto, a necessidade de estudar este tema fortificou-se diante da verificação que Ensino Fundamental/Médio havia um tratamento dado à temática da diversidade sexual no espaço escolar, como sendo pautado por atitudes de senso comum e de exclusão nas relações diárias.

Durante os quatro anos da graduação não foram encontradas linhas de pesquisa que tratavam ou estudavam, especificamente, o tema da diversidade sexual; tendo havido um grupo de estudo, constituído por um docente e dois a três estudantes, que realizavam incipientes discussões sobre esta temática, ao lado de debates do campo das relações étnico-raciais, de gênero, etárias e classe social.

No tocante aos projetos/ cursos de extensão que se voltavam à discussão acerca da diversidade sexual, não havia a presença de nenhum que fizesse referência e tratasse desse tema de forma aberta. Não houve também eventos ligados a essa temática, e os que eram promovidos regeriam-se à linha de investigação predominante nos cursos.

Na área da geografia, este autor teve a oportunidade de trabalhar com uma pesquisadora cujo campo de atuação referia-se às questões referentes ao gênero e espaço, onde haviua também o debate relativo às formas de segregação e exclusão. Foi então feita uma espécie de “parceria” que permitiu compreender questões da diversidade sexual em um plano outro que não o da formação pedagógica, buscando uma união de saberes e de correspondência quanto à luta e visibilidade de discussão de temas relacionados à diversidade sexual no contexto da Universidade. A partir daí, entrou-se em contato com a única ONG (na época) da cidade de Ponta Grossa, a ONG intitulada “Renascer”, cujo atendimento era voltado a travestis/transsexuais e profissionais do sexo. Esta ONG, de pequeno porte, estava localizada em um bairro de periferia, com espaço compreendido numa proporção de menos de 30 metros e com poucos recursos. Ela atendia a população de travestis/transsexuais e profissionais do sexo e, em parceria com o GETE (Grupo de Estudos Territoriais) coordenado pela professora líder desse grupo de pesquisa, firmou parceria com a Universidade na tentativa de inserir as travestis e transsexuais na academia, sendo precursor este movimento na instituição.

Desta forma, estando em contato, por via do estágio na área da geografia, fora do referencial das letras a que deveria estar inserido, com a única ONG que respondia à população LGBT no município de Ponta Grossa, o interesse pelo tema da diversidade sexual foi aguçado. A promoção da maioria dos eventos que ocorriam na universidade eram realizados pelo GETE, em parceria com a ONG Renascer, no qual as travestis e transsexuais eram convidadas a entrar na instituição, no espaço que não lhes era permitido, proferindo discursos sobre sua vida cotidiana, demonstrando suas lutas e o enfrentamento de seus problemas. Isto contribuiu para que este autor concluísse seu curso de Letras Português/ Inglês com o trabalho de conclusão de curso intitulado “Preconceito, Discriminação, Segregação- o discurso contra o homossexual no espaço escolar”, em que foram realizadas entrevistas com gays, travestis, transsexuais, descrevendo um panorama

de preconceito e discriminações que sofriam os LGBTs enquanto inseridos no espaço escolar e as consequências que se originavam a partir disso.

## 2.3 O MOMENTO DE SER PROFESSOR

Quando da realização das leituras referentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais, pôde-se perceber a preocupação já em 1996 (ano de implementação/implantação dos PCNs como modelo norteador da Educação) com a temática da diversidade sexual, a ser incluída nos Temas Transversais, em especial o de Orientação Sexual, onde deveriam ser previstas ações que visassem o melhor atendimento da população LGBT, no espaço escolar como pode ser visto em

A escola, ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, o incluirá no seu projeto educativo. Isso implica uma definição clara dos princípios que deverão nortear o trabalho de Orientação Sexual e sua clara explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho. Para garantir essa coerência, ao tratar de tema associado a tão grande multiplicidade de valores, a escola precisa estar consciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão como parte do processo de formação permanente de todos os envolvidos no processo educativo. (BRASIL, 1996, p. 299).

A leitura e estudo dos PCNs deveriam receber atenção em qualquer licenciatura complementando a formação pedagógica para lidar com temáticas sobre a diversidade sexual. No entanto, pôde-se observar que tais conteúdos também pareciam desconhecidos para os professores, de tal modo que havia posturas antagônicas em sala de aula reveladas pelas piadinhas maldosas, pelas brincadeiras que expunham os alunos apontando-os ou colocando-os em situações vexatórias e que, mesmo que aquele aluno não fosse LGBT, sentia-se acuado em sala de aula, pelos olhares que existiam quando dos momentos das brincadeiras que traziam atenção para si.

Muito foi visto de posturas relacionadas ao preconceito, à discriminação, à segregação, ao bullying e à homofobia no espaço escolar, como aluno de graduação em período de estágio supervisionado em escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio e em diferentes escolas e turnos. Isto quer dizer que um dos problemas educacionais que foi visto já anunciava a preocupação com relação ao que é produzido para estes professores em termos de sua formação pedagógica.

O preconceito ocorre de diversas formas e não é somente o professor que o comete, os alunos também e a comunidade escolar assim o manifestam como um todo, seja por uma marcação corporal reafirmando uma orientação talvez nula, seja pela brincadeira que expõe o aluno quanto pelo preconceito velado e o silenciamento que se faz perante um aluno LGBT que é discriminado ou vê-se em situação de bullying e/ou homofobia. Já a discriminação ocorre de formas próprias, seja pela demarcação do espaço físico onde está o suposto LGBT, seja pela escrita de seus nomes em cadeiras, carteiras e banheiros, seja por ações vexatórias cometidas sob a forma de bullying e, muitas vezes, homofobia. Os PCNs fazem menção a isto quando mencionam que “os professores (e as demais pessoas), mesmo sem perceber, transmitem valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, inclusive na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos” (BRASIL, 1996, p. 302).

A segregação dá-se por conta da localização do LGBT (ou suposto) dentro do espaço de sala de aula e dependências da escola, como recreio e banheiros, onde atos de bullying homofóbico são cometidos contra este, o qual muitas vezes procura a direção da escola a fim de que seja tomada alguma medida ou contra o ato sofrido e que, por vezes, encontra no silêncio escolar, uma inimiga, materializada pelo atendimento dado ao aluno LGBT e pela falta de formação pedagógica e conhecimento para lidar com isso.

Já o bullying, na maioria das vezes, ocorre na própria sala de aula com a presença do professor que muitas vezes percebe e nada fala. Isto é trabalhado nos PCNs ao postularem que “pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1996, p.287).A questão do bullying, hoje tão comentado e discutido na sociedade acadêmica e alvo de atenção quanto à esfera escolar, não restringe-se somente ao

nível aluno-aluno, mas ultrapassa a relação professor-aluno, sendo cometido, em alguns casos, pelos próprios professores em relação aos professores, os quais além de silenciarem diante das posturas dos colegas em relação ao LGBT, reafirmam e refazem a postura empregada pelos demais integrantes da sala de aula.

No tocante à homofobia em si, os PCNs trazem preocupações ao mencionar que “informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo, elevação de sua auto-estima e, portanto, melhores condições de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual” (BRASIL, 1996, p. 302).

Após a conclusão da graduação, uma vez inserido no mercado de trabalho como professor, novos caminhos e novas descobertas iam sendo realizadas, não tão positivamente. A experiência como professor se dá no mesmo contexto do Ensino Médio e suas relações entre professor-aluno, ou seja em uma cidade interiorana, com população próxima de 25 mil habitantes, com valores morais e religiosos arraigados, pré-determinados sobre a postura marcada dos papéis de gênero, ou seja, sobre o que espera-se enquanto postura masculina e feminina.

Além deste contexto, inclui-se aí a figura de um professor homem, do sexo masculino, para trabalhar na Educação Infantil, em uma escola particular. Isto implicou em algumas dificuldades que não dizem respeito à problemática do aluno LGBT em sala de aula ou da presença da diversidade sexual no espaço escolar, mas à simples questão da relação de gênero e à presença do professor de sexo masculino na Educação Infantil.

Como professor homem na Educação Infantil, pareceu que eram enfrentados processos semelhantes aos que se passam com uma professora travesti e/ou transexual em uma escola, seja ela pública ou privada, pelo fato de o preconceito de gênero estar visível aí. Como professor homem na Educação Infantil foi possível visualizar diversas posturas dentre as quais um tempo de experiência maior de adaptação à escola para posterior contratação; o uso de determinada sala X e o fato de esta estar parede a parede com a coordenação, sendo separada por um compensado, na qual era possível escutar todo e qualquer barulho que vinha de

dentro da referida sala de aula; a espera dos pais do lado de fora da sala de aula ou a presença dos mesmos até o término das aulas nos bancos de espera da escola, não acontecendo para as outras salas; o lecionar de portas abertas e ter uma sala com a parte de cima vazada, sendo possível escutar pelo lado de quem está de fora, o que acontece dentro da sala de aula.

Estas foram algumas das dificuldades encontradas como professor do sexo masculino inserido na Educação Infantil em escola particular para turmas mistas. Foram realizadas tentativas de constituir turmas por gênero, sendo em alguns casos, montadas turmas de meninos para o professor pelo correspondente ao gênero e supostos interesses e assuntos correlatos que poderiam ser melhores discutidos e abordados como marcação de gênero e papéis sociais.

Isto serve para exemplificar que os problemas que encontram-se na esfera educacional não são apenas de ordem da relação professor-aluno apenas, mas também, da relação professor-professor, professor-coordenador, professor-espço escolar. As implicações são inúmeras e o fator formação, tanto na graduação quanto na formação continuada, é fator determinante para que estereótipos, preconceitos e discriminações sejam amenizados e/ou sanados por simples questões comportamentais e distinção de papéis de gênero e classificações quanto ao acesso e poder a determinadas turmas e níveis de ensino.

Para tanto, a formação de professores e formação daquele que venha a atuar no plano educacional necessita compreender as questões referentes não somente em específico à diversidade sexual, mas também às questões de gênero/ relações de gênero, para quebrar mitos e visões rígidas sobre a atribuição de salas de aula de acordo com faixa etária e gênero, de modo que não sejam somente as mulheres que devem lecionar na Educação Infantil, e nem só os homens que deveriam estar nas séries mais avançadas. Ou seja, a postura de escolher o gênero para o espaço escolar já torna-se preconceituosa e discriminatória com seus próprios professores, de tal modo que as relações com o processo pedagógico são afetadas e prejudicadas. No tocante às relações de gênero, o que notava-se em termos de organização escolar e coordenação pedagógica, era uma segregação por gênero e o agrupamento por sexo em determinadas turmas que já estavam condicionadas a trabalharem desta forma, sendo muitas vezes rejeitada a hipótese de trabalharem



em modelo misto, com interação entre meninos e meninas dentro de um mesmo grupo.

O passo para o preconceito para com a diversidade sexual era bem mais explícita quando o professor posicionava-se sobre a perspectiva de quebrar a barreira existente entre os gêneros, salientando aspectos que ocorriam entre um e outro e normalizando os discursos contrários que um havia em relação ao outro, um exemplo a ser posto em relação a isso pauta-se na simples troca de cores para colorir uma figura ou escolher determinado objeto para um jogo. Não era possível, aos olhos dos discentes, que fosse escolhido por um menino um pino rosa para brincar de banco imobiliário, por exemplo, sendo as cores uma forma visível de preconceito e dificuldade na mudança de postura.

Quando a figura do professor masculino brincava de modo a quebrar os paradigmas da dicotomia existente entre o masculino e o feminino, apresentavam-se os preconceitos aprendidos com os adultos, pais e família/meio social, no qual era notado, explicitamente através dos discursos, a postura que um e outro reforçava e reafirmava sem ao menos saber o que se estava produzindo. Um exemplo disso era quando o professor colocava-se na postura da utilização de um objeto supostamente feminino, que no entanto, poderia ser unissex, mas que na visão dos alunos, pertencia apenas a um gênero.

Quanto à discriminação, esta vinha precedida do preconceito ao serem postos em situações de troca de gêneros, a exemplo do uso de brincadeiras infantis possíveis e determinadas a um gênero e outro, onde a simples realização da troca ou a possibilidade de se permitir acessar o conteúdo “proibido” do sexo oposto, causava estranheza e discriminação entre o ser “de menino” e o ser “de menina”, sendo necessário, por parte do professor mais uma vez, tentar desnaturalizar tais sentidos.

O bullying apresentava-se intrínseco a tais situações de troca de papéis ou de possibilidades de colocar-se no lugar do outro sem tornar-se aquele outro, mas de experienciar o lado oposto sem o viés do auto preconceito e da auto discriminação aliados à postura negativa que se condicionava para tanto. O bullying ocorria de forma mais acentuada de acordo com a postura dos meninos, por parte do policiamento de gênero que se apreende desde a tenra idade na qual o fator “ser

menino/ser homem” implica em uma ação corriqueira de vigiar-se constantemente e observar o próximo a si nas atitudes e manifestações “aprováveis”.

No tocante à homofobia, esta ficava condicionada à postura de um colega, quando ao entregar-se à brincadeira e à possibilidade de experimentar novas coisas ficava segregado ou era discriminado por ter realizado tal ação e que não entendia como “correta” enquanto postura atribuída ao gênero. Tais casos de homofobia eram mais frequentemente vistos em situações do sexo masculino, no qual a atribuição do peso social ao papel de gênero se constitui mais forte e desencadeador de ações de “virilidade”.

Estas situações serviram para exemplificar a importância da formação de professores e suas ações pedagógicas voltadas não somente para o espaço de sala de aula, mas também, para a ampliação do convívio social com a comunidade escolar, incluindo os pais dos alunos e/ou família. Somente dessa forma, os professores e comunidade escolar poderão avaliar o desenvolvimento dos seus alunos e a postura que tanto os professores quanto o alunado produzem dentro do âmbito da escola, sendo possível assim visualizar as ações referentes ao preconceito, discriminação, segregação, bullying e homofobia e agir de uma maneira pela qual amenize ou torne-se controlável tais ações.

No entanto, a formação de professores contemporaneamente deve contemplar a formação mínima em temas referentes às relações de gênero e diversidade sexual para que estas situações possam ser consideradas pelos próprios professores, avaliando suas posturas como formadores de opinião e de futuros cidadãos e como modelos para, as ações dos seus alunos.

Atualmente, a formação de professores que talvez não contemple tais temáticas em seu currículo de licenciatura, como disciplinas obrigatórias ou ofertadas como optativas, deve buscar na formação continuada de professores, a tábua de salvação da contemporaneidade, na qual o aluno LGBT possa ser compreendido, entendido e atendido de forma digna sem que sejam violados e negados os seus direitos enquanto cidadão.

## 2.4 PROFESSORES NO CAMPO LGBT

A preocupação do sistema educacional em relação ao tema da diversidade sexual têm sido cada vez maior, contrapondo-se à simples curiosidade que havia. Na atualidade tem sido exigido do professorado um conhecimento para que fique cada vez mais atento aos temas atuais e de controvérsia que têm colocado para a escola um “novo” interagir, em defesa dos direitos humanos.

Anteriormente à existência dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a preocupação com a diversidade sexual no espaço escolar não encontrava tanto espaço. Atualmente verifica-se que muitos alunos LGBTs podem passar a ocupar os bancos escolares tentando-se diminuir o preconceito evitando-se ser discriminada de maneira intensa para que seus direitos não sejam violados e negados. Passou-se então a ter cuidado com esta população, até então ainda não explicitamente nomeada LGBT, mas contemplada, de uma forma ou de outra, sob a égide da categoria de Orientação Sexual dentro dos Temas Transversais a serem trabalhados pela Educação, sendo abordados ainda em temas outros, a exemplo da Ética. Dessa forma, uma primeira atenção foi dada através de documentos oficiais que norteavam a Educação para o cuidado para com o atendimento e acesso do aluno LGBT e sua permanência no espaço escolar. No início o tema da diversidade sexual no espaço escolar estava ainda diluído em discussões dentro de outros temas transversais, muitas vezes condicionada às aulas de Educação Sexual e/ou Biologia, podendo haver discussões com algumas abordagens errôneas acerca da diversidade sexual, pautadas no senso comum e na biologicização da diversidade sexual, o que aumentava os casos de preconceito e discriminação.

Isto apontou para a necessidade de uma formação pedagógica correta nos conceitos da diversidade sexual, cujo conteúdo foi sendo cada vez mais importante nos cursos de capacitação de professores, interessados não somente nas discussões sobre a diversidade sexual no espaço escolar, mas também, em materiais que pudessem dar subsídios para a compreensão e entendimento dos integrantes desta mesma diversidade sexual e a apreensão destes enquanto seres humanos com direitos .

Ao longo da década de 2000, ações foram fortalecendo o campo de discussão da diversidade sexual no espaço escolar, promovendo uma abertura quanto às discussões sobre a temática e as preocupações que vinham por parte do professorado quando deparavam-se com um aluno LGBT em sala de aula e o não saber a forma correta de atendê-lo de maneira, fato este que garantia a sua permanência no espaço escolar e a sua proteção enquanto subordinado aos processos de preconceito, discriminação, segregação, bullying e homofobia.

Em 2003, a pesquisa encomendada pelo Banco Mundial intitulada “A Questão de Gênero no Brasil” já viria a demonstrar certa preocupação no que tange à discrepância que encontrava-se referente às questões de gênero, levando em consideração o preconceito e a discriminação pelo qual passavam as mulheres e as diferenças entre o acesso à escola bem como o rendimento escolar de meninos e meninas, além de casos outros como violências e questões de saúde.

Em 2004, a Unesco lança a pesquisa “Juventudes e Sexualidades”, coordenada por Miriam Abramovay, pesquisa realizada em 14 Estados da Federação, no âmbito das escolas públicas, no qual eram demonstrados dados referentes à sexualidade da população jovem, à gravidez e à violência de gênero bem como o alarmante fator da homofobia no qual foram ouvidos pais, professores e alunos e, pela primeira vez, teve-se um panorama acerca da situação do aluno LGBT no âmbito da escola e também suas implicações reveladas sobre a pouca informação (e até a falta dela), o despreparo dos professores/comunidade escolar e o atendimento incorreto (não adequado) a esta população.

A literatura acadêmica passou então a debruçar-se sobre as questões que se referiam à homofobia apoiadas também a partir da implementação e implantação do Programa Brasil Sem Homofobia, cuja proposta de ação voltada à Educação instituía a elaboração de pesquisas a serem realizadas nos âmbitos nacional e Estadual, contribuições da sociedade acadêmica através da realização de premiações e eventos voltados ao trabalho com esta temática e a produção de material instrucional/didático que fosse possível utilizar nas capacitações de professores.

O professor passou então a buscar cursos de formação recebendo subsídios para trabalhar com a temática da diversidade sexual. Os materiais oriundos após a

realização destes cursos, são a concretização do trabalho real no qual as preocupações de outros professores ( quando da apresentação das dúvidas pertinentes) traziam casos reais ocorridos em sala de aula bem como de experiências de trabalhos através do uso de oficinas ou demais metodologias que permitam a exploração do tema.

No entanto, em 2009, a Fundação Perseu Abramo, publicou a pesquisa “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: violência e convivência na escola”, também coordenada por Miriam Abramovay (FIEP, 2009), a qual veio relatar o pouco caminho que havia sido trilhado no espaço de cinco anos a partir da publicação da primeira pesquisa, no qual a percentagem referente à mudança de postura da sociedade escolar em relação ao LGBT, tinha sido de apenas 2,7% , sendo considerado dessa forma, um passo lento a ser trilhado e um longo trabalho de promoção da cidadania LGBT.

No tocante, especificamente, à formação de professores esta tem sido ofertada tanto em âmbito nacional quanto Estadual/Municipal, em uma tentativa de promover os direitos LGBTs e instrumentalizar o professor para o trabalho com tal população na perspectiva dos direitos humanos, a fim de compreender a pessoa LGBT, eliminando o estigma social relacionado.

As capacitações que ocorrem em um plano Nacional, muitas vezes são distribuídas por Estados, elencando cidades como sede polo as quais ficam encarregadas pelos atendimentos presenciais, com a reunião dos professores para um super aula e/ou palestras e eventos temáticos. O mesmo ocorre no plano Estadual, porém, os encontros presenciais servem como uma forma de obter o resultado do tempo de formação online destes professores, no qual é possível concretizar a apreensão dos conteúdos, solucionar as dúvidas, as indagações, os problemas cotidianos, através de conversas entre professores a exemplo de uma troca de experiências.

Os cursos de formação de professores que ocorrem nos municípios não são muitos e não são estendidos a uma proporção grande de municípios como deveria ocorrer devido ao fato da ausência de pessoal especializado que possa ofertar tais cursos, ou da não existência de possibilidade de abertura de um curso presencial,

ficando a cargo do professor interessado, procurar um curso online ofertado via Estado ou um curso particular de formação *latu sensu*.

A maioria dos cursos de formação de professores são ofertados em parcerias com as Universidades, as quais, muitas vezes, acabam tornando-se pólo dos cursos online, realizando etapas presenciais a um determinado tempo de curso decorrido na etapa online. Os cursos presenciais possuem duração variando desde uma semana compreendendo até o período de 2 a 3 meses, dependendo da metodologia e quantidade de módulos que preveem. Neste caso, os profissionais que ofertam estes cursos são professores universitários que possuem conhecimento acerca das temáticas referentes à gênero, diversidade sexual e teoria queer.

Há ainda a oferta de cursos de formação de professores disponibilizados via ONGs, havendo alguns casos em que existem parcerias com Universidades, no qual o profissional habilitado é um LGBT, o que partilha suas experiências cotidianas demonstrando através destas situações, as relações de preconceito, discriminação, segregação, bullying e homofobia sofridos. Este fator dá um valor maior, no que diz respeito à presença de um LGBT e a possibilidade de ter contato com este, ouvindo e realizando uma troca a qual não ocorre em cursos de formação e professores no qual os profissionais não são LGBTs.

## 2.5 OS MATERIAIS VOLTADOS AO PROFESSORADO

Ao pensarmos nos cursos de formação de professores, pensa-se também, em materiais didático-pedagógicos que poderiam auxiliar o professor em sala de aula, seja para conhecimento próprio acerca da temática da diversidade sexual quanto pelo desejo de trabalhar esse conteúdo com seus alunos de uma maneira correta. No entanto, o que se têm produzido a respeito de materiais voltados à formação de professores e para os professores em um sentido pedagógico, ainda encontra uma certa carência, seja por seu número, por sua divulgação e pela abrangência dos conceitos e conteúdos com os quais trabalham..

Desta maneira, o professor que queira desenvolver, por conta própria, discussões no campo da diversidade sexual provavelmente encontrará problema quanto à localização de materiais que tenham utilidade e subsidiem suas ações

didático-pedagógicas. Isto porque a maioria dos materiais disponibilizados comercialmente não são facilmente encontrados, sendo necessária uma extensa busca via internet a fim de localizar um apanhado de títulos para, posteriormente, ser possível a escolha de um e outro ou a aquisição dos poucos títulos que vier a encontrar. Uma das maneiras de encontrar parte desses matérias é através da pesquisa via internet, mas no entanto faz-se necessário ter conhecimento sobre sites de livrarias, da qualidade das mesmas e algum conhecimento e critérios para poder fazer uma adequada seleção. Na maioria dos casos, os materiais encontrados atualmente para auxílio do professor em um sentido comercial possuem caráter mais teórico do que teórico-prático, dificultando, muitas vezes, a transposição da teoria à prática e deixando a cargo e risco do professor experimentar suas proposições.

Outra forma na qual podem ser encontrados materiais que possam servir de base ao professorado são os materiais produzidos pelas ONGs. Estes materiais podem ser de dois tipos: materiais produzidos antes da realização dos cursos de formação ofertados pelas ONGs e materiais produzidos após a realização destes cursos. No primeiro caso, o material poderá servir como leitura não dando muito auxílio ao professor, pois seu conteúdo é trabalhado durante a realização do curso de formação. Já no segundo caso, o material apresenta maior potencial por ser oriundo de um curso já ocorrido, podendo ser observados os conteúdos trabalhados, as metodologias empregadas, as ferramentas utilizadas, bem como as indagações de outros professores, dúvidas recorrentes, situações que ocorrem na sala de aula e propostas para o professor aplicar em sala de aula. Contudo, permanece a dificuldade enfrentada pelo professor que se refere ao fato da localização destes materiais, pois uma vez que pertencem a ONGs, tais materiais não são de fácil localização e acesso e só serão descobertos mediante a procura por estas ONGs, sendo muitas vezes necessário um longo tempo, podendo gerar descontentamento e um desinteresse em utilizar estes materiais, fruto das dificuldades .

De qualquer modo, mesmo com tais dificuldades, considera-se que a produção de materiais destinados à formação de professores é necessária e urgente. O que existem são materiais oriundos de áreas da Educação Sexual, por exemplo, na qual a temática da diversidade sexual encontra espaço. Falta um aprofundamento teórico, prático e profissional que permita compreender as características da população LGBT, implicando com a promoção da cidadania LGBT

para estas pessoas, considerando-as também produtoras de uma história social justa e necessária, em que diferentes grupos e setores possam, de fato, conviver e partilhar suas ações em um projeto coletivo e solidário.

É preciso contribuir para que todos os cidadãos, incluindo-se todas as diversidades e minorias, possam ter suas vidas evitando o preconceito e todas as formas de humilhação e exclusão. Para isso, o espaço da escola pode contribuir para discussões sobre o tema da diversidade, independentemente da orientação sexual e identidade de gênero, envolvidas. Espera-se que professores contribuam para minimizar através de suas ações e posturas, situações de preconceito evitando as segregações, combatendo o bullying e a homofobia e fortalecendo relações igualitárias e democráticas entre todos.



### 3 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

#### 3.1 DA ENTRADA NO CONTEXTO DA PESQUISA: ongs, cursos e documentos no Brasil e no Paraná

O momento pelo qual esta pesquisa ganhou corpo iniciou-se quando da curiosidade do pesquisador em relação ao Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros)<sup>1</sup> e suas ações. Esta curiosidade partiu do fato de buscar saber o que é um Movimento LGBT, como ele se constitui, como ele se articula, como suas ações são refletidas na sociedade. Dessa maneira, uma necessidade foi sendo construída, na medida em que ia sendo descoberto pelo pesquisador, as diferenças existentes no Movimento LGBT em um plano Nacional, que apresenta singularidades e desperta características quanto à sua formação e constituição em um momento histórico até os seus desdobramentos nos dias de hoje.

Nesse sentido, houve a ocorrência do primeiro passo, quando da inserção no Movimento LGBT e a tentativa de compreensão sobre como este funcionava e se articulava a partir da frequência em uma ONG na cidade de Curitiba, iniciada em abril de 2010. Esta frequência consistiu como importante pelo fato, sob a perspectiva do pesquisador, somente estando no Movimento LGBT seria possível compreendê-lo e entender o seu funcionamento, bem como, a forma como emergem suas ações e a maneira pela qual, estas são direcionadas.

Uma vez inserido neste contexto, participando das ações e verificando quais eram oriundas do Movimento LGBT para com a sociedade e tendo uma pequena incursão no campo das comunicações, foram se tornando interessante alguns fatores que vinham sendo observados e que necessitavam ser observados.

Tudo começou quando a vontade de descobrir o que se apresentava como Movimento LGBT veio à tona e agregou-se para constituir o que hoje, realiza-se nesta pesquisa. A princípio, a entrada no Movimento LGBT, recortado aqui, sob a localidade da cidade de Curitiba era de cunho investigativo, quando do descobrimento de um centro de documentação (CEDOC) com materiais que poderiam dar subsídios à pesquisa que se iniciava. A partir da frequência a este

---

1 LGBT é o termo que vem sendo utilizado atualmente tanto pelo Movimento LGBT quanto pela Academia, no entanto, durante a apresentação desta pesquisa, outros termos aparecerão, a exemplo de GLBT, LGBTH, GLBTT entre outros (MODESTO 2011; MOTT, 1997; FERNANDES, 2008), devido aos momentos históricos quando foram expostos. Para os propósitos deste estudo será utilizado o termo LGBT.

Centro de Documentação é que foram sendo observadas algumas características referentes ao Movimento LGBT, a exemplo dos seus integrantes e os visitantes das ONGs, onde foi dado o passo inicial na compreensão acerca deste Movimento LGBT.

Nesse contexto, a constante visitação realizou-se de forma que, em todas elas, o objeto central de preocupação eram os materiais que se encontravam naquele Centro de Documentação (vídeo Figura 1). Nesse CEDOC, existem de materiais dos mais diversos tipos e níveis de conhecimento, envolvendo desde os de aspecto de materiais informativos a materiais científicos.

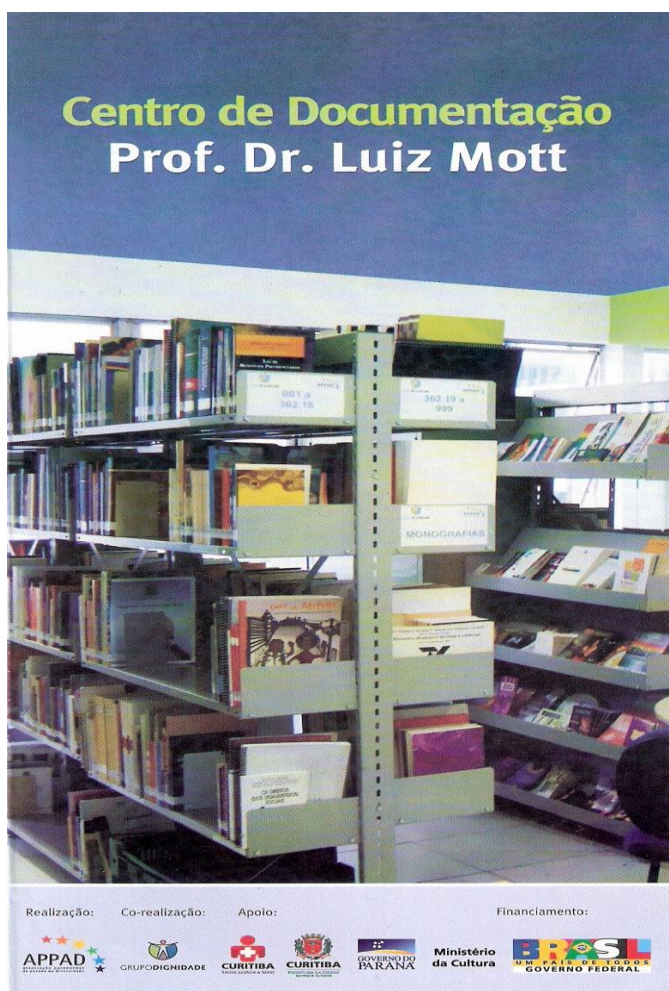


FIGURA 1 – PANFLETO “CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
PROF. DR. LUIZ MOTT

FONTE: CEPAC (SEM DATA)

Os materiais informativos, em sua grande maioria, referem-se a informativos e produzidos especificamente para um determinado fim, com aspirações a atingir um determinado público. Neste sentido, podem-se verificar como materiais informativos aqueles relativos a *folders*, pequenos jornais, folhetos, cartazes, entre outros, os quais são voltados, a exemplo, prevenção de DST/HIV/AIDS ou com aspectos relacionados ao preconceito e discriminação.

Os materiais científicos compreendem artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, livros, pesquisas, materiais governamentais produzidos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como livros acadêmicos produzidos por pesquisadores da academia ou membros de instituições não governamentais (ONGs).

Estes materiais, aqui denominados de científicos, compreendem a quantidade referente a 81 exemplares, no que diz respeito aos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses e, no tocante aos artigos, uma quantidade menor do que esta (vide Quadro 1). Estes materiais encontram-se disponíveis em um estante, na qual estão expostos e identificados de acordo com cores, que diferencia o material e seu destino como, por exemplo: trabalhos de conclusão de curso na cor preta, dissertações na cor azul e teses na cor verde.

Sendo assim, é possível identificar os materiais de acordo com sua profundidade, através das cores de suas capas. Dessa maneira, a quantidade de trabalhos de conclusão de curso expostos dessa forma, apresenta 12 trabalhos, o de dissertação 29 trabalhos e o de teses 40 trabalhos. Estas publicações compreendem um tempo de abrangência que corresponde ao final da década de 80, com alguns poucos títulos (cerca de 2 a 3 títulos), passando pela década de 90, com uma quantidade considerável de publicações nesta década (cerca de 20 títulos), mas em sua grande maioria (correspondendo a cerca de 40 títulos) de publicações correspondendo ao tempo da década de 2000, constituindo produções recentes.

Estas produções são oriundas de instituições localizadas na cidade de Curitiba, tanto de instituições públicas, quanto particulares e cujos temas versam desde a preocupação com as questões sexuais e afetivas, passando pelo histórico do movimento LGBT, a relevância que este tem no local onde ele se encontra e as transformações ou ações, que este movimento LGBT produz nestes espaços. Estas publicações são referentes a estas instituições locais, no entanto, há produções oriundas de outras instituições fora de Curitiba e do Paraná.

Títulos/ Temas dos Documentos	Frequência
Monografias/ TCCs	12
Dissertações	29
Teses	40
Aids- aspectos sociais/ médicos	160
Direito Público	50
Direito Privado	70
ONGs	50
Educação	120
Psicologia	60
Religião	15
Sociologia/Antropologia	30
Mulheres	50
Literatura Brasileira	60
Homossexualidade/ Gays	235
Cartilhas- diferentes assuntos	50
Outros <sup>2</sup>	30
Total	1061

QUADRO 1 – DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO CEDOC SOB DIFERENTES FORMATOS

FONTE: O AUTOR (2012)

No que diz respeito aos artigos, estes são oriundos de produções acadêmicas em dossiês de periódicos (Pagu-UNICAMP; Bagoas-UFRN; Estudos Feministas-UFSC), em publicações oriundas de concursos voltados à área da diversidade sexual, como o concurso “Prêmio construindo a igualdade de gênero” (vide <http://www.igualdadedegenero.cnpq.br/igualdade.html>) , promovido pelo CNPQ, em que os materiais presentes no acervo do CEDOC datam desde a primeira edição em 2005, até a edição de 2011. Estes artigos chegam ao CEDOC de duas formas: a primeira, no caso do concurso sobre a diversidade sexual, pelo interesse em ter estes materiais e depositá-los no CEDOC; a segunda, pela doação dos autores ao

centro de documentação, quando da publicação, também visando uma maior divulgação.

No que diz respeito ao CEDOC, o Centro de Documentação Prof. Luiz Mott, como é conhecido,

É um acervo de diversos materiais sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Também aborda as temáticas da educação sexual e da AIDS, entre outros assuntos correlatos. O acervo do CEDOC inclui produção acadêmica (teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de curso e artigos) sobre as temáticas acima, além de livros, documentos, publicações periódicas, informativos, DVD e fotografias que contam parte da história do movimento LGBT no Paraná e Brasil. Também retrata manifestações culturais LGBT. (*SITE GRUPO DIGNIDADE*)

Os trabalhos de conclusão de curso, em um total de 12, depositados no Centro de Documentação, em sua grande maioria, são provenientes das faculdades/universidades locais (Curitiba-Paraná) e seguem a mesma lógica da doação por seus autores ao CEDOC. No que diz respeito às dissertações e teses (correspondem a 29 e 40, respectivamente), estas compreendem tanto a produção de faculdades/universidades locais, bem como, da pesquisa pelo Centro de Documentação sobre o que está sendo produzido a partir da temática LGBT e seus desdobramentos como também da doação dos autores ao CEDOC. Tais materiais versam sobre os mais variados tipos de temática, desde as que tratam do preconceito e discriminação, passando pelas práticas escolares, as questões de homofobia até os direitos humanos.

Os materiais governamentais de órgãos e secretarias federais referem-se a ações que vêm sendo realizadas no âmbito das políticas afirmativas, neste campo desde 2004. Aqueles de âmbito estadual têm as mesmas características, tendo sido cedidos ao CEDOC, devidos às parcerias e ligações que existem entre o Estado-ONG e abrangem o período de um ano. Já os materiais de produção ligada ao Município, foram obtidos devido à indicação de outros pesquisadores e/ou frequentadores do Centro de Documentação e como fruto de alguma parceria entre um setor da sociedade e alguma ONG para a realização de algum evento.

Os materiais referentes às pesquisas na área LGBT são oriundos, também, do conhecimento dos integrantes/participantes do Movimento LGBT, o que contribuiu para que o CEDOC adquirisse tais documentos e/ou fossem deixados pelos autores no Centro de Documentação.

O acervo referente a livros que contemplam a temática da diversidade sexual reúne obras já consagradas de autores essenciais para as discussões sobre Gênero e estudos Queer, como por exemplo, Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, Miriam Abramovay, entre outros.

Tais exemplares foram adquiridos, seja por doações dos autores que têm o conhecimento do CEDOC e gostariam de ver a sua obra exposta para consulta, ou por indicação de ativistas e pesquisadores da área. Há dois tipos de publicação: as acadêmicas, cujos autores são pesquisadores pertencentes a núcleos/grupos de pesquisa nas Universidades e as produzidas pelo próprio Movimento LGBT, no cenário nacional e local.

Os materiais que podem ser encontrados no CEDOC variam de acordo com as temáticas que lá se encontram e versam sobre: cartilhas, AIDS, aspectos sociais e médicos, direito público, direito privado, ONG, educação, psicologia, religião, mulheres, gays, homossexualidade, literatura brasileira, sociologia, antropologia e outros.

### 3.2 ONGS: DOCUMENTOS E MATERIAL NO CEDOC

Nas várias visitas ao Centro de Documentação (CEDOC), em que foram registrados e avaliados os materiais lá expostos, foi sendo realizada uma busca que se constituiu em uma pesquisa documental com a finalidade de reunir e analisar esses documentos em termos de concepções presentes nos mesmos.

Como a maioria dos documentos e materiais de interesse a esta pesquisa possuem um ou dois exemplares no acervo, foram sendo realizadas anotações sobre seus conteúdos e características. Estes documentos são desconhecidos, visto que não têm circulação comercial em livrarias e nem estão disponíveis para venda.

Dessa forma, as frequentes visitas ao Centro de Documentação tiveram como finalidade registrar e documentar, sendo anotadas as referências destes materiais para uma possível disponibilidade do mesmo. Uma listagem completa deste material, utilizado nesta pesquisa, indicando título, tema/assunto, instituição patrocinadora/promotora, autoria, ano/data, editora, número de páginas, público-alvo, está apresentada no anexo 1, ao fim deste trabalho.

Os materiais de autores como Michel Foucault e Judith Butler, foram adquiridos no período desta pesquisa pelo CEDOC, bem como publicações de

outros autores conhecidos nos estudos sobre o Gênero e *Queer*, como Guacira Lopes Louro, Mary Neide Damico Figueiró e Jimena Furlani. A pedido deste pesquisador, alguns autores foram contatados a fim de doarem um exemplar, quando sua obra não era localizada via internet ou havia uma descontinuidade de sua publicação.

### 3.3 UM POUCO SOBRE A ABGLT E ACESSO VIA INTERNET

Após a coleta de referências dos materiais encontrados no Centro de Documentação, buscaram-se estes materiais, via internet, elaborou-se uma listagem destas ONGs onde constasse as afiliadas à ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), visando reunir as informações sobre as ONGs, (como nome e estado, tempo de existência, vinculação com a universidade e projetos). Esta busca foi realizada com a finalidade de mapear e conhecer um pouco mais o Movimento LGBT, em termos de suas ligações no plano local e nacional num sentido mais amplo, a nível nacional.

A ABGLT, nasce, mais precisamente em, 1995 e seu propósito era “fruto do desejo e da ousadia de diversos ativistas de 31 Grupos LGBT que participavam do memorável **8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas**, em Curitiba, no Paraná. A **Associação** surgia como uma alternativa de resposta comunitária e coletiva para a atuação em caráter nacional na defesa, na garantia e na promoção dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Surgia também como um espaço de cooperação e intercâmbio político para a construção de uma agenda comum de grupos LGBT brasileiros. Atualmente, a **ABGLT** é uma rede nacional de 203 organizações, sendo 141 grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, e mais 62 organizações colaboradoras voltadas para os direitos humanos e Aids. Foi a primeira entidade LGBT de caráter nacional que se tem notícias e é a maior Rede LGBT na América Latina e Caribe. (DIGNIDADE, 2008, p.74).

Atualmente, a ABGLT possui o montante de 257 instituições<sup>2</sup> que se subdividem em organizações afiliadas, colaboradoras e parceiras, informações constantes no *site* da ABGLT, conforme anexo 2. No entanto, o número de instituições não governamentais que se estendem Brasil afora é muito mais amplo visto que, “embora não conte com a adesão unânime do movimento homossexual, tem um elevado número de entidades filiadas” (CONDE, 2004, p. 41).

---

2 Este número refere-se a informações disponíveis no site da ABGLT onde constam as suas afiliadas, separadas por região/ Estado, a partir da qual foi realizada a contagem como forma de sistematizar os dados para esta pesquisa.

Uma vez tendo em mãos a lista das 257 ONGs afiliadas à ABGLT foi iniciada uma sondagem, via ferramenta de busca (*google*), a fim de conhecer estas ONGs, sistematizando informações sobre sua forma de comunicação e visibilidade. Esta sondagem foi feita, indo além das listas eletrônicas e inserindo-se nas redes sociais como no *orkut*, *facebook*, *twitter*, e em alguns casos buscou-se também materiais audiovisuais no *youtube*.

Uma vez localizado os materiais, primeiramente, no Centro de Documentação, a busca via internet pela ferramenta de busca *google*, ao não encontrar o material, havia a necessidade de pesquisar cada vez mais, para, encontrar tais materiais e descobrir outros, tal tarefa de localizá-los e adquiri-los não foi tarefa fácil. Isto se deve pelo fato de, além dos materiais estarem espalhados Brasil afora, entre ONGs e mais ONGs, com sua visibilidade maior ou menor, tais materiais são de difícil acesso.

Este difícil acesso se deve aos níveis de exposição da ONG e o conhecimento sobre ela, para que se possa chegar ao material e a conhecê-lo bem como a disponibilidade destas em liberar tais materiais para aqueles que gostariam de possuí-lo ou utilizá-lo para fins de pesquisa. Isto quer dizer que o processo de captação de materiais foi de maneira, além de árdua, custosa.

Identificados estes materiais no CEDOC, realizada a pesquisa e localizados os materiais, além de encontrados outros no meio do caminho, foi realizado um contato, ONG a ONG que dispunha de material produzido, onde era explicado o interesse no material e era perguntado sobre a disponibilidade para doação ou venda.

Muitas das ONGs contatadas, após muito tempo de vai e vem de emails e a longa espera de contato de retorno, cobraram valores para disponibilizar seus materiais. Poucas disponibilizaram seus materiais pela via da doação. Esse processo de captação e aquisição de materiais durou de 3 a 4 meses, onde o contato era realizado a partir do momento em que se via a presença de um material produzido pela ONG, seja este de caráter informativo, institucional ou oriundo de curso de capacitação e outros.

Após estes primeiros contatos, que por vezes durava dias ou semanas, era explicitado o interesse nos materiais, a importância de tê-los e de poder manuseá-los, observá-los e, posteriormente eram feitas as negociações acerca destes. Aqueles que se disponibilizaram pela via da doação podem ser identificados como



as ONGs de maior tempo de existência e maior disponibilidade de recursos para seus projetos. Já os que utilizavam o discurso de “contribuição simbólica” para com a ONG ou estabeleciam preços pelos seus produtos, poderiam ser postos sob a figura das ONGs menores e que tinham poucos recursos destinados às suas atividades.

No entanto, essa separação entre ONGs menores e maiores não corresponde, em suma, à atribuição da doação ou da venda pelo fato de, as ONGs maiores também o fazerem, mesmo sendo dotadas de página própria, e bem desenvolvidas na internet, com rotatividade de recursos e programas para seus cursos e atividades além, da qualidade dos materiais apresentados.

Portanto, apesar do longo e árduo caminho trilhado até aqui, baseado na curiosidade que se estabeleceu primeiramente, viu-se importante que fosse realizada a exposição destes materiais descobertos e com riqueza singular em seus conteúdos.

Descobertos pelo sentido de termos um país com uma extensão geográfica, que, não permite que muitas dessas ações que são realizadas por cada uma destas ONGs sejam visibilizadas. Ricos pelo fato destes materiais apresentarem singularidades e que mostram a pluralidade que temos enquanto Movimento LGBT num plano nacional, que muitas vezes desmistifica ideias acabadas em torno deste.

Quanto à existência das ONGs, no plano físico-ambiental, parece haver parcerias com os diferentes setores (governos federal, estadual, municipal e com universidades). Contudo, houve casos em que não foi possível encontrar informações que dessem a certeza de que a ONG continuava a existir ou atuava de outra forma.

No que diz respeito à presença das ONGs nas redes sociais, verificaram-se diferentes modos da ONG aparecer. Nesse sentido, no correspondente à rede social *Orkut*, há duas possibilidades de inserção e promoção das ONGs: a primeira; via criação de uma página na *web*, na qual é possível a postagem de fotos, vídeos e a comunicação através da página de recados e *chat*. A segunda maneira é através da criação de uma comunidade virtual, onde podem ser postados tópicos específicos para discussão. Estes dois modos de utilizar esta rede social permitem uma interação maior ou menor dependendo do grau de interesse na ONG e nos seus objetivos. Em seus perfis ou comunidades, o conteúdo veiculado versa sobre

questões voltadas ao Movimento LGBT, com exposição de alguns temas e abertura para debates, ou ainda, de acordo com as comunidades, com a criação de tópicos pelos usuários para divulgação de conteúdos relativos ao campo LGBT bem como exposição de temática que promova um debate na comunidade.

O que pôde-se constatar na rede social *Orkut* foi a presença de 57 ONGs onde, há várias delas que não possuem as duas formas de comunicação, restringindo-se a apenas uma delas (vide Quadro 2).

	Região					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Orkut	3	8	2	26	6	45
Facebook	4	5	3	23	7	44
Twitter	1	3	1	13	4	22
Youtube	2	3	0	8	1	14
Site/ Blog	5	18	9	35	7	74
ONG sem página web/ rede social	10	44	15	20	12	101
Total	25	81	30	125	37	300

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE ONGS, POR REGIÃO DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS E SITE DA WEB.

\*Há várias ONGs que estão presentes em mais de uma rede social, portanto, este número ultrapassa o total de ONGs encontradas.

FONTE: O AUTOR (2012)

No tocante à rede social *Facebook*, no total de 56 de ONGs foram encontrados em comparação ao exposto sobre o *Orkut*. A ocorrência das ONGs nesta rede social deve-se, primeiramente, à alta exposição e visibilidade que esta rede social proporciona. A exposição e visibilidade apresentada nesta rede social, apresenta-se de algumas formas: há a possibilidade da criação de um perfil no qual corresponderia encontrado no *Orkut*, onde podem ser postados fotos, vídeos entre outros, bem como, páginas e grupos de discussão, abertos ou fechados. No referente às páginas, estas são feitas para a postagem de notícias relacionadas ao tema ou específicas das ONGs (vide Quadro 3). Em relação aos grupos, estes são construídos tendo uma semelhança aos grupos da comunidade na rede.

Tipo de Divulgação	Frequência	Conteúdos/Informes Vinculados
Orkut	57	Exposição de assuntos do campo LGBT divulgados na imprensa em geral e discussão dos mesmos através de tópicos/grupos de discussão
Facebook	56	Conteúdos diversificados desde frases, fotos com mensagens, vídeos e notícias completas do campo LGBT, podendo ser comentados e associados a outros quando na página ou, quando no grupo, realiza-se uma discussão entre os membros por tema.
Twitter	34	Notícias das ONGs do campo LGBT, suas ações e projetos bem como notícias que tenham adquirido grande destaque na mídia
Youtube	16	Conteúdos das ONGs do campo LGBT informando sobre seus eventos e/ou ações em datas comemorativas e registro de atividades e participação de ativistas e colaboradores
Blogs/Páginas Web	106	Informações diversificadas referentes à ONG do campo LGBT com informações básicas contendo histórico, profissionais, projetos, parcerias, além de notícias nacionais, estaduais e locais dependendo do alcance da ONG. Nem todas possuem estas informações apresentando escassa produção quanto a informações da própria ONG, mas trazem notícias de destaque ou comentários sobre fatos ocorridos.
Total	269	

QUADRO 3 – CONTEÚDO DAS REDES SOCIAIS

FONTE: O AUTOR (2012)

Contudo, o acesso e conhecimento a tais grupos não é uma tarefa fácil. O que se pode dizer a respeito dos grupos abertos é que, uma vez encontrados, há a possibilidade de inserção nestes grupos e de fornecer sugestões ou apenas fazer observações sobre as atividades que acontecem ali. O mesmo não ocorre com os grupos fechados, onde, muitas vezes, é necessário além do conhecimento da ONG, do próprio grupo, ser também participante do Movimento LGBT ou ter algum amigo em comum que assegure a inserção no grupo. Seus conteúdos versam sobre notícias diárias na mídia, bem como da exposição de conteúdos produzidos pelas próprias ONGs como forma de reivindicação ou mobilização dos que estão inseridos em seus perfis/páginas.

Sob o ponto de vista da rede social *Twitter*, não existe uma adesão tão expressiva pelas ONGs nesta rede social, apesar desta ferramenta ter uma ampla visibilidade e poder de divulgação de conteúdo, foram encontradas apenas 34 ONGs presentes nesta rede social. Isto talvez ocorra pelo fato da restrição ao número de caracteres, não sendo possível encontrar a ONG através de seu nome completo e,

muitas vezes, nem mesmo pela sua sigla, sendo somente possível percebê-la nesta rede social de acordo com o *link* postado nas outras redes sociais. Os conteúdos que são apresentados pelas ONGs nesta rede social tratam de ações ligadas à própria ONG e notícias veiculadas no meio eletrônico de algum fato ocorrido em sua localidade ou Estado.

No tocante ao uso do *youtube*, a utilização desta ferramenta pelas ONGs limita-se a um número menor (no total de 16 ONGs), sendo utilizado por uma minoria que expõe vídeos produzidos sobre algum evento realizado e/ou com a intenção de sensibilizar ou reivindicar algo. As ONGs que possuem vídeos e disponibilizam os seus conteúdos neste canal, informando sua localização na página de uma das redes sociais ou da sua página na internet.

Além da verificação das ONGs presentes nas redes sociais, buscou-se identificar se, estas possuíam páginas próprias na internet, qual o conteúdo se encontrava nestas páginas e para que estas serviam. Das 257 ONGs cadastradas e afiliadas na ABGLT, possuía ao menos um *blog* ou uma página oficial. As ONGs que possuem páginas próprias são as que possuem maior tempo de existência (variando entre 8 a 30 anos de existência) e são dotadas de uma captação maior de recursos (de acordo com a quantidade de projetos que submetem para arrecadar tais recursos), de que as ONGs de menor tempo de existência. Nesta perspectiva, 106 ONGs num total de 247, apresentam-se no meio virtual sob a forma dos *blogs*, permitindo que algum conteúdo seja divulgado, mesmo que sem grandes recursos e técnicos especializados que o desenvolvam.

### 3.4 CURSOS DE CAPACITAÇÃO: UM PANORAMA DO QUE HÁ NO BRASIL

Nesse plural de ONGs espalhadas Brasil afora, dentre as que estão cadastradas e afiliadas à ABGLT, foi possível notar o panorama que se estende de uma ponta a outra do nosso país, observando as nuances e necessidades que se encontram em cada região desse país pluralizado, e rico em sua diversidade de raças, credos entre outros.

É possível realizar, de acordo com o olhar que se apura na medida em que são observadas as regiões, as diferentes maneiras pelas quais as ONGs se assemelham e se afastam em suas propostas de realização de seus projetos,

obtendo resultados por vezes, satisfatórios ou não, sobre suas ações, em especial aos cursos de capacitação/formação. Isto quer dizer que, apesar de estarem locadas em diferentes regiões e espaços, suas ações aproximam-se do ponto de vista de atingir uma população-alvo e a metodologia que estas empregam para obter tal resultado.

Essa semelhança pode ser vista sob a figura da luta pelos direitos humanos e a constituição de uma cidadania LGBT que permita aos integrantes da sigla LGBT (e aos que ainda dela escapam, mas estão contemplados de alguma forma) vivenciar a cidadania que, muitas vezes, a sociedade os privou ou foi negada.

Estes cursos são provenientes de diferentes tipos de programas (de acordo com as propostas submetidas pela ONG quando da apresentação do projeto) e se estabelecem a partir dos editais a que concorrem o financiamento para execução do projeto. Isto quer dizer que, tais projetos são alicerçados a partir de políticas públicas, voltadas a população LGBT que, através dos editais lançados por diferentes secretarias, estabelecem diretrizes sobre o que deve estar contemplado, sendo necessário, muitas vezes, que tais projetos estejam adequados não somente na sua primeira proposta, mas também, de acordo com o que estabelece o edital.

No que diz respeito às diferenças, estas referem-se não somente as próprias ONGs em si, obviamente que nenhuma delas seria igual de acordo com os seus princípios e aspirações dentro da sociedade, mas, as diferenças que estas carregam tornam singular o trabalho de cada uma delas, podendo ser contemplada a importância de ONG e seu papel contribuinte à sociedade.

Importante ressaltar que, de acordo com os projetos possíveis e localizados para esta pesquisa, os cursos de capacitação/formação apresentam contribuições para a sociedade, quanto da instrumentalização/capacitação dos seus iguais e a extensão do conhecimento adquirido nestes cursos, para suas vidas.

No entanto, o funcionamento de um mesmo projeto e com objetivos semelhantes, não traz resultados próximos ou similares, uma vez que, as necessidades e a população com que se trabalha apresentam-se diferentes, podendo ser encontrada nesta funcionalidade as nuances que se dão entre projetos iguais ou semelhantes, com resultados diversos e não passíveis de resultados similares. Esse mesmo projeto, que poderia ser aplicado no Norte do país, por exemplo, quando aplicado no Sul do país, trariam resultados outros, devido às necessidades dos seus participantes, as configurações geográficas, entre outros

fatores.

Dessa forma, a pluralidade de projetos, encontrada em um plano nacional, apresenta temáticas desde o preconceito, discriminação até a formação de lideranças e criação de novas ONGs. Encontram-se importantes contribuições não apenas para que seja possível conhecer o Movimento LGBT nacionalmente, mas também ampliar o olhar sobre os diferentes “Brasis” que temos dentro de um mesmo país.

O que pode-se perceber diante deste panorama (diante do contexto das 257 ONGs observadas no plano nacional), que se apresenta em um Brasil tão plural de sujeitos e situações, são as realidades e as necessidades que variam de acordo com a região, com os princípios da ONG (de acordo com o que ela acredita e assim trabalha) e com a singularidade de cada população-alvo de cada região, bem como dentro do próprio meio LGBT. Isto permitiria identificar as qualidades dos projetos e desafios que se apresentam na consolidação de uma cidadania LGBT e garantia de direitos perante a sociedade.

### 3.5 CURSOS DE CAPACITAÇÃO/ FORMAÇÃO NO PLANO NACIONAL

Entre os 26 cursos/materiais encontrados, serão apresentadas suas práticas e ações, objetivos e população-alvo e, com este intuito, não se encerra aqui a relação destes cursos e suas representações. Embora este número pareça pequeno, devido a dificuldade em encontrar os materiais referentes aos cursos das ONGs no campo LGBT, acredita-se que haja um número maior de cursos Brasil afora.

Neste rol de 26 cursos/materiais que é possível analisar e de acordo com o levantamento da pesquisa realizada e o material coletado, foram sistematizados e criados 5 eixos que foram organizados em torno dos conteúdos e finalidades apresentados em cada curso proposto, empregando-se uma análise qualitativa, buscando-se semelhanças e diferenças entre estes materiais. Os 5 eixos organizados são: formação de professores, direitos humanos, prevenção em saúde, formação de lideranças e preconceito e discriminação.

Em torno desses eixos, a partir da análise dos materiais e de acordo com as abordagens da Educação Sexual, Furlani (2011), foram encontrados 4 tipos: abordagens biológico-higienista, direitos humanos, direitos sexuais e *queer*.

Nesse sentido, faz-se necessário o entendimento de cada uma destas abordagens, para que se possa compreender de que maneira tais materiais alcançam sua população-alvo e de forma este mesmo material produzido posteriormente à realização de um curso de capacitação/formação, empregou sentido e direcionou seus participantes para determinada finalidade.

Desta forma, a começar pela abordagem biológico-higienista, de acordo com Furlani (2011) esta compreende por ser,

Considerada por muitas/os a prevalente (e até mesmo única) nas ações educacionais voltadas à discussão do desenvolvimento sexual humano no contexto, sobretudo, da escolarização formal. Costuma conferir ênfase na biologia essencialista (baseada no determinismo biológico) e é marcada pela centralidade do ensino como promoção da saúde, da reprodução humana, das DSTs, da gravidez indesejada, do planejamento familiar, etc. (FURLANI, 2011, p.15-16).

Esta abordagem pode ser encontrada de maneira explícita em 2 dos materiais e, de forma condensada com conteúdos outros, em 3 materiais.

No tocante à abordagem dos direitos humanos, Furlani (2011) considera esta abordagem como sendo aquela que:

Fala, explícita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas a esses sujeitos e às suas identidades “excluídas”. Trata-se de um processo educacional que é assumidamente político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual, mais humana- na totalidade semântica desses termos. (FURLANI, 2011, p. 24).

Dentro desta perspectiva puderam ser encontrados 12 materiais que contemplavam esta abordagem direta ou indiretamente em seus conteúdos.

Em relação à abordagem dos direitos sexuais, Furlani (2011), classifica-a em três momentos: direitos sexuais das mulheres, direitos sexuais para o movimento LGBTTT e direitos sexuais no âmbito da infância e da adolescência. Para esta pesquisa, serão considerados os dois primeiros, visto que alguns dos materiais apresentados possuem contribuições ao campo das mulheres no que diz respeito ao ser mulher lésbica ou não, mas acima de tudo, mulher. Para tanto, na perspectiva dos direitos sexuais voltados às mulheres, a autora entende que, “os direitos sexuais não passam apenas pelas práticas sexuais ou pela identidade sexual (orientação hétero, homo ou bi), mas também pela incorporação do conceito de gênero e, neste

sentido, pela equidade nas relações sociais entre homens e mulheres” (FURLANI, 2011, p. 26).

Desta maneira, o ser “mulher” vai muito mais além do sexo biológico e suas representações passando, através das relações sociais às práticas de controle das/sobre as mulheres. Já na perspectiva LGBTTT, a autora explicita que “falar em direitos sexuais para o movimento LGBTTT é alterar o contexto social que promove a exclusão social, a homofobia, a lesbofobia, a lesbofobia, a transfobia e a discriminação sexual” (FURLANI, 2011, p. 27).

Sendo assim, os direitos sexuais a que a autora se refere, muitas vezes estará implicado no entrelaçamento entre os direitos humanos, quando da ação política que há por detrás de um e de outro na tentativa de garantir melhores condições de vida a esta população e acesso destes à sociedade que os exclui. Nesta perspectiva, foram encontrados 20 materiais onde é possível encontrar a abordagem de uma das perspectivas referentes aos direitos sexuais ou as duas, em um mesmo material em união à outras abordagens das quais podem também serem identificadas.

No que se refere à abordagem *queer*, Furlani (2011), primeiramente, explicita o se identifica como Teoria *Queer* para que se possa chegar ao entendimento de como deveria ser realizada uma abordagem de acordo com esta perspectiva e, neste sentido, nos diz que:

Pode-se dizer que as reflexões e críticas advindas do movimento de liberação gay e do feminismo lésbico contribuíram para o surgimento da teoria *queer* na medida em que algumas de suas análises possibilitaram o rompimento com os modelos que buscavam definir e legitimar uma única identidade homossexual. A política de identidade, desenvolvida até então, passou a ser criticada pela perspectiva *queer*, ao passo que essa deixava de fora certos sujeitos que não faziam parte de um pretendo modelo identitário de homossexualidade, então hegemônico, construído pelo movimento gay e lésbico... a teoria *queer* irá questionar, além do caráter fixo dessa suposta “identidade homossexual”, seus limites e suas fronteiras. (FURLANI, 2011, p. 35).

De acordo com a exposição realizada pela autora, fica mais claro o que vêm a ser a Teoria *Queer* e a que público esta se constrói para que se possa compreender a perspectiva da abordagem *queer*, dentro dos materiais analisados provenientes dos cursos de capacitação. Desta forma, tal abordagem “poderia começar por se apresentar como perturbadora das “verdades” que definem os campos de produção e reprodução de relações desiguais de poder e de legitimação das hierarquias sexuais e de gênero” (FURLANI, 2011, p. 40).



Esta abordagem pôde ser encontrada em 14 dos 25 materiais, onde tal abordagem encontra-se entrelaçada com outras que dão suporte para que esta se constitua.

Apresentados os materiais em sua quantidade, suas categorias de análise e suas abordagens presentes nos conteúdos, cabe aqui esmiuçá-los de maneira que estes possam receber o melhor tratamento, quanto à análise realizada nestes.

No tocante às abordagens de acordo com a Educação Sexual, ela torna-se importante pelo fato de, nestes conteúdos apresentados e trabalhados nestes cursos, direcionarem a intenção e o público-alvo a que se destinam estes materiais e suas particularidades em relação à abordagem utilizada de acordo com sua finalidade.

No entanto, os materiais não restringem-se apenas a um eixo ou uma abordagem, eles são plurais, e isto se deve pelo fato de tais materiais, apesar de serem direcionados a um público-alvo e com certa finalidade para estes, abordarem temáticas que são comuns dentro do âmbito LGBT e, mesmo quando é dirigido a uma determinada população, pode abranger tais conteúdos pelo fato dos cidadãos LGBTs poderem sofrer dos mesmos atos de discriminação na sociedade os faz. Nesse sentido, um mesmo material referente a cursos, poderá ter em suas características diferentes eixos e abordagens, mesmo que descritivamente possa ter sido indicado, de modo preferencial, em um dado eixo.

### 3.5.1 EIXO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste eixo, estão localizados os materiais voltados aos cursos de formação/capacitação de professores e/ou que tenham alguma finalidade pedagógica de formação e/ou capacitação dos professores nesse campo e temática.

A começar pelos materiais encontrados no formato *folder*/panfletos, temos o material intitulado “Programa Diversidade Sexual na Educação”, confeccionado pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, através do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero com o intuito de educar para as diferenças (SMED/BH, 2009) (víde Figura 2). Tal Programa foi implementado no ano de 2007, envolvendo tanto o Movimento de Direitos Humanos LGBT do município quanto a Universidade Federal de Minas Gerais e grupos outros que encaixam-se na inclusão social na educação.

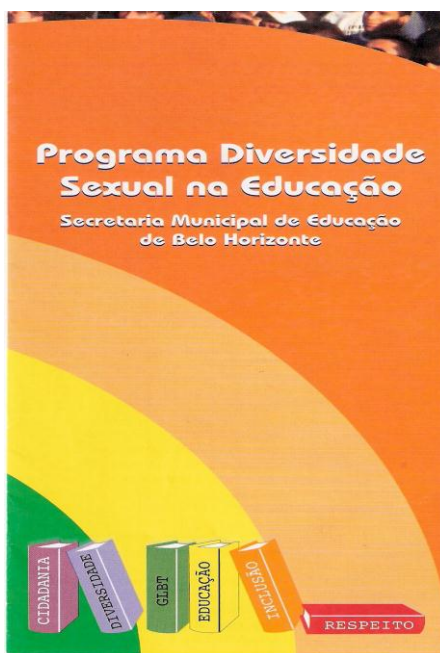


FIGURA 2 – PANFLETO “PROGRAMA DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO”

FONTE: SMED/BH (2009)

Dentre as ações ocorridas através de tal Programa houve a realização de um Seminário intitulado “Seminário sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero: educando para a diferença”, no qual, foi estabelecido um conjunto de ações das quais se destacam: seminário de formação de gestores; oficinas; reuniões e debates nas escolas; produção de materiais e cineclube *mix* pipoca. As ações iniciadas em 2007, de acordo com o *folder*, possuíam a pretensão de continuidade até 2010. No entanto, as informações relativas ao desenvolvimento de suas ações nos anos anteriores a 2007 não puderam ser obtidos devido à falta de informação nos mesmos documentos, ficando restrito ao conteúdo apresentado para o ano de 2007.

Verificando-se o conteúdo, deste conjunto de ações, podem ser encontrados as abordagens *queer*, a dos direitos humanos e a dos direitos sexuais. Estas abordagens são identificadas de acordo com os conteúdos que foram trabalhados no material, os quais versam sobre as temáticas da orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos. Tal iniciativa tem, entre outros propósitos, a formação de professores e gestores, o qual encaixa-se na categoria de formação de professores, direitos humanos e preconceito e discriminação.

Outro material encontrado no mesmo formato foi o intitulado, “Diálogos- Gênero e Diversidade Sexual, do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), de Fortaleza-CE (vide Figura 3). O informativo, como o próprio documento se apresenta é “um instrumento de comunicação entre educadores(as) da escola e do movimento homossexual” (GRAB, 2007, p.1).

**DIÁLOGOs**  
*Gênero & Diversidade Sexual*  
GRAB - Fortaleza - Ceará - Brasil - Ano 01 Nº 01 maio a dezembro/2007

**GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: formação docente para a cidadania**

O projeto “**GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL:** Formação docente para cidadania” apresenta-se como um desafio de inserir na formação docente uma perspectiva de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Assim, pretende formar profissionais da educação, especialmente, professores/as da rede pública municipal e estadual de Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Crateús, Ipaporanga, Novo Oriente, Independência e Nova Russas do ensino fundamental e médio.

Tais profissionais estarão habilitados/as para a abordagem/discussão sobre a sexualidade humana, nos espaços escolares, sob o prisma do enfrentamento ao preconceito e à discriminação, configurada pelo sexismo e pela homofobia, direcionados aos sujeitos em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Esse projeto é realizado pelo Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB, com o apoio da

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, e a parceria dos Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE 1, 13 e 21, das Secretarias de Educação dos municípios envolvidos e dos grupos Karatiú e GAP – Pela vida.

Dessa maneira, em 2008, estamos concluindo cursos de formação para educadores/as em 3 módulos, produzindo e publicando livro abordando a temática da diversidade sexual no espaço escolar, realizando palestras/seminários/oficinas, e produzindo materiais informativos/educativos como este informe, que subsidiarão as ações de formação continuada aos educadores/as.

**EXPEDIENTE**

DIÁLOGOs - Gênero & Diversidade Sexual é uma publicação do Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB, no âmbito do projeto Gênero e Diversidade Sexual: Formação docente para a cidadania, que tem o apoio do Ministério da Educação.

CONSELHO EDITORIAL:  
Alexandre Joca, Adriano Castano,  
Francisco Pedrosa e Luis Palhano  
Edição/Jornalista Responsável:  
Francisco Pedrosa - Reg. MTB nº 2289  
Projeto Gráfico e Impressão:  
Arte Visual Gráfica e Editora Ltda  
(85) 3281.8181  
artavisualgrafica@terra.com.br  
Tiragem: 1.000 exemplares  
Distribuição Gratuita  
- A opinião emitida nos artigos,  
necessariamente, não expressa a posição  
da diretoria do GRAB.

**INFORMATIVO**

O informe DIÁLOGOs - Gênero & Diversidade Sexual é um instrumento de comunicação entre educadores/as da escola e do movimento social homossexual que integram o Projeto “GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: Formação docente para a cidadania” e contribuirá para a divulgação e a socialização de experiências exitosas nos espaços de formação dos/as jovens no sentido do enfrentamento ao sexismo e à homofobia.

FIGURA 3 – PANFLETO “DIÁLOGOS- GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

FONTE: GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA (2007)

Tal informativo oferece informações relativas ao “Projeto Gênero e Diversidade Sexual: formação docente para a cidadania”, que possui o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e da parceria firmada entre os Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação-CREDE 1, 13 e 21, das Secretarias de Educação dos Municípios envolvidos (Fortaleza, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Cratêus, Ipaporanga, Novo Oriente, Independência e Nova Russas) e dos grupos Karatiú e GAP- Pela Vida.

O projeto, conforme afirma o documento “apresenta-se como um desafio de inserir na formação docente uma perspectiva de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. Nesse sentido, abarca tanto as escolas Municipais quanto Estaduais no ensino fundamental e médio, e sinaliza que em 2008 estariam:

Concluindo cursos de formação para educadores(as) em 3 módulos, produzindo e publicando livro sobre a temática da diversidade sexual no espaço escolar, realizando palestras/seminários/oficinas, e produzindo materiais informativos/educativos como este informe, que subsidiarão as ações de formação continuada aos educadores(as). (GRAB, 2007, p. 1).

Dessa maneira, é possível visualizar o público-alvo do curso, a finalidade do mesmo, as parcerias realizadas, suas propostas de ação, seus encaminhamentos e sua produção em prol da educação e do respeito à diversidade no espaço escolar. Dentro das abordagens em que se encaixa este material encontra-se a *queer*, direitos humanos e direitos sexuais e, no tocante à sua categoria, cabe a esta a formação de professores, direitos humanos, preconceito e discriminação. Esta iniciativa, novamente volta-se ao ambiente escolar, no que diz respeito ao atendimento de uma demanda, o professorado e para o qual produz-se, como visto de acordo com o documento, uma gama de materiais que auxiliem estes profissionais no atendimento a esta população.

Nos materiais produzidos sob forma de informativos temos o “Educando para a Diversidade: Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros - orientações para Pais e Educadores” realizado pelo Grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor) de São Paulo-SP (vide Figura 4).



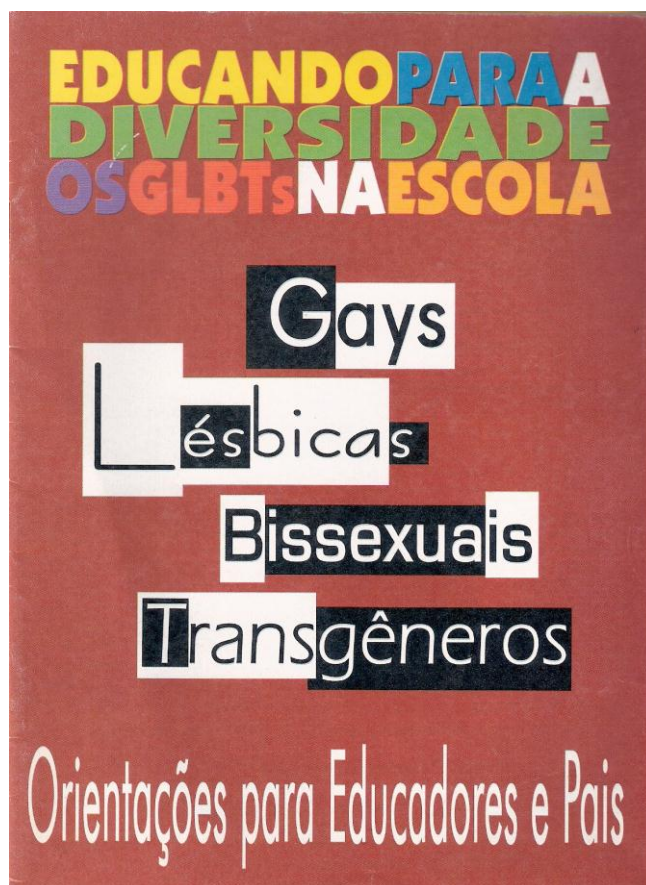


FIGURA 4 – CARTILHA “PROJETO EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE - OS GLBT NA ESCOLA”

FONTE: GRUPO CORSA (2003)

O material é oriundo do “Projeto Educando para a Diversidade - os GLBT na Escola” publicado em 2003 após sua execução durante dois anos na cidade de São Paulo, capital. Nesse sentido, o objetivo do projeto era o de “levar a educadores, informações e reflexão acerca de uma realidade que eles geralmente desconhecem: a significativa, porém muitas vezes invisível, presença de alunos gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros nas instituições de ensino” (CORSA, 2003, p. 1).

O projeto realizou-se utilizando como metodologia o uso de oficinas, atingindo um público de mais de 5.000 profissionais da Educação compreendendo o período de 2 anos (2001-2002) com o apoio financeiro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, bem como, o apoio da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Os conteúdos abordados traziam a exibição de um filme intitulado “Pra que time ele joga” elaborado pelo Fórum HSH do Estado de São Paulo, cujo financiamento é oriundo do Programa Nacional e da Coordenação Estadual de

DST/AIDS, no sentido da prevenção e fundamentação teórica inovadora com o auxílio de palestrantes de renome dentro da área LGBT e do Movimento LGBT.

Este projeto possui como público-alvo não só o professorado em si, mas, também, estende-se aos pais dos alunos e demais integrantes da equipe pedagógica, como forma de abarcar as duas maiores instituições onde os LGBTs sofrem preconceito e discriminação e, muitas vezes, são segregados sem o apoio de um, desses dois lados ou, consecutivamente, dos dois. Desta forma, dentro das categorias apresentadas, este material possui o eixo da formação de professores, como plano maior, estendendo-se na perspectiva do preconceito e da discriminação, passando pela prevenção em saúde e tocando levemente na perspectiva dos direitos humanos.

No que diz respeito à abordagem utilizada pelo Projeto e apresentado neste material, esta encontra-se entre a biológico-higienista, o *queer* e os direitos humanos levemente. Tais abordagens podem ser entendidas de acordo com os conteúdos propostos no material, os quais versam sobre homossexualidade e processo de descoberta, homossexualidade e educação, homossexualidade e direitos humanos, desejos e diversidades sexuais, sexualidade, composições da sexualidade, entre outros. Estas abordagens, entrelaçadas entre si e apresentados a este público tão carente de ações que os auxiliem, tanto na sala de aula quanto em casa, propicia um maior entendimento, no correspondente à amenização do preconceito, a discriminação destes, enquanto inseridos nestes contextos, bem como da abertura ao diálogo e a possibilidade de respeito, muitas vezes, negada em instituições tão solidificadas e engessadas como estas.

Há ainda o material “Diversidade Sexual na Escola” do Rio de Janeiro. O material é desenvolvido através do Projeto Diversidade Sexual na Escola e de acordo com as informações do próprio material “o projeto diversidade sexual na escola é uma realização da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC)” (vide Figura 5).

O material foi publicado no ano de 2008 como resultado do projeto ocorrido durante os anos de 2006 e 2007 e está apoiado dentro do Projeto Papo Cabeça. cuja descrição encontrada no *site* do projeto ([www.papocabeca.me.ufrj.br](http://www.papocabeca.me.ufrj.br)) é,

Escola, desenvolve desde 1996, atividade de extensão em Saúde Reprodutora para Adolescentes, denominado carinhosamente pelos alunos de PROJETO "PAPO CABEÇA". O projeto desenvolve um campo de excelência para atuação de estagiários, contribuindo para sua formação plena. Este trabalho está sendo realizado em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no âmbito da 7ª Coordenadoria Regional de Educação. O logo utilizado pelo Projeto é uma criação da professora EUNICE da sala de leitura e dos alunos da Escola Municipal ADALGISA MONTEIRO. Nossos agradecimentos à sua diretora ANA MALVINA e ao CORPO DOCENTE desta unidade pela colaboração.

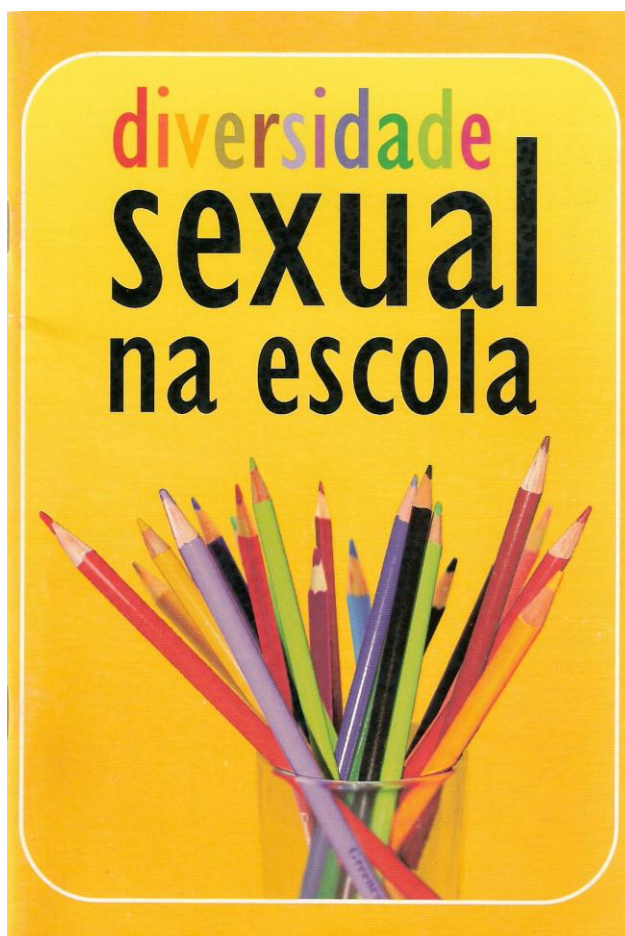


FIGURA 5 – CARTILHA “DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2008)

Neste sentido, o Projeto Diversidade Sexual na Escola possui uma base incomum de acordo com os outros projetos que serão aqui apresentados, pelo fato de estar apoiado em uma área que não diz respeito, especificamente à Educação mas, relaciona-se sobre o sucesso da proposta do projeto acima mencionado para a

construção do seu próprio projeto e dinâmica. Dessa forma, o “Diversidade Sexual na Escola é um dos 30 projetos, nacionalmente selecionados e conveniados pela SECAD/MEC, em 2007, no âmbito da Formação de Profissionais da Educação para a Promoção da Cultura, de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero, em cumprimento ao Programa Brasil Sem Homofobia” (SECAD/MEC, 2008, p.2).

Percebe-se então a importância do projeto, de acordo com a sua especificação no material e apresentado acima, para a formação/capacitação de professores e, no seu tocante, à contribuir para uma sociedade, onde a cidadania seja respeitada. Dessa maneira, o projeto ocorreu sobre a forma de oficinas que envolveram o total de 10 escolas do interior e da região metropolitana do Rio de Janeiro, voltados à população-alvo de professores e licenciados, com um total de 400 profissionais.

A ideia do projeto “não é trazer respostas prontas, receitas de bolo, dizer o que é certo e o que é errado, se o educador deve agir desse ou daquele modo. O que se pretende é criar um momento de reflexão sobre alguns aspectos relativos à diversidade sexual na escola” (SECAD/MEC, 2008, p. 2), e para tanto, os conteúdos apresentados no material são importantíssimos para que se possa compreender a maneira pela qual tal formação dos professores foi realizada. Nesse sentido, torna-se importante implementações de projetos a esse nível o qual permita a reflexão a partir dos temas que são propostos pelo projeto que neste caso correspondem a: sexualidade, orientação sexual e afetiva, identidade sexual, gênero, mitos e crendices, valores, religião e escola pública, escola e inclusão, professores, violência e atitudes.

De acordo com os eixos a que corresponde o projeto, este está diretamente ligado à formação de professores, no entanto, ainda encaixa-se na perspectiva do Preconceito e Discriminação e Direitos Humanos. No que diz respeito às abordagens previstas dentro do campo da Educação Sexual, este projeto apresenta as abordagens dos direitos humanos, direitos sexuais e *queer*. Tais abordagens podem ser identificadas através do conteúdo trabalhado no projeto e descrito no material apresentando, temas ligados às questões de gênero (meninos e meninas), à sexualidade, à orientação sexual, escola e exclusão, valores, violência e homofobia. Dessa forma, o projeto abrange não somente áreas específicas, mas também, permite um leque de possibilidades quanto à sua extensão e finalidade.



O projeto intitulado “Projeto Bem Me Quer”, disponível no formato manual, também encontra-se sobre a perspectiva da formação de professores (vide Figura 6).



FIGURA 6 – MANUAL “PROJETO BEM ME QUER”

FONTE: INSTITUTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (2009)

O projeto realizado pelo Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 2009, na cidade de Brasília possui como objetivo “contribuir para a diminuição dos preconceitos e discriminações para a melhoria da convivência entre crianças e adolescentes brasileiros, promovendo uma educação de respeito e valorização à diversidade”. Este curso, uma ação do Instituto da Criança e do Adolescente,

compreendia um kit no qual havia o conteúdo de um CD, um DVD e um manual (vide Figura 7).

Este material constitui-se como exceção, no que diz respeito aos demais cursos, pois apresenta uma quantidade de materiais disponíveis, contando com outros recursos, no qual é possível visualizar a maior quantidade de recursos para sua elaboração. O CD consta de canções que foram produzidas, especificamente, sob a temática da diversidade, cuja proposta destas canções é ser utilizada em oficinas que permitam uma reflexão no participante. O DVD apresenta conteúdo de vídeos produzidos também, especificamente, para o trabalho com oficinas, onde são demonstrados vários aspectos do preconceito.



FIGURA 7 – CD – DVD “PROJETO BEM ME QUER”

FONTE: INSTITUTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (2009)

Já o manual que acompanha o kit, traz em si os conceitos a serem trabalhados, conteúdos estes das oficinas, exemplificando e propondo como deveria ser utilizado todo o material, enquanto oficina e quais as metas a serem alcançadas de acordo com o que se realizará. Este conteúdo versa desde o conceito de estereótipo, preconceito e discriminação, indo além sobre a discussão de gênero, raça, etnia, orientação sexual, leis e etc.

No tocante aos eixos que podem ser encontrados neste material incluem-se, além da formação de professores, o preconceito, a discriminação e direitos humanos, por estes eixos compreenderem a discussão que se faz dentro das propostas de trabalho e dos temas que são discutidos e apresentados no material. No que diz respeito às abordagens, de acordo com a Educação Sexual, este

material encaixa-se na perspectiva das abordagens dos direitos humanos e direitos sexuais. Estas abordagens podem ser identificadas de acordo com o conteúdo apresentado no material e exposto acima, os quais permitem a compreensão do direcionamento a que se destina tal material.

No que diz respeito aos materiais encontrados no formato cartilha, foi encontrado o material intitulado “Da Homofobia ao respeito - por uma cultura em discriminação” da série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos sendo uma realização do Instituto Papai de Recife-PE (vide Figura 8).

Este material trata de temas referentes a Homofobia em si, quanto sobre diversidade, família, violência, sobre o “Programa Brasil Sem Homofobia” (2004), bem como de programas que visam a pró-equidade e sugestões de sites e outras instituições onde podem ser encontrados maiores informações sobre os respectivos temas. Ele tem o apoio do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Gema/UFPE e do Governo Federal.

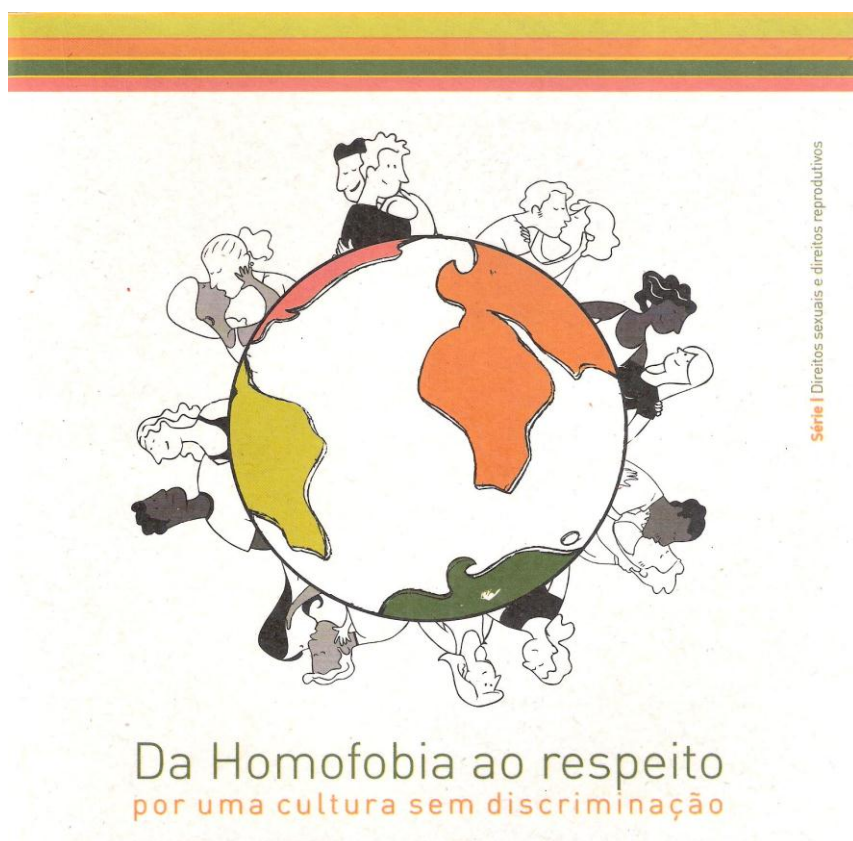


FIGURA 8 – CARTILHA “DA HOMOFOBIA AO RESPEITO POR UMA CULTURA EM DISCRIMINAÇÃO”

FONTE: INSTITUTO PAPAI DE RECIFE-PE (2007)

O material lançado em 2008 é parte do Projeto “A Diversidade é Legal! Educação e saúde sem preconceito” ações estruturais pelo fim da homofobia realizado pelo Instituto Papai em parceria com o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade da UFPE e possui o financiamento do Programa Estadual de DST/AIDS da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco e Ministério da Educação através da SECAD. Em seu conteúdo encontra-se temáticas tais quais: homofobia, diversidade, violências, “Programa Brasil Sem Homofobia”, “Programa Pró-Equidade” além das questões referentes às famílias homoparentais.

Este tipo de material direciona-se para cursos, cujos propósitos sejam o de explicitar que não há mal algum em ser LGBT e compreender estas pessoas como parte da sociedade e com a mesma posse de direitos como os demais. Estes materiais voltam-se para a demonstração de que a diversidade não é, de forma alguma, uma outra espécie humana e busca, sim, desvelar todo o moralismo pautado sobre as suas figuras e desmistificar os paradigmas sociais que se impõem na sociedade contemporânea, os quais estão cristalizados e não são postos à reflexão pela grande maioria.

No que tange a desmistificação dos paradigmas sociais, quer se dizer, que de acordo com os conteúdos apresentados, os quais versam casais, família, violências e diversidade, estes conteúdos proporcionam o entendimento do LGBT enquanto pessoa, retirando o fardo imposto socialmente sobre suas figuras, quando na perspectiva que se emprega o olhar voltado à sua orientação sexual e desconsiderando o seu ser enquanto pessoa humana e cidadã.

Nesse mesmo sentido, outro material também do Instituto Papai chama-se “A diversidade é legal- educação e saúde sem preconceito”, da série Violências de Gênero, cujo propósito segue a mesma linha de produção do material citado anteriormente, mas, no entanto, foca-se sobre a temática da Homofobia (vide Figura 9).

Este tipo de material possui fins específicos e tratam de temas primordiais para o entendimento da diversidade a exemplo do que é sexo, sexualidade e gênero, para posteriormente, dar vez aos conceitos e nomenclaturas que se estendem através destas discussões.

Neste sentido, enfatiza o que é homossexualidade, homofobia e dá um direcionamento no que tange às violências que estes sofrem, os tipos de violência que ocorrem com esta população, seus direitos e deveres, bem como da existência



de programas de auxílio a estes casos e políticas públicas, a exemplo do “Programa Brasil Sem Homofobia”. O material ainda oferece sugestões de atividades a serem trabalhadas em grupo, promovendo uma reflexão de acordo com a temática abordada em cada um dos temas descritos acima.



FIGURA 9 – CARTILHA A DIVERSIDADE É LEGAL! EDUCAÇÃO E SAÚDE SEM PRECONCEITO

FONTE: INSTITUTO PAPAI DE RECIFE-PE (2008)

Desta forma, de acordo com os eixos possíveis além do eixo da formação de professores, encontram-se os eixos Preconceito e Discriminação, Direitos Humanos e, no tocante às abordagens de acordo com a Educação Sexual, estas podem ser observadas a partir das abordagens de direitos sexuais, direitos humanos e *queer*.

O material intitulado “Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: por uma prática pedagógica inclusiva”, também apresentado no formato cartilha, é oriundo do “Projeto Iguais porque Diferentes”, possui como apoio a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres e a Secretaria de Educação e Cultura, ambas da

Prefeitura Municipal de João Pessoa, além da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura da Prefeitura Municipal de Campina Grande, Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santa Rita, Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Lucena e Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Sousa (vide Figura 10).

O projeto foi financiado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), publicado em 2009 e possui o apoio da Universidade Federal da Paraíba e do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e relações de Sexo e Gênero.

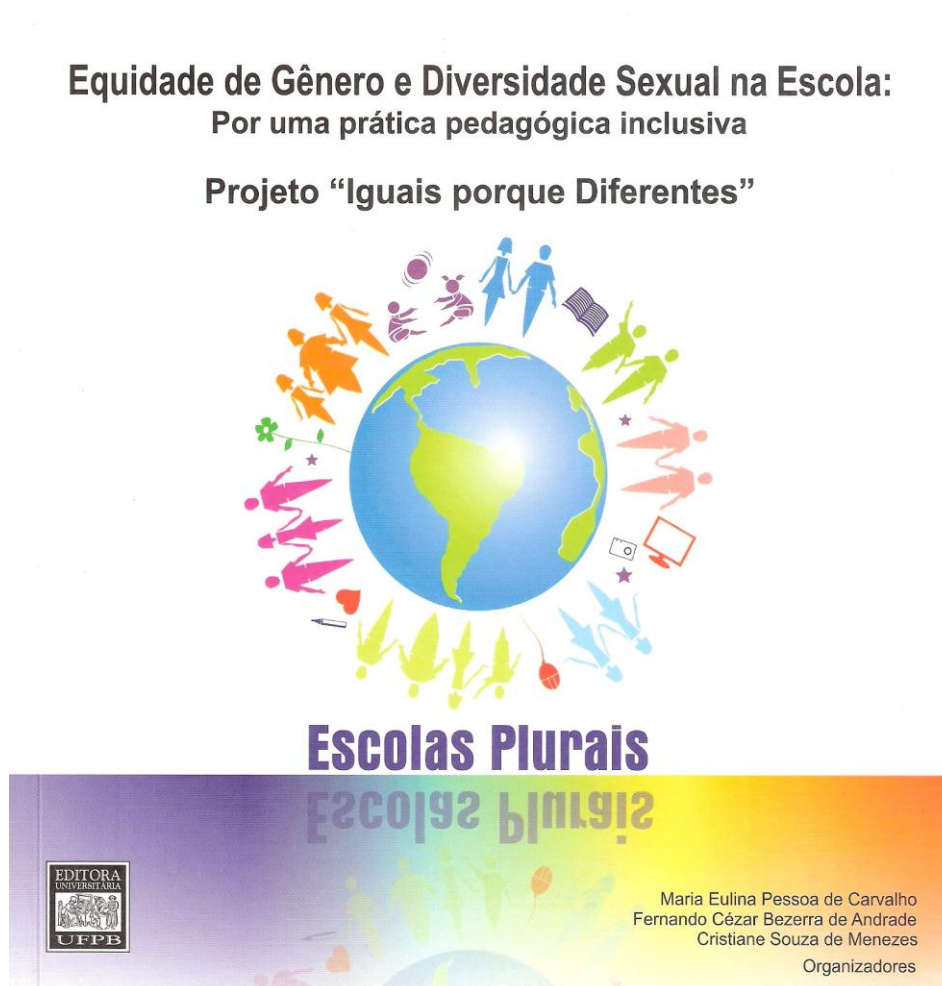


FIGURA 10 – CARTILHA EQUIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: POR UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

FONTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (2009)

Este material versa sobre as práticas de gênero e diversidade sexual que se apresentam na escola contemporânea e traz temas que buscam informar, refletir e conscientizar sobre as ações e situações que podem ser encontradas em sala de aula. Para tanto, versa sobre os temas referentes a: natureza, cultura, gênero, sexo, sexualidade, homofobia e suas relações com a escola.

Em sua apresentação, o material possui o intuito de

“estimular o debate sobre as relações de gênero e as identidades sexuais não hegemônicas nas escolas, tendo em vista a construção de uma prática pedagógica não discriminatória, que reconheça e respeite a diversidade sexual e de gênero e que contribua para a transformação das desigualdades sociais construídas a partir das diferenças percebidas entre os seres humanos”. (CARVALHO *et al*, 2009, p.7).

Desta forma, percebe-se a importância de tal material e sua contribuição enquanto propulsora de mudança social.

De acordo com os eixos estabelecidos para esta pesquisa, além do eixo da formação de professores, é possível visualizar a sua inserção, ainda, no eixo referente ao Preconceito e Discriminação e, no que diz respeito às abordagens de acordo com a Educação Sexual, pode-se compreender que este material possui as abordagens referentes a direitos sexuais e *queer*. Isto pode ser encontrado de acordo com os conteúdos que são apresentados no material que diz respeito as temáticas sobre natureza x cultura, gênero, sexo e sexualidade, homofobia, diferenças e desigualdades e escola.

Dos materiais encontrados no formato livro encontra-se o intitulado “Desatando Nós- fundamentos para a práxis educativa sobre Gênero e Diversidade Sexual”, uma realização do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) de Fortaleza-CE. O material possui apoio do Ministério da Educação, Prefeitura de Fortaleza, Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e Universidade Federal do Ceará (UFC) e foi publicado em 2009 (vide Figura 11).

Desta maneira, “traz como temática central a abordagem pedagógica sobre a sexualidade nas práticas educativas, especialmente as que envolvem a diversidade de orientações sexuais, empreendidas nos espaços da educação formal a escola nos Movimentos Sociais - LGBTT e de mulheres” (GRAB, 2009, p.1).

Este material volta-se a cursos de formação sobre gênero e sexualidade, abrangendo temas referentes a estas temáticas em discussões aprofundadas, já que seu conteúdo se apresenta na forma de artigos científicos e o seu conteúdo produzido possui um caráter mais acadêmico ao levar em consideração os outros aqui já citados. Nestes temas, versam temáticas referentes ao movimento LGBT e suas práticas educativas, à Educação, a formação continuada de professores e experiências no meio escolar. Essas temáticas, assim trabalhadas em um âmbito mais acadêmico, são frutos da parceria entre a ONG e a Universidade, assim como ocorre com a grande maioria das ONGs e também dos trabalhos produzidos para a academia em forma de dissertações e teses.

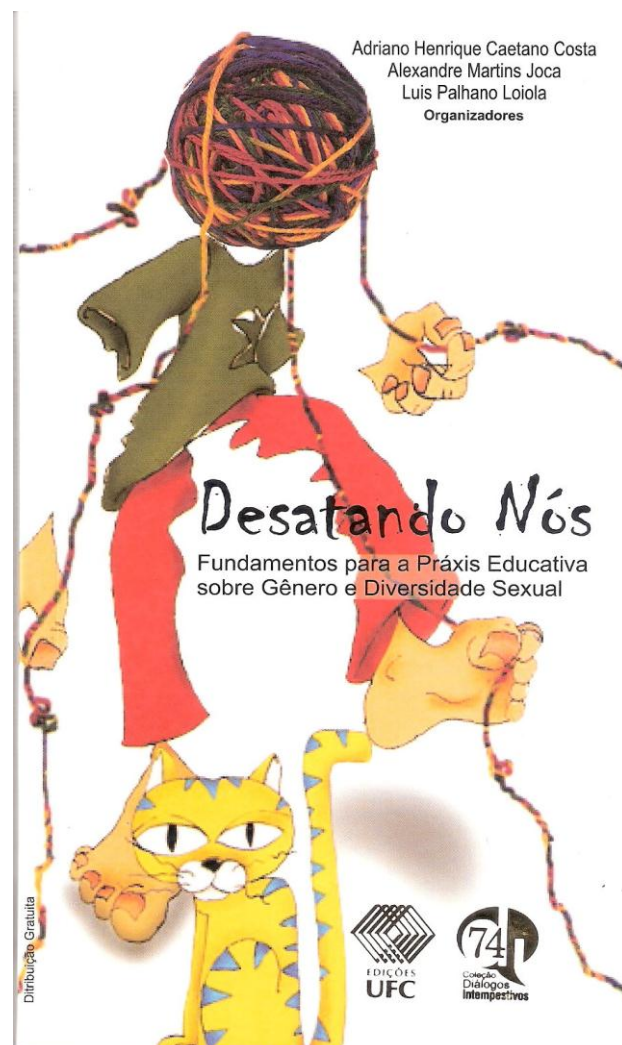


FIGURA 11 – LIVRO “DESATANDO NÓS: FUNDAMENTOS PARA A PRÁXIS EDUCATIVA SOBRE O GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

FONTE: GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA (2009)



Dessa forma, estes cursos visam impactar não somente uma população específica, no caso aqui LGBT, mas estende-se a determinados setores da sociedade, como o professorado e trabalhadores do setor público, com a intenção de informar e ampliar o olhar sobre a sociedade heteronormativa em que vivemos. Este material, de acordo com o eixo selecionado, formação de professores, apresenta ainda o eixo Preconceito e Discriminação como agregador, no que diz respeito às discussões que se apresentam e, no que tange às abordagens de acordo com a perspectiva da Educação Sexual, apresenta as abordagens dos direitos humanos e *queer*. Isto significa que, de acordo com o conteúdo apresentado no material, os quais tratam das questões ligadas à gênero, sexualidade, diversidade sexual, movimento LGBT e experiências escolares, torna-se possível identificar as abordagens e o teor de seus conteúdos a partir destas perspectivas.

Outro material no formato livro e pertencente à mesma ONG, GRAB, é o “Recortes das Sexualidades-encontros e desencontros com a educação”, cujo apoio é da Prefeitura de Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará (vide Figura 12).

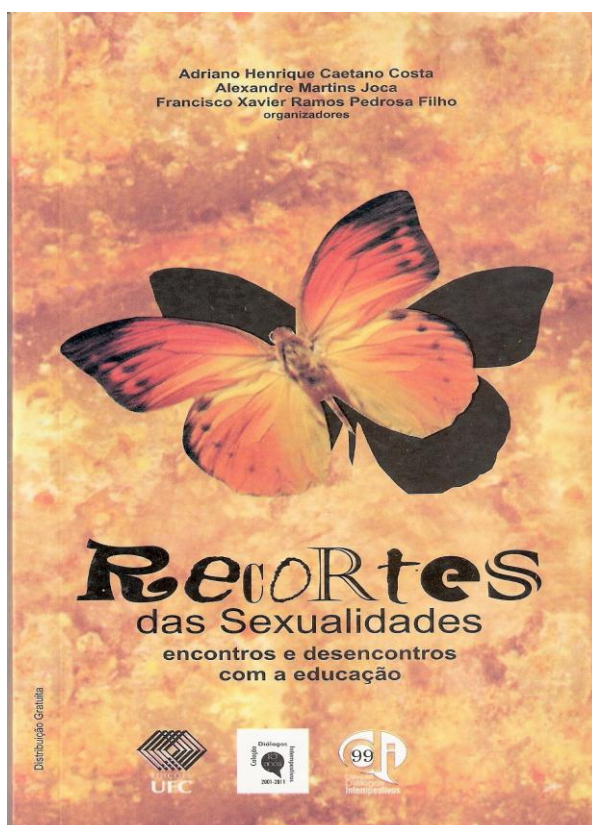


FIGURA 12 – LIVRO “RECORTES DAS SEXUALIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS COM A EDUCAÇÃO

FONTE: GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA (2011)

Publicado em 2011, sua proposta “é aproximar espaços educacionais (formais e não formais) em torno dessa temática, no intuito de subsidiar educadores(as) às práticas educativas de enfrentamento à homofobia e ao sexismo no espaço escolar”. Neste material, as discussões contempladas pertencem ao campo das sexualidades e versam sobre temas como sexo, sexualidade, diversidade sexual, relações de gênero, educação sexual, identidades de gênero e movimento social LGBT.

Neste sentido, de acordo com o eixo, no qual se encontra a formação de professores, pode ser analisado sob a perspectiva do eixo dos direitos humanos enquanto que sua abordagem, de acordo com a Educação Sexual, encontra-se entre os direitos humanos, direitos sexuais e *queer*. É possível identificar tais abordagens de acordo com os conteúdos apresentados pelo material, os quais abarcam temas como sexo, educação sexual, diversidade sexual, sexualidades relações de gênero e espaço escolar.

Na mesma categoria de formato de material e na mesma ONG ainda, tem-se o material intitulado “Diversidade Sexual-perspectivas educacionais”, de Fortaleza-CE e lançado em 2006 (vide Figura 13).

O material, cuja realização é do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), têm o apoio do Ministério da Educação, da Universidade Federal do Ceará e SECAD, “ressalta questões importantíssimas norteadoras para o entendimento do trabalho com os saberes da sexualidade humana nos espaços da escola e do Movimento GLTB e das manifestações expressas pelos jovens, em seu cotidiano, nos tempos vividos no grupo organizado, as expressões não verbais e seus discursos/falas (manifestações discursivas e/ou comportamentais) caracterizadas pela homofobia”.

O material traz discussões concernentes à Educação, porém, levando em consideração as manifestações da sexualidade nos espaços escolares e suas implicações, tanto para o meio escolar quanto para os que sofrem em relação ao preconceito, discriminação, segregação e homofobia no âmbito escolar. Dessa maneira, seu conteúdo, apresentado no formato de artigos, traz discussões relevantes no tocante à homofobia e relações sociais, ações educativas, processo educativo, sexualidade, educação sexual, discursos dos jovens em torno da sexualidade e diversidade sexual.

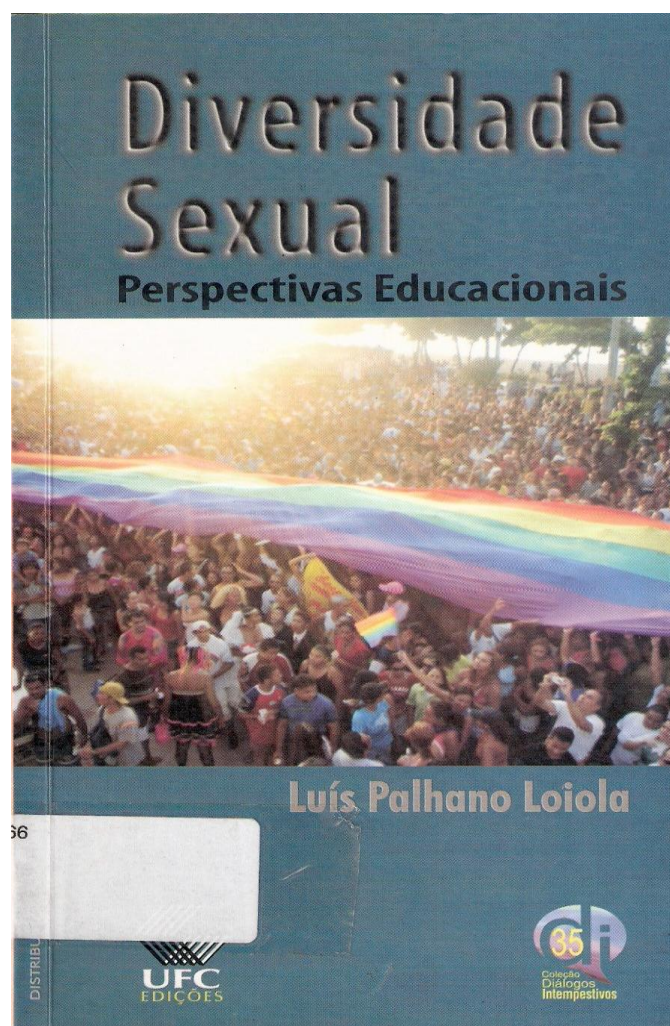


FIGURA 13 – LIVRO DIVERSIDADE SEXUAL:  
PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS

FONTE: GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA (2006)

No tocante ao eixo ao qual está inserido, formação de professores, o material pode ser reconhecido ainda no eixo referente ao Preconceito e a Discriminação e, no que tange as abordagens da Educação Sexual, podem ser encontradas as abordagens dos direitos humanos e direitos sexuais quanto à produção de seus conteúdos. Tais abordagens podem ser identificadas a partir da perspectiva dos conteúdos encontrados no material que versam sobre educação sexual, diversidade sexual, homofobia, sexualidade e espaço escolar.

Outro material publicado no formato livro é o intitulado “Homossexual, Educador e o Preconceito nas Escolas-seis anos de Adhons”, realizado pela Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (ADHONS) em Aracaju-SE e publicado no ano de 2009 (vide Figura 14).

O material, realizado com o apoio do Governo Federal, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural e pela própria ONG, faz parte do Projeto Educando para a Diversidade, o qual originou-se do trabalho de conclusão de curso (TCC) de Marcelo Lima de Menezes, autor do livro e presidente do ADHONS.

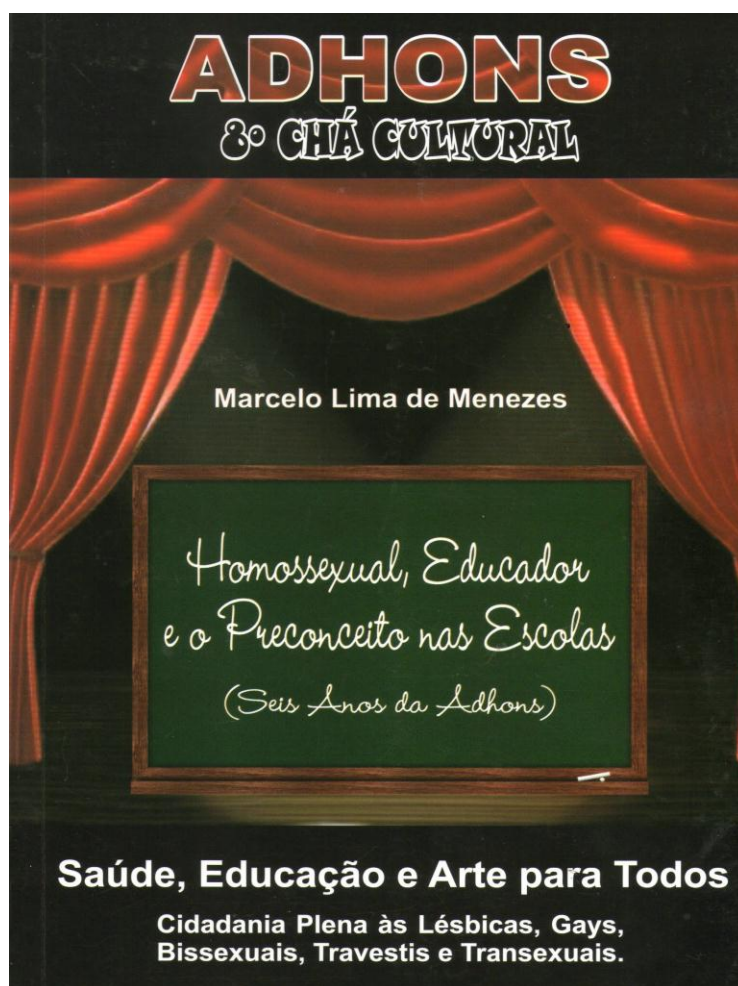


FIGURA 14 – LIVRO “HOMOSSEXUAL, EDUCADOR E O PRECONCEITO NAS ESCOLAS: SEIS ANOS DA ADHONS

FONTE: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA HOMOSSEXUAL DE SERGIPE (2009)

Este material voltado ao público docente traz um panorama no que se refere à história do Movimento LGBT, à homossexualidade e aos Direitos Humanos. Em suas discussões trata de temas como histórico da sexualidade, a luta LGBT e os desafios enfrentados por estes, os direitos humanos e a cidadania LGBT e as práticas de professores homossexuais enquanto professor. Neste sentido, traz uma

perspectiva de um todo referente ao entendimento e compreensão da diversidade por parte do professorado e permite, através do trabalho com preconceito, discriminação e violação de direitos, a noção de que este público que hoje emerge e apresenta sua luta diante da sociedade não é novidade alguma, mas possui um passado histórico, no qual durante os tempos foi realizando seus ganhos e perdas diante da batalha da vida.

Além do eixo de formação de professores no qual se encontra este material, pode ser observado ainda sob a perspectiva dos eixos dos direitos humanos e preconceito e discriminação por compreender uma série de discussões que permitem abarcar todos estes eixos e, de acordo com as abordagens previstas na Educação Sexual, tal material pode ser visualizado sob as abordagens dos direitos humanos e direitos sexuais, pelo fato de tocarem em muitos dos pontos pertencentes a estas abordagens. Tal fato constitui-se pelos conteúdos que são apresentados no material, os quais tratam de do histórico da homossexualidade e seus aspectos de preconceito e discriminação, a luta LGBT e os movimentos em busca da garantia dos direitos humanos e a perspectiva dos direitos humanos em si.

Em suma, os materiais encontrados que referem-se ao eixo da formação de professores, mais especificamente, são estes, no entanto, os outros materiais que serão apresentados nos eixos seguintes também apresentam algum conteúdo pedagógico e que permita o uso em formações/capacitações de professores, contudo, seus conteúdos e abordagens os direcionam para outros lados que não pontualmente a formação de professores em si.

### 3.5.2 EIXO: PREVENÇÃO EM SAÚDE

Neste eixo estão localizados os materiais referentes às temáticas que abordam a prevenção em DSTs, HIV/AIDS e outras temáticas que vinculem questões de saúde, reprodução e/ou direitos sexuais.

Desta maneira, encontramos o material intitulado “Guia de Orientação Sexual-diretrizes e metodologia”, realizado pelo grupo ECOS- Comunicação em Sexualidade, de São Paulo (vide Figura 15).



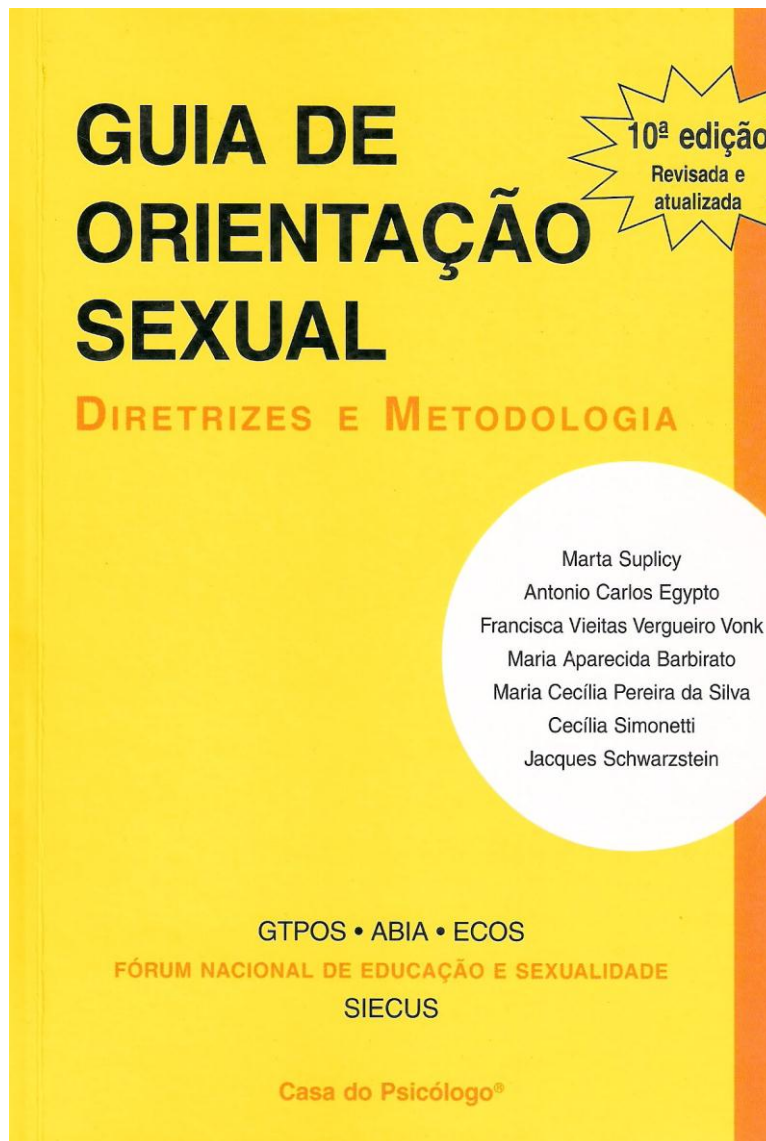


FIGURA 15 – LIVRO “GUIA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL: DIRETRIZES E METODOLOGIA”

FONTE: ECOS (1994)

Este material possui uma história que vai além dos materiais já então apresentados, devido ao seu contexto histórico e amplitude. Isto quer dizer que:

O guia original começou a ser elaborado em 1990, pela SIECUS, Conselho de Informação e Educação Sexual dos Estados Unidos, com a cooperação de um Fórum composto por educadores, profissionais líderes no campo da saúde e representantes de organizações nacionais. Após extenso trabalho em conjunto e revisões individuais pelos membros do Fórum, o Guia ficou pronto em Julho de 1991...O projeto brasileiro teve início quando o GTPOS, a ABIA e a ECOS, entrando em contato com o material americano, acreditaram que ele poderia, adaptado à nossa realidade, ser útil ao Brasil, que vive, com outras dimensões, as mesmas carências...Feita a nova adequação do Guia de Orientação Sexual à realidade Brasileira, o material foi enviado para revisão de todos os representantes do Fórum, para avaliações e comentários finais. (ECOS, 1994, p.17-18).

Nesse sentido, este material, primeiramente, foi originalmente publicado no Brasil em 1994, apresenta uma relevante contribuição no que diz respeito à saúde e ao trabalho em saúde em nosso país, quando do seu primeiro Guia em 1994 até a data da publicação deste material 10 anos depois, em 2004, muitas revisões foram feitas e refeitas com a finalidade de incluir as temáticas que vinham do contemporâneo e necessitavam ser contempladas em torno das discussões que tal Guia promovia. Então, o material produzido como o apoio do GTPOS (Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual), ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e a ECOS (Comunicação em Sexualidade), permitiu, com a parceria do Fórum Nacional de Educação e Sexualidade, ampliar a discussão em torno da sexualidade humana.

Para tanto, os temas sobre os quais se estendem a discussão proposto por este material versam sobre anatomia, reprodução, puberdade, corpo, autoestima, atração de acordo com a orientação sexual, bem como temas relacionados à família, amizade, namoro, casamento, paternidade, passando pelos grandes campos que tratam sobre comunicação, valores, comportamento sexual, saúde sexual e reprodutiva, até discussões sobre sociedade e cultura.

Dessa maneira este tipo de material têm uma finalidade específica quanto ao trabalho com as temáticas referentes à gênero e sexualidade que não contemplam os temas de preconceito, discriminação e violências como visto até aqui, levando a discussão a um outro nível enquanto formação de educadores sexuais. Nessa perspectiva, e de acordo com o eixo no qual se encontra, da prevenção em saúde, é possível visualizá-lo, também, na formação de professores e, por mais que não trate explicitamente dos temas ligados à preconceito e discriminação, pode também ser encaixado neste eixo. Do ponto de vista das abordagens em relação à Educação Sexual, possui em seus conteúdos os aspectos das abordagens biológico-higienista e direitos sexuais.

Outro material, disposto no mesmo formato de Guia e voltado à prevenção em saúde é intitulado “Saúde e Prevenção nas Escolas-atitude para curtir a vida”, realizado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais em parceria com o Ministério da Educação e Secretaria de Educação Básica (vide Figura 16).

O material publicado em 2010, é apresentado em 8 cartilhas, cujos títulos são: Adolescências: Juventude e Participação, Raças e Etnias, Álcool e outras Drogas, Metodologia de Educação entre Pares, Gêneros, Sexualidades e Saúde Reprodutiva, Prevenção das DST, HIV e AIDS e Diversidades Sexuais.

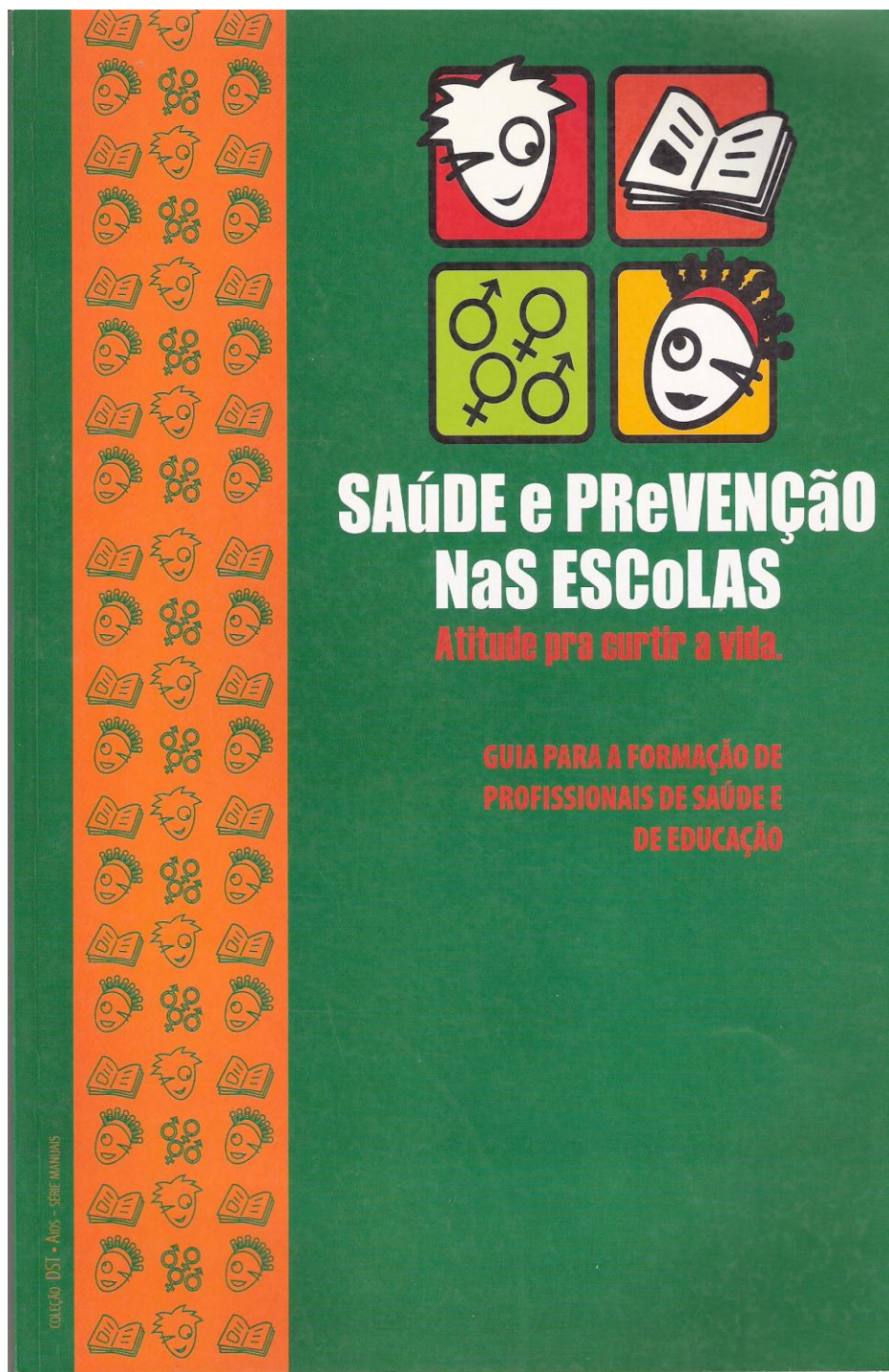


FIGURA 16 – GUIA “SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS: ATITUDE PRA CURTIR A VIDA

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE (2010)



O projeto tem apoio da UNESCO, UNICEF, UNODC, UNFPA, Governo Federal, Ministério da Educação e Ministério da Saúde e possui como proposta o trabalho com as diversas faces da prevenção em saúde, levando em consideração a perspectiva da existência das muitas sexualidades onde, a formação de professores é um dos pilares para o trabalho com estes temas, no entanto, seu público-alvo são os jovens adolescentes com o “objetivo de auxiliá-los(as) no desenvolvimento de suas ações de formação para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, a partir do debate e do fortalecimento da participação juvenil”.

Desta maneira, os temas em relação à prevenção em DST/AIDS, Relações de Gênero, Sexualidade, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva e Planejamento de ações, como constam no Guia para a Formação de Profissionais de Saúde e de Educação “tem como objetivo central desenvolver estratégias de promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, de promoção da saúde, de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, do HIV e da AIDS, e da educação sobre álcool e outras drogas, com adolescentes e jovens escolares, por meio do desenvolvimento articulado de ações no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde”.

O projeto, de caráter nacional, confeccionado originalmente em 2006 e publicado pela primeira vez em 2008 e reeditado em 2010, permite visualizar uma nova forma de trabalhar a sexualidade agregando a prevenção em saúde e articulando a saúde e a educação em prol de uma melhoria na sociedade tanto no que concerne ao respeito à diversidade quanto na garantia dos direitos e assistência à saúde. Diante do exposto, ao observamos a explícita relação dentro do eixo da prevenção em saúde, pode-se verificar ainda a participação no eixo da formação de professores e, também, no eixo do preconceito e da discriminação. No que tange às abordagens da Educação Sexual, estas podem ser vistas nos seus conteúdos, de acordo com as abordagens biológico-higienista, direitos sexuais e direitos humanos pelo fato de agregarem em suas discussões, importantes considerações no tocante à sexualidade.

Outro exemplo dos materiais em prevenção em saúde é o “Juventudes homossexuais e sexualidades: comportamentos e práticas” realizado pelo Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) de Fortaleza-CE (vide Figura 17).



FIGURA 17 – LIVRO “JUVENTUDES HOMOSSEXUAIS E SEXUALIDADES: COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS”

FONTE: GRUPO DE RESISTÊNCIA ASA BRANCA (2008)

Este material, oriundo como produto final da pesquisa, “Práticas Sexuais e conscientização sobre Aids: uma pesquisa sobre o comportamento sexual de jovens gays e outros homens que fazem sexo com homens-HSH- das periferias de Fortaleza”, do Projeto Sagas, que foi realizada em 2007 e publicado em 2008, sendo apoiado e financiado pela própria ONG e a Fundação Schorerstisting.

Neste sentido, visa contribuir com estas práticas de prevenção e atenção à saúde, a partir, da experiência jovem, o que pode vir a contribuir socialmente compreendendo os modos de ser e estar no mundo dos jovens e sua relação com as práticas sexuais, o uso do preservativo e infecção em relação às DST/HIV/Aids. Diante disso, os conteúdos apresentados versam sobre identidade e comportamento sexual, o uso de substância, práticas sexuais, prevenção às DST/HIV/AIDS, preconceito, discriminação, violência, políticas públicas e práticas preventivas em

relação à população jovem.

Desta forma, o material apresenta vasto conteúdo referente à compilação dos resultados oriundos da pesquisa e que demonstram como se deu o processo de formação desses jovens, através do projeto, bem como seus resultados para com estes e a sociedade. Dessa maneira, o trabalho realizado de acordo com a perspectiva do “ser jovem”, compreendendo como este, na perspectiva dos 15 aos 29 anos, apresenta-se diferente do trabalho apresentado anteriormente e com o mesmo público-alvo, no entanto, enfocando contextos diferentes.

Nessa direção, o material/pesquisa espera “contribuir para o avanço da reflexão política de ativistas, pesquisadores(as), gestores(as) públicos e profissionais de saúde que contribuem e articulam suas ações no enfrentamento da epidemia da AIDS” (PEDROSA, CASTRO, 2008, p. 8).

Sendo assim, percebe-se que, apesar de o público-alvo ser os jovens, suas práticas sexuais, modos de prevenção e relação com o sexo, a sua finalidade amplia-se a outros setores e demonstra a abrangência do material em relação ao direcionamento deste em relação à sociedade e sua contribuição. Assim, de acordo com o eixo no qual se encontra, de prevenção em saúde, este ainda pode ser relacionado aos eixos de preconceito e discriminação, direitos humanos e formação de lideranças e em relação às abordagens da Educação Sexual, encontram-se a biológico-higienista, os direitos sexuais e direitos humanos.

Em suma, estes materiais possuem abordagens, conteúdos e dinâmicas diferentes das apresentadas no eixo da formação de professores e possibilita compreender a maneira pela qual a direção dos conteúdos, por mais que possua pontos semelhantes, no que diz respeito à diversidade sexual, sexualidade e outros, apresentam características de exposição e contribuição diferentes, permitindo visualizar a contribuição de tais materiais/abordagens para com a sociedade.

### 3.5.3 EIXO: DIREITOS HUMANOS

Apresentam-se aqui os materiais relacionados e que tem como foco principal a temática dos Direitos Humanos, não deixando de considerar que os outros eixos também incluem-se nestes materiais.

O curso encontrado sobre a perspectiva dos Direitos Humanos e encontrado no formato *folder*/panfleto foi o “Projeto Educar para a Vida é Educar para a Diversidade”, coordenado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia/SETAS em uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Campo Grande-MS (vide Figura 18).



FIGURA 18 – PANFLETO “EDUCAR PARA A VIDA É EDUCAR PARA A DIVERSIDADE

FONTE: CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À HOMOFOBIA (2009)

O curso foi voltado à adolescentes/jovens como forma de contribuir no tocante ao respeito às diferenças e foi realizado no formato de oficinas, em 7 escolas da Rede Estadual de Ensino no Município de Campo Grande-MS.

O curso apresentado no formato de oficinas trabalhou os temas referentes à: direitos humanos, relações sociais de gênero, respeito às diferenças, juventude e participação social, saúde-casos e acasos e meio ambiente e relações solidárias. O projeto foi realizado no ano de 2009, junto às 7 escolas em detrimento do lançamento da pesquisa da UNESCO, Juventudes e Sexualidade, com pesquisa realizada em escolas de 14 capitais brasileiras no qual delatava-se a Homofobia que

ocorria nos meios escolares e se estendia para a vida, afetando os processos e as relações sociais.

Tal curso de formação, pode ser identificado sob a ótica das abordagens dos direitos humanos, biológico-higienista e direitos sexuais pelo fato de conter em seus temas de oficinas, algumas vertentes das quais podem ser identificados, através dos temas, os seus conteúdos. O curso, voltados aos jovens em geral, em período da adolescência, divulga desta forma, seu público-alvo, permitindo assim, apurar o olhar no tocante à demanda que se encontrava o espaço escolar e, os objetivos para com esta.

Neste sentido, atinge tanto as identidades hétero, homo, bi, les e trans, ampliando o leque de discussão, não estando especificado e restringindo a participação de segmentos, permitindo uma maior discussão, visibilidade e tratamento quanto às questões referentes ao respeito à diversidade e atenção a mesma. No entanto, tal *folder*, não traz informação alguma referente ao processo pelo qual ocorreram as oficinas, suas impressões e resultados atingidos ou não, porém, constitui-se importante iniciativa no sentido de acolhimento e atenção ao tema e encaixam-se nas categorias de direitos humanos, prevenção em saúde e preconceito e discriminação e, de acordo com as abordagens da Educação Sexual, localizam-se as abordagens dos direitos humanos e direitos sexuais.

Outro material encontrado na perspectiva dos Direitos Humanos é o intitulado “A Diversidade é Legal - educação e saúde sem preconceito”, uma realização do Instituto Papai, do Fórum LGBT Pernambucano e do GEMA/UFPE, de Recife-PE. O material, da série Violências de Gênero, possui o financiamento e apoio do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e do Programa Estadual de DST/AIDS da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco e foi publicado em 2007.

O projeto, “cujo objetivo é desenvolver e divulgar materiais de apoio a educadores(as), profissionais de saúde e jovens promotores(as) de saúde, para atuarem no enfrentamento da homofobia, especialmente contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), adolescentes e jovens”(SETAS, 2009, p.1), possui como conteúdo os temas referentes à sexo, sexualidade, gênero, homofobia, violência, os Programas Brasil Sem Homofobia, e Pró-Equidade, além da instrumentalização em leis e direitos. Dessa forma, o material apresenta maiores possibilidades de uso e de alcance enquanto público-alvo e isto revelam a

importância destes tipos de materiais como contribuição à sociedade.

De acordo com o eixo no qual se encontra, a dos direitos humanos, o material apresenta riquíssimo potencial, tanto para professores e demais integrantes do espaço escolar e que queiram trabalhar com a temática, quanto por ativistas e a formação de lideranças, entre outros. Por este motivo, mesmo que o título do material aponte para a saúde e educação, este material é, sem sombra de dúvidas, fruto de uma ação voltada aos Direitos Humanos e mesmo estando neste eixo, permite-se ainda estar no eixo do Preconceito e da Discriminação, bem como, na Formação de Professores, enquanto que, de acordo com as abordagens referentes à Educação Sexual, este apresenta as abordagens *queer*, direitos humanos e direitos sexuais, de acordo com os conteúdos do material.

#### 3.5.4 EIXO: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Neste eixo serão apresentados os materiais voltados à formação de lideranças, tanto no âmbito do Movimento LGBT, quanto na perspectiva do trabalho com jovens e outras faixas etárias.

Um material o qual está vinculado à formação de lideranças, na perspectiva dos jovens é o “Projeto Purpurina (PURPS)” cuja iniciativa parte da Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais (GPH) e possui como patrocínio o próprio GPH, o Programa Estadual/ Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS SP e o Governo do Estado de São Paulo. O público-alvo do projeto é a Juventude LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e Heterossexuais), inclusos na faixa etária correspondente entre dos 13 aos 24 anos, na cidade de São Paulo-SP (vide Figura 19).

O projeto, de acordo com o exposto na apresentação do documento, “baseia-se no protagonismo juvenil: os jovens escolhem os assuntos, pesquisam, debatem, apresentam, com dois encontros por mês, tendo a presença de 60 a 100 jovens em cada encontro”, diz ainda que:

Os objetivos principais do projeto são: 1) aproximar filhos(as) de seus pais e familiares; 2) informar e debater sobre a prevenção às DTSSs; 3) aumentar a autoestima dos(as) jovens; 3a) oferecendo a possibilidade de socialização; 3b) proporcionando ambiente sadio para amizade,namoro; 3c) informando sobre

o que acontece de importante na comunidade LGBT e abrindo debate sobre estes assuntos. (MODESTO, 2011, p. 4).

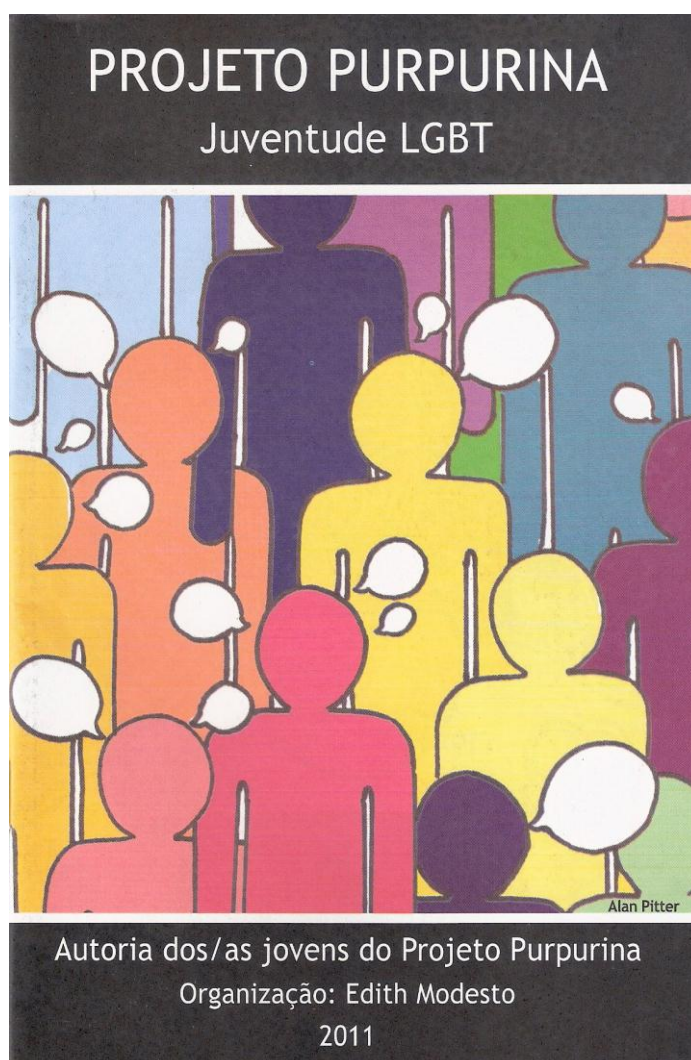


FIGURA 19 – CARTILHA “PROJETO PURPURINA: JUVENTUDE LGBT”

FONTE: GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS (2011)

Dessa maneira, vê-se que o projeto, apesar de ser voltado à população LGBT Jovem, inclui em sua parcela de alcance, o jovem hétero, uma idiossincrasia deste projeto, tendo em vista os projetos até então aqui mencionados. Nesse sentido, os conteúdos trabalhados durante o projeto tratam de temáticas tais como: os jovens LGBTs e suas relações com autoperceção, diferenças e semelhanças entre os LGBTs e amizade/socialização, passando pelos temas referentes a namoro, com as suas nuances LGBT ou não, em questões de quem namorar, quando, onde, promiscuidade, droga e casamento, dando uma pincelada no ganho do namoro com



os temas de sexo e prevenção, as questões de gênero, preconceito e suas formas de exposição nos mais diversos ambientes bem como uma pitada de religião e um sentido político, como contribuinte do processo de construção da cidadania LGBT e a instrumentalização destes jovens em relação à leis, direitos e as manifestações em prol da cidadania LGBT.

De acordo com as categorias estabelecidas nesta pesquisa, o material acima apresentado possui quatro eixos correspondentes, que são: direitos humanos, preconceito e discriminação, prevenção em saúde e formação de lideranças e, no tocante às abordagens, relaciona-se entre os direitos humanos, o *queer* e os direitos sexuais. Dessa forma, é possível encontrar em um mesmo material muitas particularidades, quanto à especificidade da população-alvo, bem como, as diferenças em relação às suas categorias e abordagens e as forma como estas são trabalhadas.

Este curso, voltado a Juventude LGBT, trata de questões referentes aos jovens LGBT que estão implicadas nas temáticas de autopreconceito, namoro, sexo, prevenção, questões de gênero, preconceito, homofobia, religião, direitos e deveres e sobre si mesmos.

Dessa forma, este curso visa trabalhar com a juventude, apoiando-se na perspectiva de auxílio a esses jovens, não somente enquanto gays, mas pelas fases da adolescência e das implicações que esta fase traz, com relação a si e sobre a sua sexualidade, bem como trabalhar com suas relações referentes a preconceito e discriminação de acordo com suas orientações sexuais.

Outro projeto na mesma linha é proveniente de uma iniciativa do Ministério da Saúde, em parceria com a ABGLT, cujo nome é SOMOS, foi recolhido primeiramente no formato *folder* e, posteriormente, no formato Guia (vide Figura 20).

No entanto, em seu formato *folder*, há certa diferença quanto á apresentação de seu conteúdo, a começar pelo seu título “SOMOS- Qualificação Continuada para lideranças GLBT em Desenvolvimento Organizacional, *Advocacy* e Intervenção”.

O nome dado ao projeto, de acordo com o documento, “é uma homenagem a um dos primeiros grupos gays do Brasil, o SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, que atuava em São Paulo no final dos anos 70”. O projeto iniciou-se em 1999, e em 2006 contava com 275 grupos em sua adesão, sendo sua área de atuação a epidemia de Aids, no qual, o projeto voltava-se, de acordo com o documento, para pessoas que estão se mobilizando para formar organizações



GLBT, bem como organizações que já estão se estruturando e querem se fortalecer para trabalhar na área de prevenção e atenção em DST/HIV/AIDS, bem como da promoção da cidadania LGBT”.



FIGURA 20 – PANFLETO: SOMOS  
FONTE: ABGLT (2006)

Já no formato Guia o projeto intitula-se “Projeto Somos- Desenvolvimento Organizacional, *Advocacy* e Intervenção para ONGs que trabalham com Gays e outros HSH (Homens que fazem sexo com Homens)”, cuja publicação data de 2005 sendo financiada com recursos do projeto UNODC AD/BRA/03/H34, possui o apoio do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional DST/AIDS e das Nações Unidas e foi executado pela ABGLT em um plano Nacional

(vide Figura 21).

Desta forma, os conteúdos encontrados no Guia, versam sobre toda a parte de desenvolvimento organizacional de uma ONG, desde a sua criação, passando pelos procedimentos e formas de manter a organização, as questões relacionadas à administração de pessoal, organização interna e a prática na sociedade por meio do *Advocacy* e da Intervenção. No entanto, o documento traz que, tendo “em vista o contexto das respostas brasileiras para a epidemia do HIV/AIDS, nos seus 6 anos de existência, o Projeto Somos protagonizou, em âmbito nacional, uma iniciativa multifatorial, que combinou e conjugou ações educativas no campo da prevenção do HIV/Aids. Promoção de climas favoráveis e *Advocacy*, desenvolvimento institucional e fortalecimento de organizações da sociedade civil, que atuam no campo da luta pela cidadania do público LGBT”.

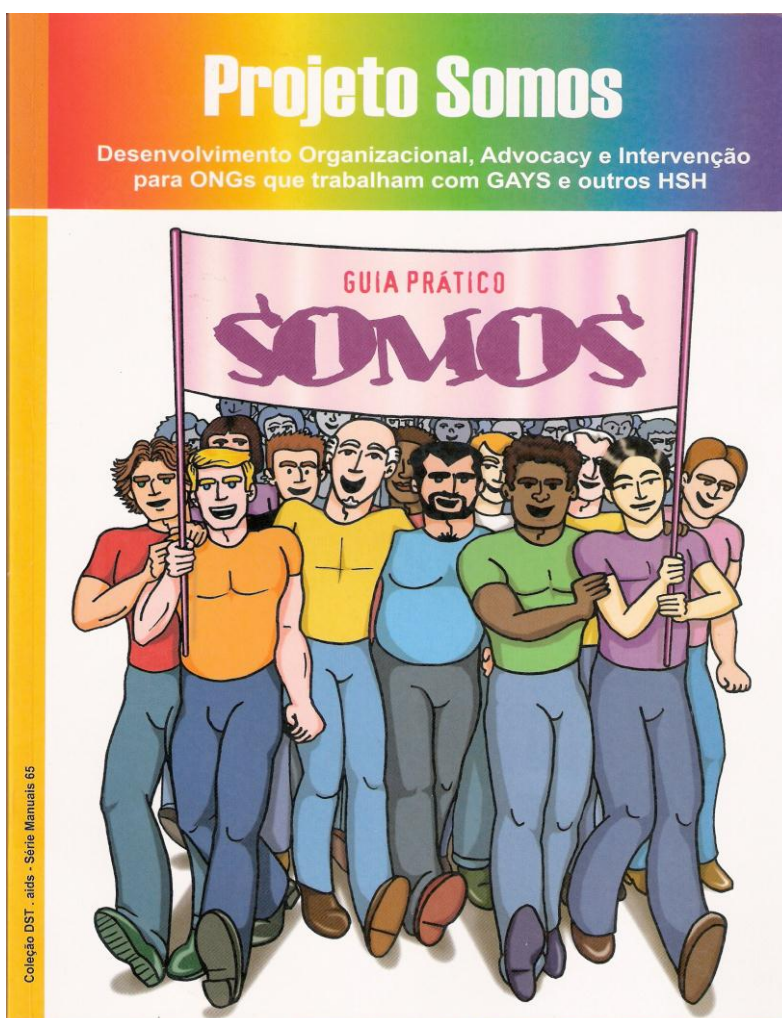


FIGURA 21 – GUIA “PROJETOS SOMOS”

FONTE: ABGLT (2005)

Dessa maneira, apesar de o texto do documento sinalizar as ações de prevenção a que se destina o material, os conteúdos e a prática do mesmo levam a outra direção, que permite visualizar a formação de lideranças numa perspectiva de movimento social, apontando informes sobre a criação e funcionamento das ONGs, bem como a manutenção e formação de pessoal para atuarem dentro e fora da ONG, como contribuição às práticas previstas de prevenção.

Dessa forma, podem ser reconhecidas enquanto abordagens a biológico-higienista e a dos direitos humano, enquanto categoria, prevenção em saúde, formação de lideranças, direitos humanos e preconceito e discriminação. É possível então, observar a especificidade da sua população-alvo, seu objetivo delineado e sua finalidade bem posta, porém, tal curso, apesar do caráter formativo, não apresenta aspectos da abordagem de direitos sexuais e da categoria de formação de professores, por estar destinado a pessoas que atuem dentro do movimento LGBT e que, não necessariamente, sejam LGBTs. Isto se deve ao fato dos conteúdos veiculados no material, que propiciam ao encaixe de tal material dentro da perspectiva destas abordagens.

Outro material no sentido da formação de lideranças é o “Em Movimento-Cidadania e Participação Política LGBT” (vide Figura 22).

Realizado pelo Instituto Papai, Fórum LGBT de Pernambuco e GEMA/UFPE, financiado pelo Governo Federal, através do Ministério da Saúde, Fundo Nacional da Saúde, Fundação Ford, Universidade Federal de Pernambuco e pela própria ONG, cuja publicação é de 2009. Este material “é fruto do 1º e 2º Cursos de Formação de Lideranças LGBT em Pernambuco, promovido pelo Fórum LGBT de Pernambuco” e que tem como objetivo “contribuir ao processo de capacitação conceitual, política, metodológica de lideranças LGBT, no estado, com vistas a instrumentalizar e favorecer sua participação cidadã, ativa e qualificada, no processo de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas”.



FIGURA 22 – CARTILHA “EM MOVIMENTO: CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA LGBT”

FONTE: INSTITUTO PAPAI DE RECIFE-PE (2009)

Desta maneira, o conteúdo apresentado no material versa sobre: democracia e participação social, ONG como estratégia de controle social, os poderes executivos, legislativos e judiciários e a questão da cidadania no tocante aos Direitos Humanos. Dessa forma, este material encontrado sobre o eixo de formação de lideranças, pode ser encontrado também, na perspectiva referente aos direitos humanos e, de acordo com as abordagens da Educação Sexual, pode ser entendido na abordagem dos direitos humanos, direitos sexuais e queer.

### 3.5.5 EIXO: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

No tocante ao eixo referente ao preconceito e discriminação, encaixam-se os materiais “A Diversidade é Legal - educação e saúde sem preconceito”, “Da Homofobia ao Respeito-por um cultura sem discriminação”, ambos, realizações do GRAB (Grupo de Resistência Asa Branca) e “Projeto Bem Me Quer” do Instituto da Criança e do Adolescente.

Estes materiais foram alocados na perspectiva dos materiais do eixo: formação de professores, por entender que sua classificação nesse eixo propicia um trabalho também neste eixo, por considerar a Educação importante no processo de desconstrução das identidades estancadas pela sociedade e por entender que, na perspectiva deste trabalho, cuja preocupação volta-se com a Educação, tais materiais poderiam ser mais bem aproveitados enquanto propostas de trabalho na Educação, apesar de seu conteúdo sinalizar o eixo em que estes deveriam estar alocados, cujo o eixo: preconceito e discriminação, melhor o representam, a partir da perspectiva dos seus conteúdos.

### 3.6 CURSOS DE FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO NO PARANÁ

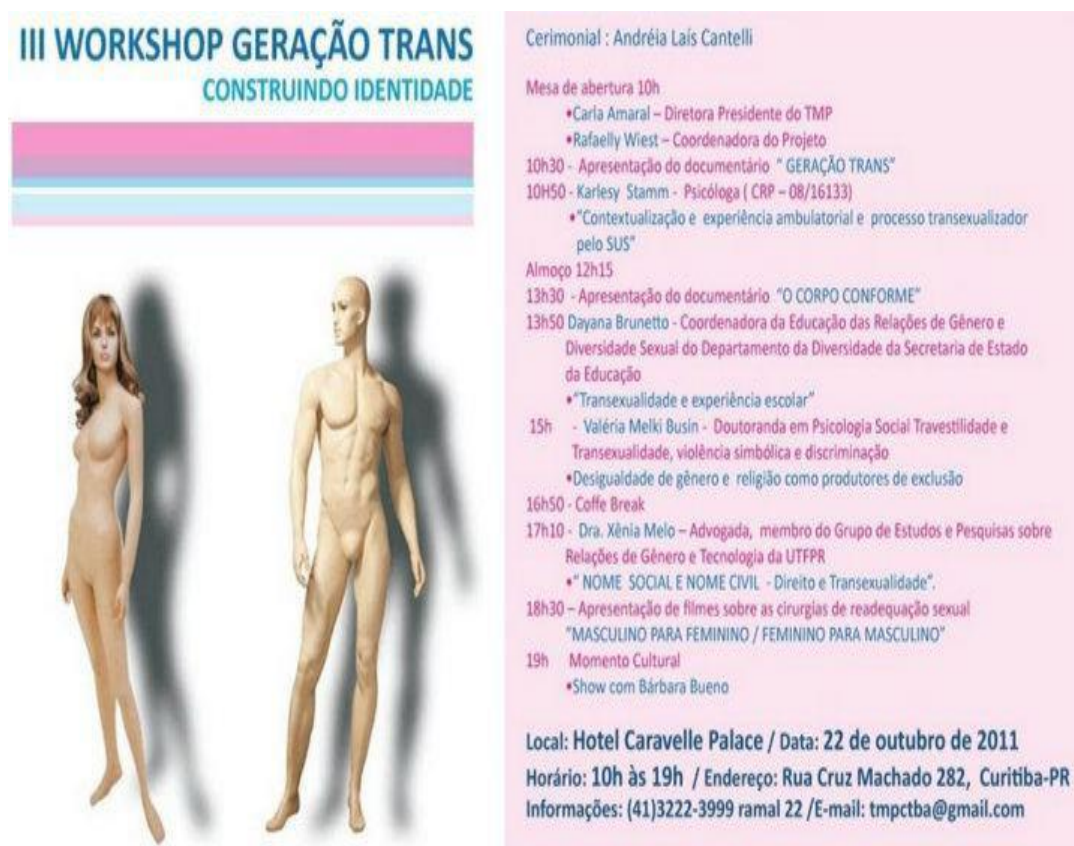
A partir das perspectivas encontradas através dos cursos coletados via produção de materiais das ONGs Brasil afora, os cursos desenvolvidos no Estado do Paraná, mais especificamente na cidade de Curitiba, assemelham-se com os cursos realizados em outros Estados.

Há a ocorrência de cursos, tanto voltados à professores e integrantes do ensino, quanto cursos voltados à sociedade, numa tentativa de instrumentalização destes como multiplicadores, como há também, cursos específicos das ONGs voltados à sua população e a instrumentalização desta.

Neste sentido, um exemplo de curso voltado à sociedade, como um todo, não restringindo a sua população-alvo, encontra-se utilizando da metodologia de *workshops*, ofertado na perspectiva de um dia intenso de trabalho, compreendendo os períodos manhã e tarde, geralmente ocorrendo aos finais de semana, onde são



trabalhadas as questões mais importantes de acordo com a proposta (vide Figura 23).



**III WORKSHOP GERAÇÃO TRANS**  
**CONSTRUINDO IDENTIDADE**

Cerimonial : Andréia Laís Cantelli

Mesa de abertura 10h

- Carla Amaral – Diretora Presidente do TMP
- Rafaelly Wiest – Coordenadora do Projeto

10h30 - Apresentação do documentário " GERAÇÃO TRANS"

10h50 - Karlesy Stamm - Psicóloga ( CRP – 08/16133)

- "Contextualização e experiência ambulatorial e processo transexualizador pelo SUS"

Almoço 12h15

13h30 - Apresentação do documentário "O CORPO CONFORME"

13h50 Dayana Brunetto - Coordenadora da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual do Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação

- "Transexualidade e experiência escolar"

15h - Valéria Melki Busin - Doutoranda em Psicologia Social Travestilidade e Transexualidade, violência simbólica e discriminação

- Desigualdade de gênero e religião como produtores de exclusão

16h50 - Coffe Break

17h10 - Dra. Xênia Melo – Advogada, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia da UTFPR

- " NOME SOCIAL E NOME CIVIL - Direito e Transexualidade".

18h30 – Apresentação de filmes sobre as cirurgias de readequação sexual "MASCULINO PARA FEMININO / FEMININO PARA MASCULINO"

19h Momento Cultural

- Show com Bárbara Bueno

**Local: Hotel Caravelle Palace / Data: 22 de outubro de 2011**  
**Horário: 10h às 19h / Endereço: Rua Cruz Machado 282, Curitiba-PR**  
**Informações: (41)3222-3999 ramal 22 /E-mail: tmpctba@gmail.com**

FIGURA 23 – FOTOGRAFIA "III WORKSHOP GERAÇÃO TRANS: CONSTRUINDO IDENTIDADE

FONTE: TRANSGRUPO MARCELA PRADO (2011)

Esta proposta estaria pautada, não na extensão de conteúdos e conceitos como pôde ser visto nos materiais anteriores, mas no recorte, por exemplo, dos integrantes de uma das letras da sigla LGBT (ex: travestis) e o intenso trabalho (concentrado em 1 ou poucos dias), a partir desta perspectiva, com estas pessoas. Ou seja, os cursos são ofertados e trabalhados com os próprios integrantes da sigla e não com outros que falam de outros.

O diferencial neste tipo de curso talvez esteja aí, nesta aproximação entre o conteúdo e prática e a melhor apreensão sobre as vivências e implicações sob determinado tema. Dessa forma, o material produzido e ofertado aos participantes compreende, além do material exposto em lâminas (sob formato *powerpoint*) na apresentação, um DVD composto de depoimentos, os quais podem ser utilizados

numa ação futura em outras instâncias, quaisquer sejam, onde possa ser trabalhado o conteúdo aprendido.

Este é um exemplo de como funciona um curso de capacitação/formação, presencialmente, no Município de Curitiba. Nos cursos em âmbito Nacional não foi possível descrever como estes ocorrem, devido a restrição que existe, quando da publicação do material em relação a forma como o curso funciona e se desenvolve, no entanto, no âmbito Municipal, permite-se que seja explicitado como engendra-se tais cursos pela proximidade que tem-se com as ONGs e, muitas vezes, a participação do pesquisador nestes cursos.

O curso citado refere-se ao curso “Geração Trans”, ofertado pelo Transgrupo Marcela Prado, uma ONG voltada à população de Travestis e Transexuais, localizado na cidade de Curitiba-PR e cujo propósito é tratar a respeito das Identidades de Gênero das pessoas Trans, junto a acadêmicos e profissionais de várias áreas.

No tocante aos eixos que foram encontrados em relação aos materiais coletados dos cursos no Paraná, estes referem-se aos mesmos eixos encontrados no âmbito nacional, constituindo os cinco eixos: prevenção em saúde, direitos humanos, formação de lideranças, formação de professores e preconceito e discriminação. De acordo com as abordagens, do ponto de vista da Educação Sexual, estas também referem-se as mesmas encontradas nacionalmente: biológico-higienista, direitos humanos, direitos sexuais e *queer*.

Sob esse ponto de vista, os materiais encontrados no âmbito Estadual, com certo funcionamento a partir de ONGs localizadas na cidade de Curitiba-PR, os 5 eixos foram contemplados, encontrando-se 1 exemplo de cada eixo. Isto se deve aos conteúdos veiculados nos materiais produzidos a partir dos cursos, os quais permitem localizar e compreender a presença de tais abordagens em seus cursos.

### 3.6.1 EIXO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste eixo foram encontrados dois cursos de formação de professores, os quais apresentam diferentes concepções de metodologia e abordagem na sua apresentação.

No que se refere aos cursos voltados à formação de professores e membros do ambiente escolar, estes são ofertados, muitas vezes, numa “iniciativa” do

Estado/Município, em detrimento da demanda ou como cumprimento de determinações referentes ao cumprimento de determinada lei.

Deste modo, ONGs e Universidade aliam-se num esforço de instrumentalizar estes professores e outros integrantes do quadro escolar, na intenção de que, estes conteúdos possam realizar uma modificação no seu ato de pensar e passar a compreender a diversidade que se encontra na escola. Estes cursos variam quanto ao seu tempo de duração e forma de realização. Há experiências cujos cursos são feitos *online* ou presencialmente, como cursos realizados em meses ou em uma semana. No entanto, o que vale na realização destes cursos são as discussões ou implicações que dele emergem, as quais podem ser sanadas pelos expositores ou não.

Estes tipos de cursos diferem um pouco do conteúdo do curso e da forma de exposição apresentada no curso anterior e seus expositores também são outros. Isto se deve, primeiramente, pelo perfil dos expositores, que não mais são os integrantes da sigla LGBT e sim, professores das Universidades, que debruçam-se sobre as temáticas a serem trabalhadas e têm suas produções voltadas para este campo. Nesta perspectiva, percebe-se um distanciamento referente aos expositores que falam de outros, baseados apenas na perspectiva de seus estudos, muitas vezes condensando teorias e teorias em um curso apenas, no qual o desdobramento de cada um dos pontos abordados ali permite um curso por si só.

Os conteúdos trabalhados nestes cursos compreendem desde as teorias de gênero, as teorias *queer* e a citação de artigos, livros e autores até os próprios conceitos, construindo uma trajetória de linearidade de acordo com a evolução dos estudos de gênero e *queer* até chegarmos a contemporaneidade e as implicações que esta contemporaneidade traz consigo.

Isto quer dizer que, através das diferentes teorias, autores e materiais apresentados ou citados, há a intenção de que, aquele participante imerso nestes conteúdos apreenda o máximo possível e possa compreender que as coisas não nasceram e saíram do nada. Este caminho, realizado para pontuar os conceitos e nortear as discussões são feitos, muitas vezes, em forma de palestras, na formalidade professor-aluno, onde este último, quando sentindo a necessidade de maior explanação ou dificuldade quanto ao tema, interrompe o expositor para fazer suas considerações.

No Paraná, foram identificadas duas propostas de cursos de formação de



professores voltados à temática de diversidade sexual. O primeiro deles refere-se a um curso ofertado pelo Estado do Paraná em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no qual, há duas modalidades de participação: a primeira, sendo virtual via plataforma *online* e a segunda via presencial em encontros mensais.

Nesse sentido, os professores cadastrados na plataforma *online* e selecionados para o curso, recebem um material cujo título é “Sexualidade-cadernos temáticos da diversidade”. O material é financiado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e possui o apoio e realização da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Superintendência da Educação, Departamento da Diversidade e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual e foi publicado em 2009 (vide Figura 24).

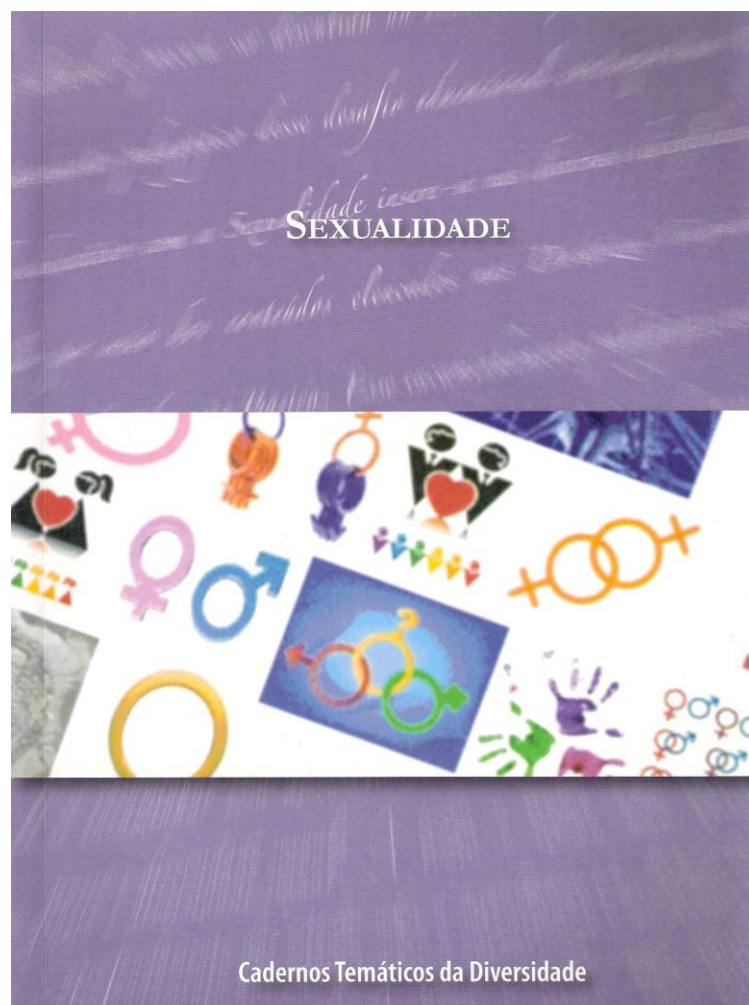


FIGURA 24- CADERNO SEXUALIDADE  
FONTE: SEEAD/PR (2009)

Desta maneira, “a publicação constitui-se de artigos acadêmicos relevantes para a discussão crítica sobre as relações entre os gêneros e a diversidade sexual na escolas” e “pretende dar apoio a diferentes propostas emanadas das escolas”. Neste sentido, percebe-se a diferença em relação aos materiais anteriormente apresentados nos outros eixos, de acordo com o aporte teórico e a sua finalidade enquanto público-alvo. Desta forma, os conteúdos que versam a obra relacionam a temática da sexualidade ao âmbito escolar; seus temas versam sobre sexualidade e gênero, sexualidade na contemporaneidade, educação sexual na escola, sexo, sexualidade e educação sexual na escola, questões de gênero na escola, sexualidade e prazeres, violência contra mulher, prevenção à DST/HIV/AIDS, representação social e feminina e experiência sexual entre adolescentes.

Desta forma, contempla-se alguns temas cujos professores, via plataforma virtual, auxiliado por tutores, buscam realizar exercícios de reflexão e entendimento referente a estas temáticas, bem como, têm acesso a demais materiais para aprofundamento, devido as sugestões ofertadas pelo material em relação a livros, filmes e *sites*. No que tange ao encontro presencial, este é realizado uma vez por mês em determinada cidade (nunca é a mesma), onde são ofertadas palestras e mini-cursos com especialistas no tema e pessoas do Movimento LGBT, onde a intenção final é tirar dúvidas quanto a questionamentos que ficaram e que não foram possíveis de ser sanados somente pelo conteúdo teórico.

Outra proposta de curso de capacitação de professores é o ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), cujo projeto “Construindo a Igualdade na Escola: repensando conceitos e preconceitos de gêneros originou o material intitulado “Construindo a igualdade na diversidade-gênero e sexualidade na escola” (vide Figura 25).

O projeto foi realizado no ano de 2008, com o apoio do Grupo de Estudos de Relações de Gênero e Tecnologia (GETEC), do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC).

Sendo assim, “o objetivo do projeto era contribuir para a formação de profissionais de educação de Curitiba e região metropolitana na temática gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola”. Dessa maneira, o projeto visava a formação de professores dos ensinos fundamental e médio, em um curso com duração de 60 horas cada, divididos em 4 módulos e que teve a participação de 328

profissionais. No tocante ao conteúdo do material, estes apresentam na perspectiva de artigos científicos produzidos sobre as temáticas referentes à educação, sexualidade, gênero, diversidade sexual, violências, livros didáticos, tecnologia e literatura.



FIGURA 25 – LIVRO “ CONSTRUINDO A IGUALDADE NA DIVERSIDADE: GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA”

FONTE: GETEC (2008)

Na mesma direção do curso acima apresentado, houve no ano de 2011, o curso “Gênero e Diversidade Sexual na Escola - enfrentando o sexismo e a homofobia”. Este curso, ministrado presencialmente, ocorre de duas maneiras: a primeira podendo ser realizada durante os sábados, compreendendo o tempo de dois a três meses de duração e a segunda, ocorrendo em um condensado de uma semana, compreendendo os períodos da manhã e tarde para tanto.

Desta maneira, o curso ofertado, é ministrado por professores mestres e doutores da instituição, com a apresentação de temáticas que contemplam desde

sexo, sexualidade, gênero, até violência, *bullying* e homofobia em um condensado de teorias e seus teóricos. Aos participantes do curso, é ofertado material impresso, de acordo com o módulo trabalhado e somente para alguns módulos, e um livro produzido pela instituição, cujo título é “Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola”. Este livro contempla temáticas que versam sobre o universo escolar, bem como referentes às temáticas sobre diversidade sexual apresentando os temas: gênero, sexualidade e gênero na escola, violência contra a mulher, questões de gênero e diversidade sexual na educação infantil, gênero, educação e tecnologia, livros didáticos e gênero e tecnologia.

Tal material, proveniente do curso difere em alguns aspectos do material difundido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná em algumas de suas discussões, no entanto, têm apoio no material produzido pelo Estado. De acordo com o eixo no qual se encontra tais materiais, eixo da formação de professores, é possível que estes materiais encontrem-se ainda nos eixos do preconceito e discriminação e direitos humanos, pelo fato de sua temáticas, seus conteúdos e discussões apresentarem tais características que permitem a sua visualização nestes outros eixos e, no que diz respeito a abordagem, de acordo com a Educação Sexual, podem ser encontrados as abordagens dos direitos humanos, direitos sexuais e *queer*.

Em suma, ambos os cursos de formação de professores, tanto o apresentado na forma virtual quanto no formato presencial, possuem temáticas e abordagens semelhantes, no entanto, o que difere entre eles são, a sua metodologia e o seu modo de apresentação e interação com o público-alvo.

### 3.6.2 EIXO: PREVENÇÃO EM SAÚDE

No tocante ao eixo de prevenção em saúde, encontrou-se o material intitulado “Guia de *Advocacy* e Prevenção em HIV/AIDS, Gays e outros Homens que fazem sexo com Homens”, realizado pela APPAD (Associação Paranaense da Parada da Diversidade) e Projeto Interagir. O material é oriundo do Projeto Interagir-Ações de *Advocacy* em HIV/AIDS, para a comunidade de Gays e outros HSH e foi financiado pelo Projeto de Prevenção do HIV, da Aids, de outras DST e do uso de

Drogas- AD/BRA/03/H34/ Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes- UNODC, Termo de Cooperação: 144/08 e teve a parceria do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (vide Figura 26).

De acordo com o material, o projeto “é resultado do acúmulo que tivemos através do Projeto Somos, no Brasil, entre 1999 e 2006, em parceria entre a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), organizações afiliadas à ABGLT, e o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde”. Sendo assim, percebe-se que a iniciativa para a construção de tal projeto, baseia-se na perspectiva de sucesso obtido com o projeto anterior para que este fosse implementado e executado.

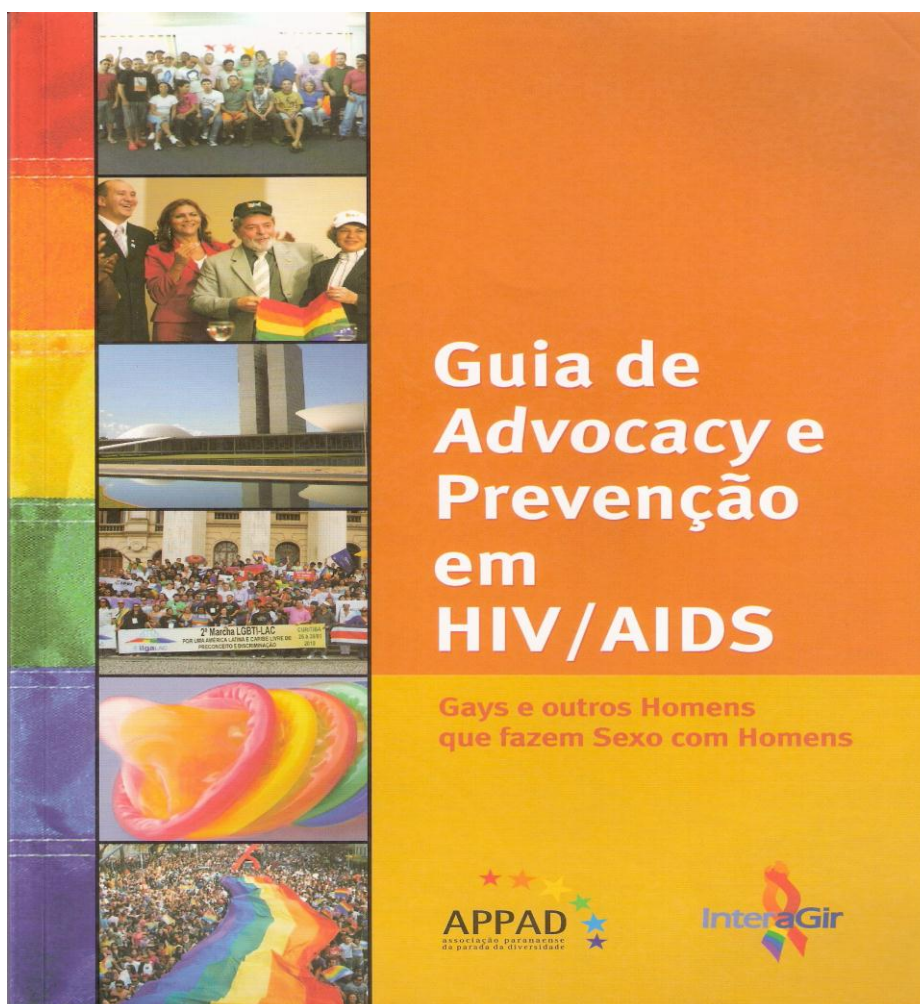


FIGURA 26 – GUIA “GUIA DE ADVOCACY E PREVENÇÃO EM HIV/AIDS

FONTE: APPAD/ PROJETO INTERAGIR (2009)

No tocante ao Projeto Interagir, em sua apresentação, pontua-se que:

O projeto interagir, do qual este guia faz parte, é coordenado pela Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD) e executado em rede, pelas seguintes organizações LGBT, nas cinco regiões do país: Grupo Homossexual do Pará (Belém-PA); Leões do Norte (Recife-PE); Grupo Liberdade, Igualdade e Cidadania Homossexual (Feira de Santana-BA); Movimento Gay de Alfenas e Região Sul de Minas; Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (Belo Horizonte-MG); Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (Campo Grande-MS) e Somos-Comunicação, Saúde e Sexualidade (Porto Alegre-RS). (APPAD, 2009, p. 7).

Desta maneira, compreende-se a extensão do projeto no âmbito nacional, onde o Município de Curitiba- PR também esteve contemplado.

Nesse sentido, os conteúdos sobre os quais versam tal material apresentam-se os seguintes: *advocacy* na teoria, na prática no executivo e na prática no legislativo, a prevenção do HIV e AIDS, desde os seus conceitos, até a prática interventiva. Nesta perspectiva, de acordo com o guia, espera-se que este seja “fundamental, principalmente para a atuação nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais, bem como junto aos executivos estaduais e municipais, principalmente na área da saúde, para que possamos ter políticas públicas bem definidas, com recursos e orçamentos próprios para o enfrentamento da epidemia da Aids, entre gays e outros homens que fazem sexo com homens, assim como, leis que protejam esta comunidade. O guia também traz um conteúdo sistematizado e subsidiado em teoria científica, sobre a prevenção do HIV/AIDS, que tem o propósito de auxiliar as organizações e os serviços que atuam nesta área a complementar as ações de *Advocacy* propostas com ações de intervenção preventiva, com ênfase na própria comunidade de gays e outros HSH, embora a metodologia proposta também seja apropriada para outras populações vulneráveis”.

Para tanto, percebe-se que o público-alvo, quanto a finalidade do curso/material e seus conteúdos, correspondem as ações de prevenção efetiva em saúde, no entanto, apresenta algumas nuances onde podem ser identificadas outras práticas. De acordo com esta proposição e, uma vez inserido no eixo da prevenção em saúde, este material apresenta a possibilidade de inserção em outros eixos, tais como, o preconceito e a discriminação, formação de lideranças e direitos humanos devido a extensão de seu conteúdo e população-alvo. Na observância no que diz



respeito às abordagens da Educação Sexual, esta encontra nas abordagens referentes aos direitos humanos, direitos sexuais e biológico-higienista. O encontro destas abordagens, apresenta-se a partir da perspectiva dos conteúdos propostos pelo material e o teor das temáticas permitem compreender o direcionamento do material em relação ao seu eixo e abordagens.

Em suma, tal material apresenta uma série de possibilidades, tanto na sua execução enquanto curso, quanto na sua utilidade enquanto material pedagógico para futuros cursos e oficinas a serem trabalhados, nesta perspectiva de prevenção em saúde, com estas ou diferentes abordagens em seus conteúdos.

### 3.6.3 EIXO: DIREITOS HUMANOS

No que diz respeito ao eixo dos Direitos Humanos têm-se o material intitulado “Educomunicação e Cultura de Paz-Guia para Educadores e Educadoras”.

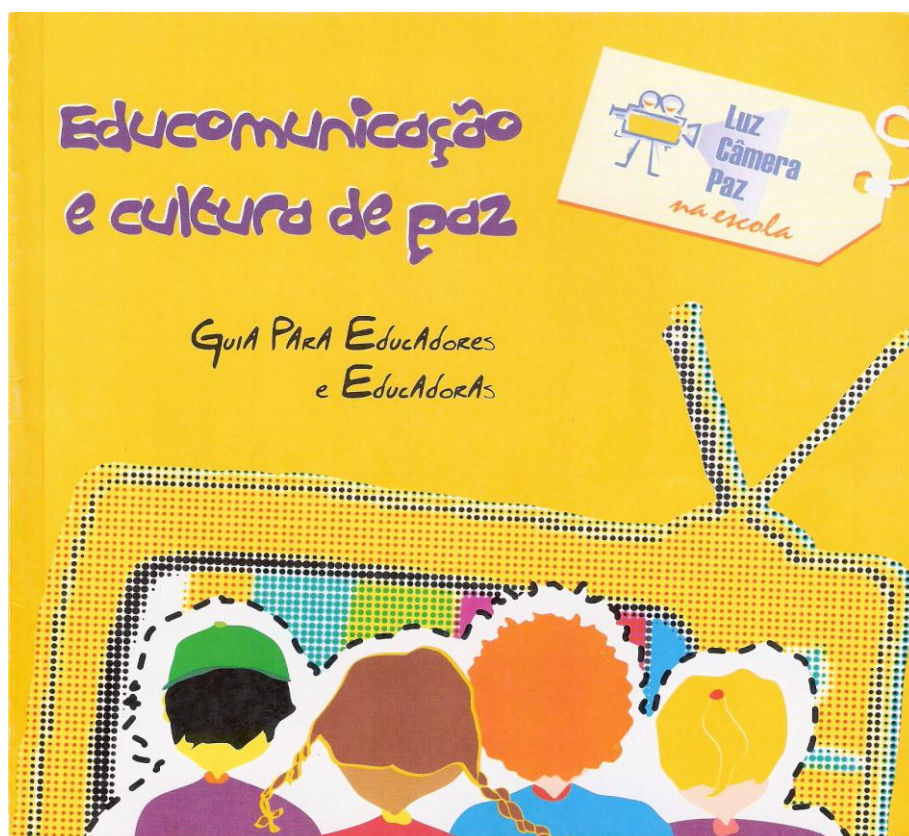


FIGURA 27 – GUIA “EDUCOMUNICAÇÃO E CULTURA DE PAZ: GUIA PARA EDUCADORES E EDUCADORAS”

FONTE: CIRANDA (2009)

Realizado pelo grupo Ciranda (Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência) na cidade de Curitiba-PR, o material é oriundo do Projeto “Luz, Câmera... Paz! Na Escola” e foi desenvolvido entre os anos de 2008 e 2009, com recursos destinados pela Fundação Itaú Social e pelo Instituto C&A, contando com o apoio da Secretaria Municipal de Educação e publicado no ano de 2009.

Nesse sentido, o material “reúne algumas reflexões que podem instigar educadores, educadoras e demais atores sociais a pensar uma educação voltada para o fortalecimento da cidadania e da democracia, para o empoderamento e a autonomia dos cidadãos e cidadãs”. Dessa maneira, o material busca através dos mais variados temas, incluindo a temática da Diversidade Sexual e Homofobia, numa relação com temas adjacentes como violência, cidadania e escola, construir uma formação voltada para a Educação para a Paz e o respeito aos Direitos Humanos através da Educomunicação.

Dessa maneira, os conteúdos presentes no material, versa sobre: mudanças estruturais na escola, educador consciente, violência, proteção integral a crianças e adolescentes, prevenção ao uso indevido de drogas, raça e etnia, homofobia, cidadania, entre outros. Considerando o conteúdo apresentado e levando em consideração o eixo no qual se encontra tal material, eixo dos direitos humanos, é possível observar a presença deste material em outros eixos como formação de professores e preconceito e discriminação. De acordo com as abordagens referentes à Educação Sexual, esta encontra-se sob a perspectiva dos direitos humanos e *queer*.

#### 3.6.4 EIXO: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Neste eixo, foi possível encontrar um material oriundo da mesma ONG, o Grupo Esperança, o qual pôde ser apreciado no eixo anterior, referente ao preconceito e discriminação.

O material intitulado “Cidadania Trans-direitos humanos, movimento social trans, relatório de pesquisa”, foi realizado pelo Grupo Esperança, de Curitiba-PR (vide Figura 28). Tal documento é proveniente do “Projeto Cidadania Trans”, cuja aprovação foi concedida em 2006, tendo o início das atividades do projeto em 2007, o qual teve o apoio da Prefeitura Municipal de Curitiba, Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) e *Red Lactrans*, foi financiado através da Secretaria de Estado da



Saúde do Paraná e publicado em 2008.

Este material versa sobre três eixos: o primeiro deles, diz respeito aos direitos humanos, o segundo ao “movimento social trans” (ESPERANÇA, 2008, p.5), e o terceiro, a um relatório de pesquisa, o qual havia sido realizado anteriormente no ano de 2002 e refeito 5 anos depois, na perspectiva de elencar as mudanças ocorridas durante este tempo como pode ser encontrado na descrição do documento.



FIGURA 28 – CARTILHA “ CIDADANIA TRANS: DIREITOS HUMANOS, MOVIMENTO SOCIAL TRANS, RELATÓRIO DE PESQUISA”

FONTE: GRUPO ESPERANÇA (2008)

Desta maneira, ao tocar-se no primeiro dos eixos, o de direitos humanos, temos apresentado uma série de recomendações legais, no tocante à garantia de direitos perante a sociedade que as discrimina, abordando temas como:

documentação civil, abordagem policial, *habeas corpus*, agressão, uso/mudança do nome social, prostituição, direito previdenciário, união homoafetiva, adoção e relacionados à saúde em si, tanto sobre os procedimentos em relação ao HIV/AIDS quanto à garantia de atendimento, insumos e etc.

Já no segundo eixo, pode-se notar uma preocupação maior com apresentação em relação à ONG em si e demonstrando os procedimentos necessários para, caso seja de interesse do leitor(a), a abertura de uma ONG para atuação em prol dos direitos humanos e cidadania LGBT. Nesse sentido, os temas tratados neste eixo dizem respeito à identidade, organização, recursos, planejamento de atividades, administração de bens e como transformar a idealização de uma ONG em realidade, de acordo com as etapas a serem seguidas para tanto, a documentação necessária e as regras específicas para manutenção da mesma.

O que se pode encontrar no terceiro eixo, o qual, apresenta a pesquisa realizada caminha entre a teoria e prática para compreensão da mesma. A pesquisa, descrita na apresentação do documento, indica que “o questionário aplicado, foram os mesmos da pesquisa perfil das travestis” pesquisa esta realizada em 2002 e que esta possui caráter qualitativo e a qual utiliza-se de estudo de casos. Tal pesquisa irá constituir a discussão dos seguintes temas: guerra dos gêneros, a infância, transgressão da identidade, em relação a norma estabelecida, gênero e identidade, travestis, transexuais, sua construção, seus preconceitos, sua sociabilidade, cultura e prostituição.

Nesta direção, a pesquisa traz o relato de travestis e/ou transexuais em relação à prostituição ou não, discutindo tais temas e apresentando suas vidas cotidianas, como maneira de expor e representá-la como ser humano constituinte da sociedade e rechaçado por esta bem, como suprir as demandas do imaginário, construído sobre estas, o que acarretam o preconceito, discriminação, segregação e violência que as mesmas sofrem, enquanto infratoras de uma norma imposta e estabelecida.

De acordo com as categorias elencadas nesta pesquisa, tal material encaixa-se sob as categorias de direitos humanos, prevenção em saúde, formação de lideranças (no tocante à possibilidade e “apoio” àquele que queira fundar uma ONG) e preconceito e discriminação. Do ponto de vista das abordagens encontradas em tal material, é possível identificar os direitos humanos, os direitos sexuais e o

queer. Trata-se, portanto, de um material múltiplo de possibilidades, com atendimento a uma população específica, com finalidades variadas de acordo com a perspectiva a ser escolhida por quem o manuseia.

### 3.6.5 EIXO: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Neste eixo, pôde ser encontrado o material intitulado “Direitos Humanos-Brasil Sem Transfobia”, realizado pelo Grupo Esperança e Centro da Cidadania Paranaense (CEPAC), situados no município de Curitiba-PR (vide Figura 29).



FIGURA 29 – CARTILHA “BRASIL SEM TRANSFOBIA”

FONTE: GRUPO ESPERANÇA (2010)

O material publicado no ano de 2010 é oriundo do projeto Quatro Metas e possui o apoio da *Red Lactrans*, Comunidade Escola, Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e Departamento de DST, HIV e Hepatites Virais e tem “a pretensão de ser um instrumento para a construção da cidadania e inclusão social” (ESPERANÇA, 2010, p. 5).

Além disso, o documento, em sua apresentação traz em tom de protesto a seguinte afirmação:

Nesta cartilha, queremos ressaltar o problema da exclusão e da TRANSFOBIA que nós, travestis, enfrentamos diariamente... muitas vezes os projetos por nossa causa, ficam apenas no papel e não vemos nenhuma ação ser realizada para nos beneficiar, em vez disso o que ocorre é uma forma de obter lucros às nossas custas. (ESPERANÇA, 2010, p. 8).

Nessa perspectiva, os temas sobre os quais versam tal material, trazem uma instrumentalização e Direitos Humanos, abordando os temas, desde a contextualização, conceitos até a homossexualidade e sua conquista destes mesmos direitos e avanços na perspectiva brasileira. Ainda, volta-se para o seu segmento, de travestis, transexuais e outros, abordando temas comuns às mesmas como as transformações corporais pelas quais estas passam, o preconceito sofrido em sociedade e um pouco da vida das mesmas nos contextos escolar, familiar e de trabalho. Encerra abordando a temática da homofobia e transfobia, apresentando as dificuldades enfrentadas por estes segmentos em relação ao preconceito e a discriminação sofrida em sociedade e as consequências para os mesmos, enquanto direitos violados.

Desta maneira, o material, primeiramente identificado sob a ótica dos Direitos Humanos, dá espaço às questões referentes ao preconceito e à discriminação que a população-alvo (travestis, transexuais), a quem destina-se este material, sofre enquanto excluídas da sociedade e dá subsídios para que estas se reconheçam como cidadãs de direitos, como as demais pessoas integrantes desta mesma sociedade, promovendo um “orgulho” à sua identidade sexual e a instrumentalizando-a, no tocante à sua atenção para com a saúde, seus direitos, a violência da qual sofre e sua atuação nas mais distintas esferas, como a família, escola e trabalho.

De acordo com o eixo do preconceito e discriminação, este material pode ser compreendido, enquanto inserido em outros eixos, e o que mais chama atenção é o eixo dos direitos humanos, no entanto, pode ser ainda encaixado na perspectiva dos

eixos de formação de lideranças e prevenção em saúde, devido aos conteúdos presentes no material em relação à temática e, no aspecto das abordagens da Educação Sexual, podem ser compreendidas para este material as abordagens *queer*, direitos sexuais e direitos humanos, de acordo com os temas que se apresentam e as perspectivas em que estes são trabalhos.

## 4 O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

### 4.1 ALGUNS ACONTECIMENTOS

Desde o marco de *Stonewall* em 1960 nos Estados Unidos, cuja história remete ao levante dos homossexuais lutando contra a repressão que sofriam da polícia, enquanto inseridos em seu espaço de socialização, a homofobia adquire maior visibilidade ao revelar uma sociedade que não admite a possibilidade do respeito aos diferentes grupos sociais e sexuais.

O Movimento Homossexual Brasileiro, a partir da década de 70, lutou a favor da conquista de seus direitos e pelo respeito de seus membros e participantes enquanto cidadãos. Nesse sentido, o acontecimento de *Stonewall* é visto como, “um embate político ocorrido em Nova York, foi e é, emblemático para o movimento homossexual brasileiro e mundial” (FERNANDES, 2007, p. 49). Desta forma, o Movimento Homossexual Brasileiro, hoje denominado, Movimento LGBT<sup>3</sup>, sempre lutou e continua lutando contra as formas de discriminação dirigidas a esse grupo.

Este movimento LGBT, no cenário nacional, passou por várias fases e transformações como segmento social, com ampla participação, lutando e reivindicando por seus direitos. Pode-se dizer que, o movimento homossexual Brasileiro corresponde a três momentos:

O primeiro momento, que chamarei de primeira onda, corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de abertura política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema. Nesse momento, as iniciativas estiveram bastante concentradas no eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de alternativos ou libertários. Esse primeiro momento encerra-se nos últimos anos da primeira metade dos anos 1980, o que coincide com a retomada do regime democrático e o surgimento da AIDS, então chamada de peste gay. O período que se segue e compreende o restante da década de 1980 foi bem pouco tratado pela bibliografia específica, tendo sido anunciado como correspondendo a um declínio do movimento. Além disso,

---

3 “No dia 08 de Junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil. Posteriormente, em dezembro de 2008, no maior evento do movimento **LGBT** do Brasil, o Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – EBLGBT também decidiu-se pelo uso do termo **LGBT** (ABGLT, 2010, p.15)”.

análises realizadas a partir desse contexto apontavam dificuldades no que toca à viabilidade de uma política de identidade homossexual no Brasil. Nos primeiros anos da década de 1990, a ausência de referências bibliográficas sobre a continuidade das atividades desse movimento no Brasil era capaz de produzir a sensação de que, de fato, o início da década de 1980 tivesse assistido ao apogeu e fim de uma significativa, mas curta trajetória. No entanto, por volta do início dos anos 1990, houve um reflorescimento das iniciativas militantes (FACCHINI, 2003, p. 84).

O que Facchini (2003) nos apresenta, constitui importante retrato sobre as diferentes nuances do Movimento LGBT Brasileiro, desde a eclosão do levante de Stonewall em 1969, nos Estados Unidos, em que se observou o embate travado entre a comunidade gay e os policiais nos EUA, onde buscava-se os seus direitos civis e políticos garantidos pela constituição. Novos arranjos de luta entre o Movimento LGBT e a sociedade, de modo geral, foram sendo constituídos nos anos 80 e 90, com o aparecimento da epidemia da Aids e a consequente criminalização da população LGBT. Tais arranjos deram-se na perspectiva do fortalecimento dos grupos que se constituíram e representavam o Movimento LGBT na época, tais como, o grupo Somos, no Rio Grande do Sul, o Grupo Gay da Bahia, voltados ao combate à epidemia e à luta para a descaracterização da população LGBT como “peste gay”, título outorgado pela sociedade aos LGBTs.

Dessa maneira, em busca de uma desmistificação enquanto população de risco e a consequente segregação oriunda das nomenclaturas que foram impostas a essa população, tais grupos iniciaram, na perspectiva do cuidado e atenção à epidemia da Aids, o movimento de combate à mesma, orientando os seus iguais, no sentido de informar/instrumentalizar e buscar medidas de prevenção contra a AIDS.

Esse estigma atribuído à população LGBT agravou a situação, acirrando as críticas e a perseguição, visto que, ainda nestas décadas, a Organização Mundial da Saúde, considerava a homossexualidade como doença. Os casos de homofobia, já nos primeiros anos, existiram e estiveram presentes como uma posição de discriminação hostil da sociedade para com os “diferentes”, adquirido nos anos iniciais da epidemia da AIDS, um certo caráter de pandemia, devido às diferentes formas de ódio.

No tocante à década de 90, um longo trabalho de (re)caracterização da imagem do Movimento LGBT foi realizado, tendo como função descriminalizar tal população enquanto todos os estigmas que lhe foram impostos. Em 1990, a

homossexualidade é retirada da lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde e ocorre a eclosão de novos grupos que viriam a constituir-se como representantes desta população marginalizada, ora discriminada, ora preconceituada, por formações errôneas, enquanto suas identidades e não compreendidas enquanto seres humanos.

O tema da Homofobia sempre esteve presente no Movimento LGBT, tanto pelo monitoramento dos crimes através do Grupo Gay da Bahia (GGB), quanto pelas discussões reunidas em algumas produções teóricas na literatura, onde o tema da homofobia aparecia, mesmo que diluído.

O movimento LGBT buscou monitorar os atos de homofobia e se constituiu como participante para o registro das informações sobre os crimes de ódio ou violências contra a comunidade LGBT e seus representantes, nas esferas estaduais e/ou municipais. Havia, então, uma tentativa de catalogação e da reunião de provas, onde fosse possível apresentar e denunciar tais atos. Assim, o trabalho dos diferentes grupos LGBTs e das ONGs, foi de suma importância, para que uma política pública fosse instaurada nos anos posteriores. Através dos recolhimentos destes casos isolados e das várias informações, verificou-se a necessidade de que algo fosse feito em prol desta população, no tocante à sua defesa e promoção da cidadania desta, que garantisse e seus direitos, e que os mesmos não seriam feridos, que sua integridade física e psicológica não fosse violada, evitando-se e eliminando, as manifestações de preconceito e discriminação.

Uma das publicações importantes, que se pode localizar como denúncia em relação à homofobia que eclodia em espaços múltiplos, é o lançamento, em 1997, através do Grupo Gay da Bahia (GGB), do livro intitulado “Homofobia- a violação dos direitos humanos de gays, lésbicas & travestis no Brasil”, do autor Luiz Mott. Esta publicação, em seu prefácio, já trazia:

Á luz de forma clara e organizada, uma situação que já se acompanhava pela imprensa: o preconceito, a discriminação e a violência nos país contra os homossexuais. Relatórios como este são imprescindíveis no combate à homofobia e a compreensão da real situação dos homossexuais no Brasil. (MOTT, 1997, p.7).

Percebia-se já, a insatisfação em relação ao que vinha sendo observado durante anos. Em seu conteúdo, a obra trazia informações a respeito das raízes históricas da homofobia no Brasil, a ideologia anti-homossexual, de acordo com os



atos de censura pela mídia e outros, algumas das formas pelas quais os homossexuais são discriminados na sociedade, as violências e os relatórios-denúncia com os assassinatos de homossexuais cobrindo o período 1980 a 1990.

A obra é categórica ao sinalizar dois pontos em relação ao país no qual vivemos. Primeiramente, anunciava que:

O Brasil, que ostenta a fama internacional de ser uma das partes do mundo onde os gays são mais visíveis e socialmente aceitos, esconde uma desconcertante realidade: a cada quatro dias, um homossexual é barbaramente assassinado, vítima da homofobia que permeia a sociedade brasileira. (MOTT, 1997, p. 1).

Isto revela a insatisfação entre a imagem e a realidade que ora se apresentava e que não era compatível com os acontecimentos que ocorriam em relação tanto às atitudes contra a homofobia quanto à divulgação, reflexão e frentes de combate à mesma, ou seja, nem tudo o que se apresentava como um país perfeito, assim o era na prática. E, o segundo aspecto, relativo ao fato de que o documento sinalizava que:

Divulgando as graves violações perpetradas contra lésbicas, travestis e gays brasileiros, queremos sensibilizar a sociedade brasileira, e os grupos internacionais de direitos humanos para as ações necessárias que assegurem milhões de homossexuais brasileiros, o exercício de seus direitos humanos conferidos por leis nacionais e internacionais. (MOTT, 1997, p. 5).

Fica claro o descontentamento que partia do Movimento LGBT em relação aos atos de preconceito, discriminação e segregação pelo qual passavam, e que revela uma gravidade maior, no que tange à defesa dos direitos humanos. Anos mais tarde, em 2004, a pesquisa “Juventudes e Sexualidades”, publicada pela UNESCO, viria a denunciar a Homofobia que instalava-se nas mais diferentes esferas da sociedade, em especial, na educação. A pesquisa foi realizada em 14 estados brasileiros com a finalidade de mapear o conhecimento sobre a juventude e a sexualidade destes, onde temas como a sexualidade, gravidez, aborto, contracepção e iniciação sexual eram expostos e, no tocante à homofobia, esta incluía-se, no capítulo referente às violências, preconceitos e discriminações.

De acordo com esta publicação:

Sob a égide da respeitabilidade da UNESCO e responsabilidade de renomadas pesquisadoras, a pesquisa enfrenta com competência e

sobretudo coragem um elenco de temas que demarcam o complexo universo das sexualidades de nossas juventudes... Os resultados produzidos pela pesquisa, que ouviu centenas de pais, professores e alunos em quatorze capitais brasileiras, certamente constituem uma contribuição pioneira ao entendimento dos processos que bloqueiam ou dificultam a comunicação saudável, construtiva e humanizada entre gerações. (ABRAMOVAY, 2004, p. 20-21).

Dessa maneira, percebe-se a importância do estudo, quando da verificação de variados temas em uma mesma parcela da população (jovens), e o impacto ocasionado quando da demonstração dos dados assustadores, no que se referia à homofobia.

A pesquisa toca, ainda, em um ponto importante: a implementação de políticas públicas voltadas para o segmento juvenil, onde tais temas podem ser contemplados, visando um melhor atendimento e melhoria de sua qualidade de vida.

Sob este aspecto,

Tais políticas precisam levar em alta conta a participação destes e o conhecimento das suas situações, assim como as desigualdades sociais e regionais. Estas mesmas políticas devem ser sensíveis a gênero, contribuindo para os princípios de equidade; devem respeitar as diversas orientações sexuais e precisam estar voltadas para a criação de escolas mais democráticas, com melhor qualidade, quer em termos de conteúdos, quer de compromisso com a ética de boa convivência e das necessárias relações com a cultura juvenil. (ABRAMOVAY, 2004, p. 25).

Isto indica que não somente a atenção à juventude é necessária, mas também, a atenção com o pensamento desta mesma juventude em relação à sociedade na qual vivem e, que estes pensamentos e ideologias, podem afetar a condição da vida de outros.

Esta pesquisa foi um marco, ao denunciar, explicitamente, a homofobia que se fazia presente no espaço escolar e, também, as configurações que se encontravam no imaginário social, ainda em relação às orientações sexuais e identidades de gênero. Tais informações relativas à dinâmica de convivência entre os jovens, seus pais, professores e diretores, a rejeição em relação à população LGBT, não somente existe no espaço escolar, mas também, no convívio destes jovens com seu entorno social.

Neste cenário de reivindicação do Movimento LGBT, em diversos estados do país, com a exposição desta problemática através de pesquisas sobre a homofobia, em 2004, o Governo Federal lança o “Programa Brasil Sem Homofobia”. Este

Programa concretiza a reivindicação de uma política pública que garantisse alguns direitos referentes aos LGBTs, como cidadãos e com a possibilidade de assistência, em uma série de ações que necessitavam ser asseguradas.

O Programa Brasil Sem Homofobia é fruto de uma série de pequenas publicações que eclodiram antes do seu lançamento, no que tange à preocupação com a população LGBT. Esta população encontrava-se prejudicada em muitos aspectos como a educação, o trabalho, a garantia de seus direitos enquanto cidadãos pertencentes à mesma sociedade que os demais, as violências pelas quais havia a necessidade e que lhes fossem assegurados direitos e dignidade humana. Sendo assim, “o Governo Federal, ao tomar a iniciativa de elaborar o Programa, reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais” (BRASIL, 2004, p. 7).

Esse Programa constitui-se numa tentativa de construção de uma política pública que garantisse estes direitos e promovesse os direitos dos homossexuais, contribuindo para uma cidadania LGBT. Para tanto, foi realizada:

Uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, que durante aproximadamente seis meses se dedicou a um trabalho intenso, fundamental para o alcance do resultado apresentado nesta publicação...A expectativa é que essa integração interministerial, em parceria com o movimento homossexual, prospere e avance na implementação de novos parâmetros para definição de políticas públicas, incorporando de maneira ampla e digna milhões de brasileiros”. (BRASIL, 2004, p. 7).

Dessa maneira, a parceria realizada entre o Governo Federal e o Movimento LGBT foi relevante para a constituição de uma política pública, onde os direitos desta população fossem garantidos, assegurados sobre a perspectiva da Constituição de 1988, que faz referência da igualdade de todos perante a lei.

Dessa forma, tornar-se-ia possível, talvez, amenizar os índices que foram revelados pela pesquisa da UNESCO (2004) quanto à rejeição dos LGBTs na sociedade, em especial, no espaço escolar, rejeição essa que chegava a quase 31%, sinalizando um grande problema também no âmbito educacional.

Nesse sentido,

Um dos objetivos centrais deste programa é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de

sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta. (BRASIL, 2004, p.7).

O enfoque do Programa Brasil Sem Homofobia viria a contribuir com reflexões e, possíveis mudanças na sociedade, através de ações direcionadas a um trabalho de (re)educação, respeitando a diversidade sexual, as orientações sexuais e, as identidades de gênero, na compreensão de quem são estes, que esta sociedade discrimina, segrega e pratica o preconceito.

O Programa discute questões relacionadas à legislação e justiça, o direito à segurança, o direito à educação, direito à saúde, direito ao trabalho, direito à cultura, bem como visa promover uma política para a juventude, mulheres e contra o racismo e homofobia. Ainda, direciona a implantação do Programa e as formas de monitoramento e avaliação e expõe as dúvidas mais freqüentes, quanto a temática da diversidade sexual, homofobia. Tal Programa tenta reunir uma série de ações, com a finalidade de atingir o maior número de setores da sociedade, na intenção de trabalhar as questões referentes não só ao preconceito e à discriminação, de modo geral, mas, prioritariamente, à homofobia que há em cada espaço e suas formas de expressão contra os LGBTs.

No tocante as ações, o Programa institui que:

Para atingir tal objetivo, o Programa é constituído de diferentes ações voltadas para: a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (BRASIL, 2004, p. 11).

Estas ações voltadas ao/para o público LGBT irão instrumentalizá-los para que se tornem agentes da sua própria história, interventores em ações no seu cotidiano e multiplicadores na execução de suas ações de intervenção. Isto irá permitir, a princípio, que estas ações sejam tornem-se ações educativas para a sociedade, contribuindo para a mudança de comportamentos como bem quer e pretende o Programa.

Portanto, no Programa Brasil Sem Homofobia, há uma articulação entre sociedade-Movimento LGBT, através destas ações em prol da cidadania LGBT, resultando em publicações de materiais de formação/capacitação, nestas áreas.

## 4.2 UM MUNDO QUE FUNCIONA A DURAS PENAS

Dentre os objetivos do Programa do Brasil Sem Homofobia encontra-se que: “Para atingir tal objetivo, o Programa é constituído de diferentes ações voltadas para: a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia (BRASIL, 2004, p. 7).

Entender a lógica de funcionamento das ONGs é importante para que possa compreender o porquê de muitas de suas ações terem, por vezes, tão pequeno alcance, ou quase que específicas a um determinado público e reduzidas idiossincraticamente a estes.

Um primeiro entendimento sobre as políticas públicas voltadas ao campo LGBT, dá-se da maneira como esta se constituiu até os tempos atuais, para o que elas representam hoje. Isto não quer dizer que seja necessário realizar uma linha do tempo acerca de todas as conquistas realizadas até a contemporaneidade, mas sim, entender o processo pelo qual passou tais políticas até sua constituição atual.

Isto remonta a pesquisas e levantamentos realizados num passado não tão distante, onde é possível verificar a emergência de tais atos perante esta comunidade, que necessitava de uma melhor atenção. Um levantamento sobre cada vítima de homofobia era feita pelos Movimentos Sociais LGBT, numa tentativa de fornecer dados, papel este, que deveria ser do Governo. Fernandes (2010) nos permite entender este fato ao relatar que:

Um dos poucos grupos que manteve uma agenda de luta contra a violência durante os anos 1980 foi o Grupo Gay da Bahia, que tem coletado notícias e informações sobre crimes de ódio (especificamente violência letal) no país, e com base no trabalho deste grupo podemos afirmar que a cada dois dias uma pessoa LGBT é assassinada no país<sup>27</sup>. É importante mencionar que este trabalho indica que o assassinato destas pessoas foi motivado pela identidade sexual da vítima. (FERNANDES, 2010, p. 4).

Os casos de homofobia foram sendo acompanhados ao passar das décadas até os dias atuais, numa tentativa de emergir um grito que não se pretendia ouvir. Cada ONG em seu Estado acompanhou as mortes, os abusos, as violências, as crueldades, as manifestações de ódio que eclodiam ora daqui, ora dali, e portanto, continuamente. Esse papel de acompanhamento destas e outras atrocidades ocorridas com a população LGBT, foram por anos, motivo de luta e de busca por

uma visibilidade que fosse garantida, na medida em que tais ações ocorriam, porém, pouca sistematização havia no seu início.

Desta forma, a luta entre o Movimento Social LGBT e o que se esperava do Governo Federal enquanto poder maior, no que se refere à atitude em relação a tais ações, travava-se de maneira, a apontar e expressar suas necessidades e reivindicação. E, após muitos anos da luta dos Movimentos Sociais LGBT e do embate com o Governo Federal, é que foi feita alguma coisa. Isto aparece no relato do III Congresso de Políticas Públicas e Estado Laico da ABGLT, realizado em 2008 em Belém do Pará, onde lê-se:

Desde o lançamento do programa *Brasil sem Homofobia*, pelo governo federal, em maio de 2004 – fruto, sobretudo, da pressão do movimento LGBT organizado (leia-se ABGLT) – há uma incorporação na agenda política nacional da questão dos direitos da população LGBT. Alguns governos municipais e estaduais começam a criar estruturas e políticas específicas para nossa população. (ABGLT, 2008, p.12).

#### 4.3 DO ANONIMATO À MÍDIA

A homossexualidade, com seus mais variados conceitos e entendimentos, passou de perversão, em tempos antigos e hoje, à categoria de diversidade sexual. No entanto, se visualizarmos por um instante o que se produziu em termos de conhecimento, durante as décadas que se passaram, interessa-nos desvendar o porquê o anonimato se constituía em sua morada, e a mídia, em um parente distante.

Ao tomarmos como exemplo a bibliografia sobre homossexualidade no Brasil, num apanhado realizado por Luiz Mott e disponível em seu *site*, têm-se um panorama do que se tratou na academia científica sobre a homossexualidade. Isto quer dizer que, de um lado tivemos uma parcela acadêmica debruçando-se sobre o sentido epidemiológico, patológico, psicologicamente perturbado e susceptível a mudanças por terapias ou forma de conversões, e de outro, os diagnósticos médicos e psiquiátricos, as anomalias, as formas de pecado até o que conhecemos hoje.

Carrara e Ramos (2006) apresentam, na perspectiva das transformações e aproximações da academia com o Movimento LGBT, uma:

Multiplicação de iniciativas no ambiente acadêmico e universitário, com a incorporação dos temas relacionados à homossexualidade e ao “homoerotismo” nas pautas das pesquisas das Ciências Humanas e Sociais em centros de estudos e universidades do país”; isto significa que quando realizada uma “busca na *Plataforma Lattes*, do CNPq, com as palavras “homoerotismo”, “homossexualidade”, “*gay*”, “lésbica” e “*queer*”, resultou em nada menos do que 1.420 pesquisadores trabalhando com esses temas em junho de 2006. Nesse aspecto, o quadro instaurado na segunda metade dos anos 90 já era bastante diverso daquele dos anos 80, quando poucos intelectuais, geralmente mantendo também atividades de militância, dedicavam-se ao estudo dos temas relativos à homossexualidade no Brasil. (CARRARA; RAMOS, 2006, p. 190”).

Cabe a pergunta, então, sobre a forma pela qual seria necessária a exposição destes dramas, para que houvesse um atendimento específico ao público LGBT. Uma vez que, as ONGs espalhadas pelo Brasil faziam a contagem de seus mortos, realizava-se acompanhamento constante aos casos de violência, ora sofridos, onde a academia já se debruçava sobre alguns destes temas, embora sem muita eficácia em termos de mudança prática.

A homofobia passa, então, a ser elemento de discussão entre o Governo Federal e a academia, em uma tentativa de entender o fenômeno que ora se instalava, mas que não era novo e que necessitava à atenção devida aos inúmeros casos que já haviam ocorrido, ocorriam e que viriam a continuar ocorrer. Desta maneira, a preocupação com o tema foi tão expansiva que começou-se a debruçar sobre as pesquisas e sobre os motivos que levavam as pessoas a cometer tais atos contra aqueles que jamais tinham visto ou que nem ao menos tinham contato, mas que, de alguma forma, os incomodavam, mesmo que estes não proferissem nada às pessoas ou, externasse qualquer manifestação que propiciasse um desentendimento, enquanto ferir o espaço alheio, ou tocar em sua ferida.

À academia ficaria incumbida da realização de mais pesquisas e de propor formas de prevenção à homofobia, bem como um trabalho disciplinar dentro dos seus espaços de conhecimento, compreendendo a discussão do tema homofobia e orientações sexuais, dentro da mesma, passando pela construção de materiais de apoio voltados ao professorado e a capacitação destes mesmos. Este episódio está disposto no plano de ações do Programa Brasil Sem Homofobia onde consta a promoção:

Articulação e a parceria entre órgãos governamentais, institutos de pesquisas e Universidades visando a estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da

população homossexual e monitorar indicadores de resultados sobre o combate à discriminação por orientação sexual, a serem posteriormente estabelecidos. (BRASIL, 2004, p.20).

Várias pesquisas passaram a ser realizadas nesta temática proporcionando, até certo ponto, uma abertura e aceitação do tema na academia, no entanto, ainda um pouco rechaçado e ridicularizado pelos silenciamentos que se faziam quando da discussão de tais abordagens. Cursos de instrução/capacitação/formação foram criados, no que diz respeito a atender o professorado, e alianças foram feitas entre as ONGs e algumas instituições, na tentativa de expelir o vazio da teoria. No que diz respeito aos cursos de instrução/capacitação/formação, Fernandes (2010) assinala que:

A formação continuada envolve o treinamento de professores através de cursos. Para a SECAD, os cursos de formação continuada são uma forma dos professores se “sensibilizarem” para o fato de que a educação é mais do que um processo formal de ensino e aprendizagem. (FERNANDES, 2010 p. 6).

Tais alianças realizadas em prol do conhecimento foram essenciais, no tocante a expor a realidade que se apresentava e demonstrou a importância da discussão e a compreensão de tais temas, no entanto, em alguns casos, tal aliança não se constituiu de forma prazerosa, tendo como figurativo o papel desta aliança em meio a academia. Estas alianças estão também previstas no documento em seu eixo “V – Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual” onde estabelece que irá, “fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores” (BRASIL, 2004, p. 22). No entanto, tais cursos encontram-se um tanto fragilizados pela perspectiva de abrangência, a qual não conseguem dar conta e a qual, seria necessária, uma quantidade maior de profissionais com formação, para dar conta a um número excessivamente superior de professores que necessitam de tais cursos.

No tocante ainda às alianças realizadas, as ONGs, além das parcerias firmadas com instituições acadêmicas, passaram a uma mão de via dupla, no sentido de colaboração com município, Estado, Governo Federal, a fim de serem contemplados pelas políticas públicas voltadas ao seu público, bem como ter a visibilidade enquanto instituição não governamental promotora de ações da



cidadania pró LGBT. Nesse sentido,

A elaboração do Programa Brasil sem Homofobia contou com a participação direta de representantes do segmento GLBT e, da mesma forma, garante-se, na sua implantação, a representação de tais segmentos, por meio de parcerias com suas lideranças, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, viabilizando, assim, as ferramentas para o exercício do controle social no que se refere ao acompanhamento e avaliação das diferentes ações que integram o presente Programa. (BRASIL, 2004, p. 27).

Nestas circunstâncias percebe-se a importância da união dos segmentos ONGs e esferas federais, estaduais e municipais, para a constituição, implementação e manutenção das políticas públicas buscando sua eficácia perante a sociedade. Acredita-se que o foco de investigação e atuação destas ONGs deveria ser construído, levando-se em consideração as especificidades do segmento social e de diversidade sexual dentro da sigla LGBT, ao qual se destina, assim como considerar a abrangência e as razões para a realização de tais capacitações.

#### 4.4 BREVES CONSIDERAÇÕES

Em nosso país as políticas públicas são realizadas de acordo com a demanda que se faz, e perante as pressões oriundas dos Movimentos Sociais em prol destas.

No caso dos Movimentos LGBTs, estas não passaram por processos diferentes, mas tiveram o peso de seus mortos como contributo a uma atenção que fora dispensada por muito tempo e, em detrimento do qual, se houvesse sido atendida anteriormente, a população LGBT hoje não estaria tão órfã quanto está (MOTT, 1997).

Diante deste fato, o Governo Federal, muitas vezes, sob pressão dos Movimentos Sociais LGBT, tentou dar conta do que deveria ser de sua responsabilidade. Diversas pesquisas foram publicadas a este respeito a exemplo de “A agenda Anti-Homofobia na Educação Brasileira” de Felipe Fernandes, onde ficam claras, as formas da constituição de políticas públicas no Brasil. Uma destas formas, é a demanda que se tem diante dos problemas que se apresentam entre outras formas, as quais, o papel das ONGs, é importantíssimo para a constituição

das mesmas.

Nesse cenário, a forma de atuação do Governo Federal em detrimento da elaboração das políticas públicas (a exemplo do Programa Brasil Sem Homofobia), em prol da Cidadania LGBT, atende, em parte, ao que se reivindica por estas ONGs. A elaboração das propostas que virão a tornar-se parte das políticas públicas, têm sido realizadas através dos seminários, conferências entre outros meios, de onde emergem as propostas de ação, em decorrência dos problemas que necessitam ser sanados. Tal fato, pode ser entendido sobre o que discorre o texto base da III Conferência Nacional da ABGLT, onde é possível notar, tanto os benefícios que o Programa Brasil Sem Homofobia trouxe para o Movimento LGBT, quanto até onde consegue dar conta, no que diz respeito a uma cobertura ampla e atenção maior à população LGBT.

Para tanto nota-se que:

*O Brasil sem Homofobia é um marco muito mais político e simbólico, pois inscreveu, pela primeira vez, de maneira sistemática, a questão do combate à homofobia dentre as políticas que devem ser desenvolvidas no âmbito da promoção dos direitos humanos. Os Congressos da ABGLT ações e financiamentos efetivos que aconteceram, sobretudo a instalação dos Centros de Referência, embora importantes, não chegaram a atingir a dimensão de uma política nacional, com grande impacto, que mudassem as condições concretas da população LGBT. Por isso, ganhou sentido especial, a convocação da I Conferência LGBT, em 28 de novembro de 2007, em decreto assinado pelo presidente Lula e pela Ministra Dilma Roussef. Essa convocação não foi obra do acaso, nem apenas boa-vontade (realmente existente) do governo federal (ABGLT, 2008, p. 12-13).*

Percebe-se que a atribuição do Governo Federal vai até certo ponto, no que diz respeito a implementar o disposto em seu programa. As próprias conferências municipais, estaduais e nacional, são o resultado de um ganho oriundo das políticas públicas que foram sendo construídas durante os anos.

As políticas públicas em prol da Cidadania LGBT são marcadas pelas lutas dos Movimentos Sociais LGBT em suas trajetórias de conquista frente ao Governo Federal e suas articulações com outras instâncias, nas esferas municipais e estaduais. Isto quer dizer que, o Movimento LGBT, ao organizar-se e mobilizar-se, pressiona o município com a finalidade de garantir algo que lhes falta e, quando o município não consegue suprir esta carência, recorre ao âmbito Estadual. O Estado por sua vez, apóia-se nas determinações oriundas do Governo Federal para dar

subsídios ao requisitado pelo Movimento LGBT e suprir a reivindicação, em conjunto com o Governo Federal. Desta maneira, a efetivação destas políticas passam por esses setores, na tentativa de colaborar com a implementação eficaz destas, na sociedade.

As políticas públicas, vindas do Governo Federal, muitas vezes são constituídas pelas próprias ONGs em reuniões que ocorrem nos níveis municipal, estadual, até que se chegue ao federal. Nesse caminho, uma série de medidas podem ser adotadas para que se cheguem a propostas que sejam úteis e possível aprovação, enquanto propostas a serem postas em prática. Dessa forma,

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a cidadania, com respeito às diversidades” e “a atuação do Estado”, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. (SEDH, 200, p. 11).

Seminários, conferências, reuniões de pauta<sup>4</sup> dentro das Organizações (quando tratadas em uma população basicamente pequena), são formas pela qual podem ser retiradas propostas, as quais podem ser utilizadas na elaboração de Diretrizes que impulsionem o atendimento à população LGBT e tenham seus direitos garantidos, como prevê a Constituição de 1988.

Dessa forma, as ONGs atuam não somente no ativismo, mas como contribuidoras do nascimento das políticas públicas à sua própria população, identificando nas suas dificuldades, as suas razões enquanto propostas a serem concretizadas. Nesta perspectiva, considera-se “os movimentos sociais como importantes espaços de participação política na sociedade contemporânea” (COSTA *et al*, 2008, p. 326).

O papel do Governo Federal nessa demanda configura-se no sentido de atender a estas populações nas suas propostas, como parte de um processo que se configura mais amplo, no sentido de aprovação e sanção destas enquanto políticas públicas efetivas. Na eficácia de garantir tais questões, foi criado, no ano de 2009, o

---

<sup>4</sup> Entenda-se aqui, reuniões que são organizadas pelo Movimento LGBT, nos seus espaços físicos, onde é realizada uma mobilização com a finalidade de discutir propostas de ação na sociedade ou problemas que venham afetando o público LGBT.

Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais como reflexo, assim:

Esforço do Governo e da Sociedade Civil na busca de políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implementação, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia, implantado desde 2004. (SEDH, 2009, p. 7).

Diante disso, o Governo Federal, após o recebimento de tais propostas, elabora, de acordo com sua política e necessidade, as diretrizes as quais irão orientar o trabalho daqueles que atuam nas esferas das ONGs, onde ocorre o financiamento dos projetos e, por onde, acontecem os cursos de capacitação em Direitos Humanos, além de outros, e a produção de material educativo.

No tocante a este aspecto, o Governo Federal atua de forma econômica, deixando a cargo das ONGs, o papel de elaborar os projetos voltados à sua população e de forma a priorizar os projetos que atendam aos seus interesses. Com isso se quer dizer que, ao mesmo tempo em que a oferta de verba a esta população se faz presente, esta necessita encaixar-se dentro das perspectivas e políticas as quais estão por detrás dos editais, onde há a presença dos recursos tendo a finalidade de consegui-los. Isto significa que o caminho das pedras é tão árduo quanto parece e a facilidade em se conseguir tais recursos para um projeto não existe.

Pensem basicamente em um edital como forma de exemplificar o que está aqui querendo ser dito. O Governo Federal, através da Secretaria de Saúde, abre um edital com a finalidade de promover a prevenção às DST/HIV/AIDS. Pensem agora no projeto que uma ONG queira colocar em prática, nada tendo a ver com tema da saúde, mas sim, com cultura. De que forma isto poderia dar certo?

A forma pela qual isto dará certo, não se tem certeza, mas que se necessita dar certo, isto sim. Desta maneira, a ONG tentará encaixar o seu projeto dentro da proposta da Secretaria de Saúde, para tentar angariar os recursos para a execução do seu projeto primeiro. Como? Muitas vezes esquecendo seu próprio projeto, transformando seu projeto e fazendo dele a perda da identidade primeira e/ou, criando outro projeto que garanta o recurso.

É cruel ver como a facilidade se apresenta difícil; isto significa que o que

pensa-se sobre os financiamentos dos projetos das ONGs pelo Governo Federal, não vêm de forma tão automática e abundante quanto se imagina. O repasse do valor dos projetos demanda da criação de um projeto que atenda às especificidades do edital, o qual muitas vezes, não permite que a proposta de ação elaborada pela ONG seja posta em prática, tendo esta que revisar suas propostas e adequá-la ao que estabelece o edital.

Percebe-se então, o quão afetado podem ser os projetos de acordo com os editais a que estes concorrem, pois uma vez que a finalidade não é mais aquela pretendida, primeiramente, e sim, a nova de acordo com o edital, perde-se em conteúdo, em conhecimento, em ação. Para tanto, nem mesmo a leva de recursos que imagina-se ser grandiosa, alcança este patamar, sendo estipulado, já em edital, a quantia referente ao financiamento, tendo a ONG, assim, ou que reduzir o alcance do projeto, ou esticar este valor, com a intenção de buscar um melhor aproveitamento do dinheiro na escassez do mesmo.

Então, de uma maneira ou de outra, a ONG terá que se subordinar ao edital em questão a fim de arrecadar os fundos para que seu projeto ocorra, mesmo que da maneira proposta num novo modelo. Isto não quer dizer que as ONGs estejam apenas atrás dos recursos provenientes do Governo Federal, mas sim, que o incentivo à elaboração de projetos, com finalidades outras as quais poderiam ser mais proveitosas do que as comumente realizadas nos quatro cantos do país, da mesma maneira, indica que, ações mais eficazes e expansões destas, poderiam ser subsidiadas, se não fossem as amarras e o engessamento quanto à burocracia pela qual passa durante todo o processo.

#### 4.5 PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E OS RECURSOS

Ao compreendermos de onde se origina o recurso advindo do Programa Brasil Sem Homofobia, temos um melhor entendimento quanto às questões relacionadas, tanto a execução dos projetos, quanto a implementação dos mesmos e suas contrapropostas.

Uma vez que se destina certa quantia de recurso a uma parcela da população, este recurso subdivide-se em formas de financiamento, quanto a manutenção destas entidades, que realizam/buscam exercer o papel que o Governo

não o faz. Essa troca de papéis entre Estado e Movimento LGBT pode ser compreendido pela prática do controle social.

Se é possível garantir serviços públicos de qualidade, pois a partir do momento em que o Estado deixa de participar, passando apenas a promovê-los e gerenciá-los, buscará ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade. Além disso, o controle social é uma forma de se estabelecer uma parceria eficaz e gerar a partir dela um compromisso entre poder público e população capaz de garantir a construção de saídas para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. (ABGLT, 2008, p. 48).

Nesse sentido, de acordo com a demanda da população, os projetos são elaborados por esta mesma população, a qual necessita destes subsídios para manter-se frente à sociedade, na sua colaboração enquanto promotora da Cidadania.

No entanto, uma ONG necessita estar com suas contas em dia, no tocante a atender o público ao qual representa e, para isso, necessita do recurso, seja obtido na forma de projetos, basicamente, seja de outra forma colaborativa, a qual a ajude manter-se, para que o seu funcionamento seja possível e a sua eficácia enquanto atuação seja possível.

Sendo assim, são importantes as verbas que se destinam à elaboração dos projetos por estas ONGs, pois, sem elas não haveriam tais projetos e, sem eles, o Governo Federal não supriria a demanda necessária que tais projetos aconteçam. Verifica-se, assim, a necessidade da existência de uma mão dupla, através da prática do controle social, onde a parceria é necessária, por mais que as orientações para elaboração de tal projeto não sejam condizentes com a política da ONG, a qual, nem sempre é a mesma da postura adotada pelo Governo.

Oposições à parte, a importância do recurso para a ONG é a forma de sobrevivência que muitas têm e, muitas vezes, somente esta. Para tanto, os integrantes da ONG sobrevivem da maneira que a ONG sobrevive; se há dinheiro, há salário, se não há dinheiro, se para com tudo e tenta-se resolver a situação em busca de novos projetos a fim de garantir a manutenção da ONG e das pessoas que por ela trabalham.

Dessa forma, a elaboração dos projetos de capacitação torna-se um grande aliado do sistema, pois ao mesmo tempo em que se destinam recursos aos projetos, exclui-se a responsabilidade de que o sistema trabalhe em prol, fazendo com que

aquele que deveria ser agraciado com os projetos, os elabore, execute, e os faça ter resultados.

Então, o financiamento dos projetos acaba por funcionar ao passo de um sistema, o qual permite-se o entendimento, de constituir-se quase como uma base de troca, onde estes projetos são elaborados, voltando-se aos mais variados públicos, dentro do Movimento LGBT ou não. No entanto, todos estes têm a finalidade de melhorar a qualidade de vida desta população, seja conscientizando a sociedade através de eventos voltados para a mesma, seja por ações específicas a parcelas menores segmentadas dentro do LGBT, com a instrumentalização destes em Direitos Humanos ou áreas afins.

No sentido de colaborar com os projetos voltados ao público em geral, encontram-se as ações realizadas em parcerias entre ONGs-Município-Estado-Universidades, com a intenção de conscientizar, discutir, apresentar e debater as características que cercam determinada demanda da população LGBT, com a intenção de melhor compreender estes, perante a sociedade, ou ajudá-los na forma de inserção no meio social, ao qual já pertencem, mas não são permitidos ao acesso quanto aos seus Direitos enquanto cidadãos plenos como os demais.

Essas ações vão desde os seminários LBGTs, voltados ao público em geral, às capacitações de professores ofertados em parceria com os Estados-ONGs-Universidades, na tentativa de suprir uma demanda deficiente de informação/instrução e no contato com os LBGTs, os quais muitas vezes, estão inseridos no contexto escolar e com as quais não se sabe lidar ou atender.

Dentro desta perspectiva, há a idiossincrasia de cursos meramente informativos, com a separação das categorias presentes no público LGBT, nas possibilidades quanto à sexualidade, e os cursos formativos voltados às qualidades humanas, demonstrando-se a partir do seu cotidiano, sua vida, desde o ponto de vista da família, até o âmbito da escola, trabalho e outros. Já a capacitação, a qual poderia ser entendida da mesma maneira que a formação estende-se para o entendimento destas pessoas, suas relações com a vida cotidiana, sua prática docente, seu reflexo na prática pedagógica e postura, enquanto docente contemporâneo.

Isto se deve ao fato de, a contemporaneidade adentrar a sala de aula de uma maneira que o sistema educacional no qual vivenciamos não dá conta, seja

pelo fato da desatualização pelo professorado, quanto aos problemas enfrentados em sala de aula das mais variadas formas, quanto das especificidades que estas pessoas enfrentam enquanto singulares, mas com proporções astronômicas, quando do seu não entendimento dentro do espaço escolar.

Já na perspectiva dos projetos voltados aos públicos específicos, têm-se os projetos voltados essencialmente à prevenção das DST/HIV/AIDS, com o intuito de instrumentalizar os jovens, primordialmente, tanto sobre os riscos do sexo não seguro e as consequências para suas vidas, além do âmbito LGBT, quanto sobre a importância do conhecimento dos métodos de prevenção e o repasse destas informações àqueles que os desconhecem ou não os praticam.

Ainda, há a ocorrência de cursos voltados para a militância/ativismo, onde são apresentados conteúdos destinados àqueles que buscam empenhar-se na vida pública, de forma a estabelecer no legislativo e no jurídico, suas ações em prol de uma cidadania LGBT em uma perspectiva de massa, onde os interesses particulares são molas propulsoras ao interesse público. Dessa maneira as ações, a exemplo do *Advocacy*, que se estabelecem, e nesse sentido de elaboração de leis e medidas num plano legislativo, na figura de um representante maior do ativista dentro de um sistema complexo, constitui uma das ações voltadas em prol do estabelecimento/formação de lideranças.

Os cursos destinados a gays também ocupam espaço, nesse sentido, muitas vezes na tentativa de auxiliá-los em suas vidas cotidianas e na instrumentalização sobre seus direitos perante à sociedade, assim como, os cursos destinados a lésbicas, com a apreensão de conteúdos não somente voltados à sua orientação sexual, mas também, à sua condição enquanto mulher, à sua luta enquanto feminista (em alguns casos) e ao seu papel na sociedade heteronormativa.

No que diz respeito às travestis e transsexuais, seus cursos voltam-se tanto às suas populações, em específico, quanto à população em geral, devido a esta parcela da população LGBT ser ainda tão discriminada e mal compreendida, recaindo ainda sobre os seus ombros, o peso das ruas, da prostituição e da marginalidade. Nessas circunstâncias, o atendimento a este público tem sido alvo não somente das escolas públicas e particulares, quanto da academia, na tentativa de elucidar o cuidado para com esta população.



#### 4.6 DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS

As políticas públicas são realizadas na intenção da melhoria da qualidade de vida de uma população, de reduzir os problemas causados e buscar o atendimento das necessidades diante da defesa dos Direitos Humanos. No entanto, a elaboração das mesmas não diz respeito somente a sua eficácia, mas também a sua problematização, enquanto política torta ou desviante do plano a que se deveria seguir.

Nesse sentido, algumas políticas públicas deixam à margem a sua finalidade e, por vezes, prejudicam o andamento do plano de ações, tendo como consequência a não execução das propostas de intervenção na sociedade, do modo como estas estavam planejadas. É o caso, por exemplo, em específico, da questão dos recursos destinados às ONGs, por meio da elaboração dos seus projetos .

Isto significa que se estas ONGs não elaboram e/ou executam algum projeto, a ONG terá ausência do financiamento para a manutenção de seu espaço físico-ambiental, o que vêm a prejudicar não somente a sua atuação na sociedade, quando do fechamento de suas portas e do não atendimento tanto aos LGBT quanto sociedade civil, mas também àqueles que dela fazem parte e que dela dependem, a exemplo dos seus membros efetivos e colaboradores que trabalham no espaço da ONG e possuem como fonte de renda, os provimentos advindos do seu trabalho (no caso dos membros efetivos e, no caso dos colaboradores, na falta de assistência da ONG às suas ações e/ou parcerias estabelecidas).

Isto implica uma relação de quebra no processo colaborativo à sociedade, no que diz respeito à funcionalidade de uma política pública e a eficácia dela enquanto sociedade. Uma vez compreendido que um projeto necessita de recurso para ser elaborado e executado, quando este encontra-se sem a verba necessária, por mais que a ONG queira executá-lo e sua proposta seja boa, não torna-se possível e viável sem as condições mínimas de funcionamento da organização. Abrindo um parêntese aqui, isto não quer dizer que as pessoas envolvidas no processo de elaboração e execução dos projetos só o fazem mediante pagamento, mas sim, pelo fato de que as contas precisam ser pagas para que o espaço onde o projeto funcionaria (na maioria das vezes sendo na própria ONG), esteja disponível para o atendimento daqueles que serão beneficiados.

#### 4.7 O OUTRO LADO DA MOEDA

Em relação aos problemas enfrentados pelas ONGs no estabelecimento de suas funções perante a sociedade, há dois lados que precisam ser vistos: o primeiro deles, o dos que possuem verba e, o segundo, os que dele necessitam.

Em se tratando do primeiro lado, temos as ONGs que recebem uma quantidade de recursos superior às outras ONGs, seja pelo *status* que obteve por durante sua trajetória, seja pela sua representatividade, pelos serviços prestados à população ou pela sorte.

Nesse sentido, o que quer se dizer aqui é que, em determinados espaços a quantidade de recurso é tanta, que chega a ser perceptível a diferença entre a distribuição referente aos recursos de uma ONG a outra e suas atribuições enquanto entidade. Como exemplo, temos ONGs com *sítes* complexamente elaborados, superando até os *sítes* governamentais, com materiais institucionais produzidos com um alto grau profissional, o que proporciona ao material uma beleza que chega a ser comparado aos materiais comercializados, o que difere da característica das demais ONGs, onde muitas apresentam materiais precários e empobrecidos.

Estes materiais são resultantes dos cursos de capacitação ofertados pelos projetos submetidos por meio de edital. Se os editais podem ser os mesmos, os recursos, semelhantes, de que maneira algumas instituições obtêm recursos além do convencional e produzem verdadeiras obras de arte, no tocante aos seus materiais elaborados após a finalização destes cursos? Esta é uma pergunta que cabe aqui colocar, mas que não se pode responder de maneira exata.

Uma grande parcela da sociedade vê as ONGs como entidades que apenas consomem o dinheiro público, no entanto, a luta para manter uma organização em funcionamento só é vista por aqueles que de perto a acompanham e/ou têm alguma relação mais próxima e compreendem o modo como esta funciona. Obviamente que os grandes escândalos não estão isentos aqui, mas há que se considerar que a grande maioria destas ONGs estabelecem relações confortáveis e confiáveis perante à sociedade diante da sua prestação de contas.

Ainda no que se refere às ONGs com maior quantidade de verba para elaboração de seus projetos, além dos seus *sítes* com amplo conteúdo disponível, os materiais institucionais profissionalmente produzidos e a divulgação em larga

escala, têm-se alguns materiais elaborados por estas mesmas instituições, os quais são comercializados. O comércio de tais materiais implica em uma incongruência de acordo com o papel das ONGs, quando pensa-se na nomenclatura que acompanha o termo “ONG”, ou seja, sem fins lucrativos e, mesmo que esta receba dinheiro público, através dos projetos submetidos aos editais a que concorrem o financiamento, comercializa tais materiais com a finalidade de obter um recurso extra.

Este recurso extra, muitas vezes encontra um discurso, o qual se constrói sobre a explicativa voltada à manutenção da ONG constituindo-se como uma base de troca, no que se refere ao disponibilizar tais materiais e/ou outros instrumentos que possam servir como fonte de pesquisa. Dessa forma, cede-se o material sob o pagamento do seu custeio (isto não quer dizer o valor de postagem), como forma de manter o acervo da ONG ou condições necessárias para que a esta continue a funcionar. Sendo assim, grande parte dos materiais encontrados nesta pesquisa foram recolhidos desta forma.

Em contraponto à cobrança dos materiais por algumas ONGs, percebe-se um certo desequilíbrio tanto na distribuição do recurso pelo Governo Federal/ Estados, quanto na captação dos mesmos pelas ONGs, pois, a princípio, todas deveriam receber a mesma quantidade, independente da sua representatividade ou *status* frente à sociedade. Para que isso ocorra, necessitam terem projetos aprovados para o recebimento destes recursos, o que nos motiva a questionar a maneira pela qual algumas ONGs possuem a captação de recursos diferenciada das demais, no que diz respeito à submissão dos seus projetos via editais, dando-se o processo da mesma forma que as que recebem recursos menores. Tal resposta pode estar, talvez, nas parcerias que se fazem entre ONG e alguma outra instituição pública ou privada.

Essas parcerias, por exemplo, podem ser realizadas entre Universidade-ONG, e o material produzido pela ONG pode ser publicado via Universidade ou com a junção de recursos das duas instituições para a produção de um material independente. Desta forma, em parcerias, estabelece-se uma nova representatividade e uma nova forma de angariar recursos neste cenário que apresenta-se um tanto caótico e prejudicial a tais ONGs.

Por outro lado, temos as ONGs que possuem muito pouco recurso ou quase nenhum, o que vêm a prejudicar o seu funcionamento e a possibilidade de

contribuição para com a sociedade. Nesta perspectiva, encontram-se as ONGs de pequena representatividade na sociedade (menores), as ONGs com pouca trajetória (recém criadas ou com tempo mínimo de 1 a 5 anos), as que apresentam poucos projetos (quando não conseguem a aprovação de seus projetos pela concorrência com demais ONGs ou eliminação pelo não atendimento às especificidades do edital) e as que não possuem apoio ou parcerias (casos não tão comuns) firmadas que permitam o seu fortalecimento.

No entanto, tais ONGs tentam, de uma forma ou de outra, continuar na luta pela garantia dos direitos da sua população, sobrevivendo de doações ou ajuda voluntária, na possibilidade de manter seu funcionamento e o atendimento a sociedade, ao passo que mobilização das pessoas vinculadas a tais entidades torna-se essencial, visto que para o funcionamento desta, há a necessidade de pessoal contribuindo para o processo de funcionamento. Neste sentido, as contribuições podem ser desde a adoção voluntária para com a entidade, assumindo uma função dentro da ONG e, dependendo da ocorrência de projetos, recebendo por meio deste, passando da condição de voluntário a membro do projeto.

Estas maneiras colaborativas servem de subsídio para que a ONG mantenha-se de portas abertas nos períodos da falta de recursos que, sem a ajuda de tais pessoas (voluntários e colaboradores), talvez elas nem mais existissem, incidindo sobre a extinção da ONG. Importante considerar que, se a ONG possui poucos projetos ou quase a inexistência deles, ela pode vir a não crescer e destacar-se no meio social, não obtendo a representatividade que se deseja enquanto ONG e contribuição social. No entanto, apenas o fato de esta continuar lutando e oferecendo suporte àqueles que dela necessitam, já a mantém como contribuinte da sociedade a partir do momento que promovem a conscientização (ou a tentativa de) e assistência à sua população.

#### 4.8 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

Começamos a trajetória até chegar ao material do curso de capacitação finalizado. Abre-se um edital em qualquer secretaria, a ONG toma conhecimento de determinado edital e analisa se pode encaixar um pré projeto, já existente, ou criar um projeto que seja compatível com a área do edital. A ONG, então, submete o

projeto através de edital, na determinada secretaria; o projeto é analisado e aprovado. Após isto, o projeto passa a receber o recurso destinado e tem um tempo para ter começo, meio e fim. O projeto começa, desenvolvem-se suas atividades e este termina. Os resultados deste projeto precisam ser publicados, de uma maneira ou de outra, como forma de contraproposta.

Dessa maneira nascem os materiais dos projetos de capacitação que recebem recursos do Governo por meio dos editais. Eles nascem como o parto de uma contraproposta que está submetido em edital ou, como uma iniciativa da ONG para com a sociedade, com a finalidade de demonstrar os seus resultados e/ou dar visibilidade às suas ações por meio da publicação do que já fez e o que originou de resultados.

Esses materiais apresentam riquíssimo potencial, pois possuem particularidades que lhes são favoráveis enquanto o entendimento de tais cursos. O que quer se dizer a respeito disso é que, mesmo que haja um mesmo edital, com a mesma quantidade de recurso, que obtenha um projeto semelhante, sua aplicação, seu público, seus resultados não serão os mesmos, nem mesmo dentro do mesmo Estado. Isto significa que a cada projeto que se realiza, a cada projeto que se implementa, e dele geram ações, particularidades essenciais dele se originam, o que pode permitir a compreensão de alguns fatores dentro do Movimento LGBT.

Estes fatores podem ser desde simples características, a exemplo das ocorrências da homofobia na esfera escolar, e como lidam com elas até propostas mais elaboradas de promoção da cidadania LGBT, com a participação da sociedade. Dessa forma, o que pode ser prejudicial em um determinado local, pode não ser em outro, a falha que existe em determinado ambiente, pode ser suprida pela solução encontrada por outrem, e assim por diante.

Desta maneira, através de tais materiais é possível observar as nuances que existem dentro do Movimento LGBT, as particularidades que existem dentro de determinado Estado ou localidade, os problemas em comum que enfrentam uns e outros do Norte ao Sul, as semelhanças de população e atos de ódio cometidos de um canto a outro, bem como demais fatores que permitem uma ampla visualização e discussão sobre o panorama que se estende Brasil afora.

No entanto, até que se chegue a tal material produzido, distribuído, com resultados, um grande percurso é realizado. Este percurso envolve tanto todas as etapas descritas no início deste capítulo, quanto outras que se entendem como essenciais. A coleta dos resultados, a verificação do que deu certo e errado, a

análise do projeto, a prestação de contas, o cumprimento com os objetivos, a contribuição para com a sociedade entre outros fatores, encenam o que pode ser considerado como o outro lado deste percurso.

A sistematização de todos os dados, a descrição de todo o processo (quando há), a submissão à publicação, a publicação do mesmo e a distribuição e o conhecimento destes materiais perante à sociedade, reúnem estes outros aspectos. Dessa maneira, o abrir portas que um projeto realizado proporciona a outro, é de suma importância, no que diz respeito a ver a possibilidade que determinada ideia, até então só idealizada, seja posta em prática.

Um dos grandes problemas, quanto a estes materiais que são produzidos, é a sua publicação e distribuição. Isto porque uma vez finalizado o projeto e com o restante do recurso, necessita-se de um tempo excessivo entre o vai e vem para a publicação, o que desgasta, até certo ponto, a característica do projeto e quando este encontra-se pronto, já não possui tanta serventia e tanta novidade, servindo apenas como uma prestação de contas à finalidade do projeto, apenas.

Superado o problema da publicação, com o material pronto e publicado, vêm o problema da distribuição e o conhecimento destes materiais; isto por que, a distribuição não se dá em uma esfera Nacional, nem Estadual e quando muito, Municipal. Tais materiais ficam reclusos às ONGs e são descobertos por quem as frequenta e os manuseia, na tentativa de conhecer o que ali fora feito.

Na esfera Municipal, tal material não é distribuído por tratar-se de um material específico, realizado com uma finalidade populacional própria, o que não desperta, de certa forma, interesse por parte do poder Municipal em auxiliar na distribuição de tais materiais. No que tange à esfera Estadual, ocorre o mesmo, com a implicação de que se este não chega a ser conhecido no seu próprio município, quem dirá a nível Estadual.

Os materiais em uma abrangência mais ampla, com parcerias firmadas entre Prefeituras e ONGs ou Prefeituras-Universidades-ONGs, permitem uma distribuição não tão ampla, mas uma circulação em locais específicos, a exemplo dos cursos de capacitação ofertados pelo Estado a seu professorado em parceria com a ONG, ou a Universidade em parceria com a mesma. Desta forma, tais materiais ganham certa notoriedade, um certo valor, mas que, apesar de distribuídos, não significam que estes sejam utilizados e repassados, muitas vezes, tornando-se esquecidos.

No nível Federal, um material destes só chega a ser divulgado quando apresenta um grande aparato por trás de suas ações, com o envolvimento de vários

Estados ou Municípios e instituições acadêmicas, com pesquisadores renomados. Desta forma, tais materiais podem ser vistos e ter a notoriedade e maior divulgação, podendo ser utilizados por tornarem-se referências, mas nem sempre é assim, e estes materiais caem no ostracismo ou ficam circunscritos a centros de documentação dentro das ONGs.

Muito se desconhece acerca das ONGs, neste campo, no Brasil, sobre sua atuação, sobre os entraves que se fazem dentro do próprio Movimento LGBT, suas lutas e conquistas e o que determinada ONG produz aqui e acolá. Por mais que haja segmentos dentro da população LGBT, interesses de cada um deles, briga entre os mesmos e dentro dos próprios, a divulgação de suas ações deveria ser maior no sentido de contribuir para um melhor conhecimento de suas ações e projetos. Este conhecimento maior, em parte, poderia contribuir para fortalecer as ações das diferentes ONGs, neste campo, e conseqüentemente, ao próprio movimento LGBT. E, com isto, a sociedade, ao conhecer mais estas ações de formação e capacitação, no âmbito dos Direitos Humanos, poderia também diminuir e desincentivar as formas de preconceito e homofobia.

Portanto, o caminho pelo qual se dá a política pública, a implementação da mesma em um plano nacional, a implantação desta nos mais variados setores, em especial aqui, o Movimento LGBT e, o processo pelo qual passam tais entidades na elaboração dos projetos voltados à sua população e à sociedade, constituem um novo olhar, no que diz respeito ao conhecimento de como se realizam as ações em prol dos direitos humanos e da cidadania LGBT, a partir da perspectiva do plano de ações de uma política pública. Desta forma, percebe-se o caminho que é construído, a partir da observância das parcerias firmadas e dos mecanismos que são utilizados através destas para que a eficácia da política pública e o atendimento à população em questão, ocorram, garantindo a funcionalidade, tanto da política pública quanto da obtenção dos resultados requeridos, enquanto formulação das propostas de enfrentamento à homofobia.

## 5 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação apresenta um papel importante no campo do movimento LGBT, em especial se, consideramos as possibilidades de que há vários aspectos e dimensões pedagógicas, quando da formação e capacitação de novos quadros de profissionais. Este pode ser o caso do papel da Educação, no contexto desta pesquisa, pois, apresenta-se importante para as possibilidades de trabalho no Movimento LGBT, com a constituição e atuação das ONGs e seus processos educativos-colaborativos.

Grande parte das ações do Movimento LGBT, vêm de encontro a essa proposta de sensibilizar estas populações, que encaixam-se dentro de uma das siglas da nomenclatura, para dar conta ao que a política pública implementada, não conseguiu suprir. Faz-se necessário o papel de co-autoria entre as esferas federais, estaduais e municipais, em parceria com as ONGs, para permitir que um processo educativo se faça necessário em termos de, criar espaços de convivência dos diferentes na mesma sociedade.

### 5.1 DEPOIS DE TANTO CAMINHAR

A trajetória realizada para a constituição da política pública do Programa Brasil Sem Homofobia, não foi realizada através de um percurso rápido e sua elaboração percorreu caminhos tortuosos até a sua constituição. Nesse sentido, Fernandes (2011) permite compreender, em uma síntese geral que:

Durante o primeiro governo Lula (2003-2006), houve grande participação das ONGs na agenda anti-homofobia na educação. Já no segundo governo Lula (2007-2010), diminuíram-se as parcerias com ONGs e intensificaram-se as parcerias com universidades. O combate à homofobia se estruturou no Ministério da Educação, desta forma, pela parceria entre o governo Lula e setores da sociedade civil expertos no assunto das homossexualidades e combate à homofobia... a criação do Brasil Sem Homofobia passa por quatro momentos: o primeiro, a homofobia como uma categoria descritiva de violências; o segundo, o aprendizado da máquina pública; o terceiro momento, a construção de uma pauta LGBTTT para o governo Lula; e o quarto, a elaboração final do documento. Na elaboração do documento final, foram estabelecidos ainda, mais dois momentos onde, o primeiro, constou da eleição da categoria homofobia e, o segundo, da adequação do



documento à proposta identitária dos programas sociais do governo federal... a criação da SECAD, portanto, atua na centralização de temáticas oriundas dos “novos movimentos sociais”, marcados, em um primeiro momento, pela política de identidades. A SECAD atua no gerenciamento das políticas de diversidade...assim, como condição de existência de uma agenda anti homofobia no MEC figurou a criação de uma agência específica, que fez convergirem os temas da “diversidade” e também das “diferenças”, antes dispersos ou inexistentes em outras agências do ministério, para uma mesma unidade executora de políticas, engajada em princípio com as pautas sociais, mas enfrentando os desafios de “invenção” de políticas e estratégias de ação. (FERNANDES, 2011, p.84-104).

Dessa maneira, a constituição do Programa Brasil Sem Homofobia, ou apenas, Brasil Sem Homofobia, configurou um importante passo no atendimento às questões voltadas ao público LGBT, pelo fato de anteriormente a esta política pública, a atenção voltada a esta população, ou era negada ou negligenciada, principalmente no que diz respeito ao preconceito, a discriminação e a segregação que estes sofriam. No entanto, com a iniciativa e atenção do Governo Federal, frente a esta população estabelecida, também de acordo com a pressão que vinha do Movimento LGBT, tal política pública se fez necessária, principalmente, após a divulgação dos dados alarmantes da pesquisa da Unesco, “Juventudes e Sexualidades”, de 2004.

Dessa forma, o “Brasil Sem Homofobia”, necessariamente, precisou ser estabelecido, ao passo que a política internacional, ao mesmo tempo que, o Movimento LGBT nacional, pressionava e tencionava o Governo Federal, na postura de cobrar uma atitude frente ao que vinha-se sendo discutido, tanto no exterior como no próprio país. Entram em questão, as discussões sobre homofobia no país, sem o auxílio da política pública onde, o Movimento LGBT realizava o acompanhamento e monitoramento dos atos de homofobia cometidos no Brasil. Dessa forma, os dados coletados pelo Movimento LGBT, durante as décadas, foram essenciais para o entendimento e elaboração de uma política de enfrentamento, que ocasionasse algum feito ou ação sobre tais atos, na perspectiva de abrandar ou amenizar o que passavam os LBGTs.

Percebem-se, então, os caminhos que foram estabelecidos nesta tentativa, até a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, em detrimento do cenário que se apresentava preocupante. Para tanto, posteriormente, a implantação do Programa, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), lotada no Ministério da Educação, onde esta visa dar atenção à diversidade, de

acordo com a perspectiva dos Direitos Humanos. A SECAD, conforme descrição em seu *site*, têm como objetivo, “contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado á valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental, visando a efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais”. Dessa maneira, percebe-se que a SECAD, não responde, prioritariamente, às questões da diversidade sexual e atenção à diversidade em si, mas estabelece, dentro das temáticas outras, como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial, uma relação de atenção, de uma forma ou de outra.

Isto, significa a importância de tal secretaria e o papel desta em meio ao âmbito educacional, no sentido de possibilitar a atenção necessária a esta população em fase escolar, bem como, os seus desdobramentos diante dos processos educacionais e abrangência de suas ações, a fim de estabelecer uma união, ao que já havia sido proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, quando do estabelecimento dos Temas Transversais e o trabalho, por exemplo, com a temática da Orientação Sexual em sala de aula, seja nas turmas de Educação Sexual, seja qualquer outra forma que se possibilitasse o trabalho com esta. Foi estabelecida nesta secretaria, a criação de grupos de trabalhos no formato de conselhos, afim de, estabelecer diretrizes, para a criação de uma política pública voltada para a Educação. Dessa maneira, é possível compreender o processo pelo qual passou o Programa Brasil Sem Homofobia, até a sua implementação e o funcionamento de tal política como estratégia de enfrentamento da homofobia em escala nacional, com a finalidade de garantir o acesso desta população aos seus direitos negados, e o atendimento especial que estes necessitam, em detrimento de suas orientações sexuais e características específicas quanto às suas identidades de gênero.

Desde a idealização, pelo Movimento LGBT nacional, passando pelas perspectivas de cumprimento com os organismos internacionais, até a pressão realizada pelo Movimento LGBT, na figura das ONGs, grande esforço foi realizado e ainda o é, na tentativa de justificar a importância de tal programa, no que concerne à sua eficácia, pois uma vez que, o governo terceirizou o que deveria ser de sua responsabilidade, colocando em outras mãos (universidades, ONGs, institutos de pesquisa e afins) o seu monitoramento e avaliação, estratégias de ação foram

necessárias para que tal implantação ocorresse de forma satisfatória. Com isso quer-se dizer que, “tomando como base as políticas implementadas pela SECAD no combate à homofobia estas se enquadram em 4 categorias: formação continuada de professores, organização de seminários e eventos, criação de prêmios e concursos e, publicação de material didático-pedagógico” (FERNANDES, 2011, p. 6).

Vê-se então, os demais setores da sociedade inseridos nas propostas de parcerias propostas no “Programa Brasil Sem Homofobia” para sua criação, mas também, de como este deveria ocorrer e o sentido que deveria ter enquanto uma política pública, concebida com o viés do próprio Movimento LGBT, de acordo com suas reivindicações. No tocante às estratégias, estas foram essenciais para garantir a manutenção do programa, do ponto de vista de que, as coisas funcionassem de uma maneira que dessem resultados, não a tão longo prazo, mas que fosse perceptível analisar e avaliar as circunstâncias de que tais ações estivessem, ou não, atingindo a sua população-alvo. Para tanto, formação continuada de professores foi um passo importante nessa recomendação feita pelo programa, no que diz respeito a manter o professorado atualizado e permitir que estes refletissem sobre suas práticas, ou observassem suas posturas, enquanto inclusos na perspectiva de uma sociedade heteronormativa. Os eventos e seminários organizados pela sociedade acadêmica, em contraponto, tomou uma proporção discursiva, que caminhou a certo distanciamento da prática do professorado, avaliando pesquisas já realizadas, ou ainda, produzindo um discurso que não se encontrava no espaço escolar, pelo fato, de muitos pesquisadores estarem imersos em outro contexto, obtendo apenas recortes de situações cotidianas e não a totalidade do dia-a-dia.

O discurso sobre as práticas que se realizam em cursos de formação e a troca de experiências, quando existe nos ambientes, onde tais cursos ocorrem, torna significativa a presença e a emergência destes eventos e seminários, não constituindo uma produção por demanda e/ou modismo, mas produzindo saberes requeridos à prática de sala de aula, no que tange à experiência destas ações para/com a escola e o fruto que disto resulta.

No que diz respeito à criação dos prêmios e concursos, estes são válidos para a sociedade científica, no sentido de verem reconhecidos os seus trabalhos e promover uma visibilidade necessária, ao passo que, não deve constituir-se como um grupo fechado, o qual fala de si e para si, mas que, necessita externar suas

experiências/conhecimento adquiridos para com os demais, no sentido de contribuir socialmente, do ponto de vista da mudança de atitudes/postura da sociedade, para com esta população, e o ganho que se têm entre a aliança do saber LGBT, ao saber popular, no entendimento de uma sociedade mais justa, por uma equidade de direitos e respeito aos Direitos Humanos. Tais premiações não devem ser motivo de exacerbação de egos, mas assim, a expressão de trabalhos que visam contribuir com a sociedade, para a melhoria no tratamento de uma população, a qual se sente violada em vários aspectos. E, no tocante à produção de material didático, esta talvez, seja umas das estratégias que contenha um grau de significância maior, devido à escassez do material que se apresenta no mercado formal. Isto porque, grande parte da produção destes materiais não está no circuito comercial, eles estão imersos em conteúdos conjuntos com outros temas, muitas vezes, sendo necessário um olhar apurado no tocante à observância das obras que se apresentam à disposição do leitor, bem como da seleção de seu conteúdo. Muitas vezes, tais materiais não representam o que se pretende trabalhar, mas por não encontrar tais materiais específicos e com uma linguagem mais realista e menos imaginária, acaba-se tomando os materiais neste circuito comercial, como ferramentas de trabalho, prejudicando, em alguns casos, o processo educativo.

## 5.2 A EDUCAÇÃO NO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

O “Programa Brasil Sem Homofobia”, lançado oficialmente pelo Governo Federal em 2004, veio a preencher uma deficiência que já se apresentava alarmante no meio social, e que atingia aos LGBTs. Desta maneira, visou suprir o rombo e a sonegação dos direitos desta população perante a sociedade que os coloca à margem, na tentativa de incluí-los sob a perspectiva da aceitação das diferenças em meio ao convívio social. Nesse sentido, em meio à constatação que já se fazia pelos casos de homofobia, acompanhados anos após anos pelo Movimento LGBT e, posteriormente, as publicações de natureza enunciativa da necessidade sobre alguma ação para esta população, fez-se necessário a criação de uma política pública que, desse conta de alguns aspectos, no correspondente à amenização do preconceito, discriminação e segregação desta população.

Diante deste panorama que se apresentava, a Educação seria um processo pelo qual, tais ações tornar-se-iam, necessariamente válidas, pois, todo processo que se daria para o compreensão/aceitação destes, então considerados diferentes, seria realizado por algum processo educativo, através do ato de educar e reeducar-se, enquanto tais questões que tanto atingem a sociedade contemporânea. Dessa forma, as ações voltadas enquanto fundamentos educativos dariam se, não somente no plano da Educação Formal (no sentido do ensino regular público e privado), mas, nos diferentes contextos e perspectivas que se permite observar como sendo Educação e processos educativos, para que tal política pública se efetivasse e fosse correspondente às suas proposições de ação. Neste sentido, um primeiro passo foi dado, no que diz respeito à realização das parcerias que seriam feitas; uma delas consiste em:

Promover a articulação e a parceria entre órgãos governamentais, institutos de pesquisas e Universidades visando a estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população homossexual e monitorar indicadores de resultados sobre o combate à discriminação por orientação sexual, a serem posteriormente estabelecidos. (BRASIL, 2004, p. 20).

Realizou-se então, desta maneira, o primeiro passo no que consistiria o começo da participação da Educação no processo de entendimento e compreensão em relação às idiossincrasias, no tocante à população LGBT. Este passo, estabelecendo parcerias entre estas instituições, culminariam no que hoje temos como os tão conhecidos cursos de capacitação/formação, que estendem-se Brasil afora, mais, comumente sendo vistos sob a ênfase nos cursos de capacitação/formação, realizados com o professorado para o atendimento a esta população enquanto inseridos no âmbito escolar. Estas instituições e a necessidade de realização de parcerias como estas foram essenciais para o que se pôde constatar em pesquisas anteriores, a exemplo da pesquisa “Juventudes e Sexualidades”, realizada pela UNESCO em 2004, na compreensão do processo que se dava, enquanto necessidades a serem supridas.

No tocante às pesquisas e o auxílio destas, enquanto propulsoras de ações que estabelecessem uma melhoria de vida desta população, compreendendo-se o atendimento da sociedade em relação a estes, e o não ferimento dos seus direitos humanos e sua dignidade enquanto pessoa. No que tange à sua eficácia, esta se

daria, quanto ao funcionamento real da política pública, provocando uma mudança de comportamento, mesmo que a longo prazo na sociedade, e o policiamento quanto à atenção aos atos de homofobia que todos nós cometemos, sem nos darmos conta através da cultura heteronormativa arraigada.

Nessa direção, uma atenção maior foi sendo dada, não somente aos aspectos que circundam o meio social e nas suas mais variadas esferas, mas também, dentro do âmbito escolar, enquanto posturas de professores e demais participantes do meio escolar, bem como, outras formas de manifestação da expressão da sexualidade, e que compreendesse a rotatividade do círculo vicioso do padrão heteronormativo, estabelecido socialmente, em consequência do não entendimento desta população, enquanto inseridos no espaço escolar. Desta maneira, uma atenção maior foi dada aos livros didáticos, por exemplo, no tocante a reconhecer como estas diferenças estavam postas de lado nestes materiais e sua implicação enquanto segregação das mesmas. Sendo assim, o Programa estipulou a formação de “equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia” (BRASIL, 2004, p. 20).

Esta análise, estabelecida com atenção à produção do material que vinha sendo veiculado nos livros didáticos, foi objeto de análise do meio acadêmico em pesquisas recentes, na qual autores(as) debruçaram-se sobre tais materiais, com a finalidade de não somente analisar, mas propriamente, denunciar o não atendimento às diferenças em seus conteúdos e a consequente implicação no processo de mudança de postura/pensamento, quando da apresentação de tais conteúdos. Tais análises foram realizadas de acordo com a proposta do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e/ou Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), buscando averiguar as formas pelas quais tais conteúdos eram negados. Nesse sentido, por exemplo, Fontes (2008), nos diz que:

Em uma amostragem significativa, representada por 70% dos livros didáticos mais distribuídos para as escolas públicas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), não foram encontradas imagens que fizessem referência à homoafetividade, à representação dos homossexuais e sua presença na sociedade e à diversidade sexual, nem tampouco às noções de família que destoem das variações em torno da heteronormatividade. (FONTES, 2008, p. 365).

Dessa maneira, entende-se que, a política pública implementada, necessitaria tomar atenção a uma possibilidade muito maior de atendimento à Educação, não estando suas preocupações sobre o que versam somente os bancos escolares, mas também, sobre todo o conteúdo que se produz para fins educacionais, em especial, os livros didáticos que se utilizam na escola. Nessa direção, outra proposta pelo Programa, estabelece o que, poderia vir a suprir talvez, tal demanda não compreendida e inclusa em tais livros didáticos, como pode ser visto a partir da proposta que busca, “estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia” (BRASIL, 2004, p. 22).

Dessa maneira, tais materiais seriam produzidos em um sentido que suprisse ou complementasse a ação educativa em ambiente escolar, permitindo a utilização para um debate ou maior exploração sobre o tema da diversidade sexual nos currículos.

No entanto, estes materiais não seriam produzidos pelo Governo Federal como auxílio às instituições escolares; eles seriam produzidos oriundos das parcerias que se firmaram para a implantação do Programa, enquanto política pública, terceirizando a produção com o auxílio das Universidades, Institutos de Pesquisas e ONGs. Sendo assim, os produtores sociais de conhecimento, estariam trabalhando em uma mão de via dupla, onde a produção ocorreria por demanda em contraponto ao subsídio recebido para a produção desta e a visibilidade que tal produção daria a determinadas instituições acadêmicas, como propagadoras de conhecimento e estabelecimento de ponto de partida para o trabalho com a diversidade sexual no plano escolar.

Nessa mesma direção, estão os cursos voltados a professores que, conforme estabelece o Programa visa “fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores” (BRASIL, 2004, p. 22).

Dessa forma, a produção de conhecimento a esta classe, estaria atrelada à produção de conhecimento que se originaria, primeiramente na sociedade acadêmica, através das pesquisas que se fossem realizadas por meio dos programas de pós-graduação, muitas vezes com o apoio e/ou parceria das ONGs ou pautadas no Movimento LGBT, com a participação deste em alguma parte do processo de realização da pesquisa para, posteriormente, chegar às mãos dos

professores enquanto material. Têm-se aí a problemática da utilização de tais materiais, quando da exposição aos professores de acordo com os cursos e dinâmicas destes cursos de capacitação/formação no qual estão inseridos.

Esta produção de conhecimento através da pós-graduação, está prevista no Programa quando faz menção à “estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB” (BRASIL, 2004, p. 22).

Desta forma, a veiculação do conhecimento em torno desta área, estaria apoiada no Programa, também, como Política Pública sobre a forma de editais que visassem estimular estas produções, com a realização desde os cursos de capacitação/formação de professores, os materiais para estes cursos ou com propósitos distintos, destes até a elaboração de condensados acadêmicos, onde fosse possível ampliar o debate em torno da diversidade sexual na/para a escola e para além dela, abrangendo os fatores sociais, familiares e de trabalho em suas discussões. Com isso e, pensando no plano de Direitos Humanos, fator que é extremamente violado pela sociedade a esta população, o Programa previa a criação de um “subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas” (BRASIL, 2004, p. 23).

Desta forma, estaria “assegurada” a questão dos Direitos Humanos, sendo dada a atenção que se merecia no tocante à Homofobia social que se encontrava e, via-se, com a participação do Movimento LGBT, um melhor acompanhamento destas questões e formas de acionar o poder público em detrimento de um direito violado ou abuso de poder de outrem.

Todas estas questões referentes à Educação articulam-se e entrelaçam-se com as questões referentes as da Juventude e Cultura, previstas no Programa, como forma de possibilitar uma ampliação nas questões referentes à sociedade, não restringindo-se somente ao meio educacional e a circulação da informação e produção de conhecimento a esta classe, apenas como uma maneira pedagogizante e didática para o atendimento a esta população.

### 5.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO DOS MATERIAIS VOLTADOS À EDUCAÇÃO



A produção dos materiais voltados à Educação possui grande importância no que diz respeito a educabilidade da sociedade, no sentido de contribuição para a transformação de imagens e estereótipos que se tem acerca da população LGBT. Tais imagens referem-se à marginalidade com que alguns segmentos LGBT foram estigmatizados, sendo considerados, como uma parcela não formativa da sociedade, a exemplo das travestis e transexuais, ou ainda, com uma imagem altamente estereotipada, que impede a observância destas pessoas como seres humanos, a exemplo dos gays e lésbicas, sendo o primeiro, feminilizado e a segunda, masculinizada. Diante destas perspectivas que criaram em torno da temática da homossexualidade, acerca de seus estereótipos e segregação, por conta dos mesmos, tais materiais podem vir a ajudar o processo de (re)construção imagética social, no que diz respeito a um redescobrir os atores sociais que se inscrevem dentro de uma das categorias da sigla LGBT (por exemplo, bissexual).

Nesse sentido, atendendo às determinações do Programa Brasil Sem Homofobia, a produção de materiais não somente didáticos, mas específicos no âmbito das discussões acerca da diversidade sexual, faz-se necessária, uma vez que encontra-se escasseada a produção sobre materiais pedagógicos que possam ser utilizados pelo professorado. Quando menciona-se o termo “escasseada”, não quer-se dizer que não há produção suficiente na literatura sobre tais temas, mas sim, que a produção voltada ao grande público, àqueles que podem ser considerados “leigos”, na discussão em torno da diversidade sexual e, não àqueles que remete-se à literatura científica, onde a produção é, possivelmente, volumosa, nesse sentido. Uma vez que a produção na literatura acadêmica encontra-se até certo ponto desenvolvida, os profissionais que trabalham com estas questões ou os estudantes que se debruçam sobre tais temas, possuem conhecimento sobre estes materiais acadêmicos, em sua grande maioria, no entanto, quanto ao público-alvo, sociedade, o qual precisa ser/estar instrumentalizado, nestes termos, há muito pouco o que se encontrar.

Dessa maneira, de acordo com o que se apresenta no *site* (<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/brasilsem>) a respeito do “Programa Brasil Sem Homofobia”, este

parcela relevante da sociedade brasileira, que sofre com o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, além de outros como de raça, etnia, gênero, idade, deficiências, credo religioso ou opinião política.

Para tanto, é necessário que além das parcerias que se fazem para a capacitação/formação/instrumentalização da sociedade, necessita-se que sejam elaborados materiais práticos, que possam ser reconhecidos como materiais propulsores de conhecimento e que possam abastecer e suprir a falta de informações que uns e outros possam ter. No entanto, a produção destes materiais necessita ter a sua veiculação nacionalmente, por meio de campanhas ou programas de formação em larga escala, ou ainda, possuir um sentido comercial, no que diz respeito a facilitar o acesso a tais materiais pedagógicos e instrucionais.

No tocante à Educação, a sua parcela maior de atenção deve ser direcionada às práticas escolares, onde as rotinas e a não reflexão caminham juntas. Isto quer dizer que a prática do professorado, além da prática dos outros integrantes do meio escolar, que nela se apresentam e trabalham, para além do público docente e discente, necessitam revisar sua atenção nesse sentido. Louro (1998) enuncia estas questões quando afirma que “são, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento, e em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente é essa: desconfiar do que é tomado como natural” (LOURO, 1998, p. 63). Ou seja, deve-se tomar à atenção ao que fazemos, enquanto constituintes de uma sociedade heteronormativa e na qual estamos imersos até o último fio de cabelo, não percebendo os quão arraigados estão nossas posturas baseada na perspectiva desta sociedade.

A exemplo dessa postura, enunciou-se a denúncia realizada pela pesquisa da UNESCO, “Juventudes e Sexualidades (2004)”, onde tais práticas são expostas no que concerne ao sentimento em relação ao LGBT, enquanto inseridos no espaço escolar. Apesar de tal pesquisa ter sido publicada no ano de 2004, mesmo ano de lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia, onde foi demonstrada a rejeição que havia por conta da sociedade escolar em detrimento da presença de LGBTs em seu espaço, no ano de 2009, portanto, 5 anos depois, a Fundação Perseu Abramo, publica a pesquisa intitulada “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos-Violência e Convivência na Escola” a qual revelou que tal percentual não obteve uma diferença

tão expressiva. Tal pesquisa “foi realizada em 27 Estados com a participação de 501 escolas. Desse total, foram retirados a estimativa por ordem de preconceito, dentre os quais, o de gênero assumiu a absurda margem de 93,5% e a de Orientação Sexual, não distante do mesmo, com a parcela de 87,3%” (UNESCO, 2009, p. 12).

Diante do exposto e comparando-se a pesquisa realizada em 2004 pela Unesco, lançada no mesmo ano em que a política pública havia sido implementada e a pesquisa realizada em 2009, após a implementação e implantação da política pública, constatou-se que “em tratando-se da perspectiva da pesquisa “Juventudes e Sexualidade” (UNESCO, 2004, p.280), os dados mostram que esse percentual era de 30,6%, em seu índice mais alto. O mesmo ocorre comparando-se com a pesquisa “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos-Violência e Convivência na Escola” no qual, tal repúdio corresponde a 27, 8%. Uma porcentagem de quase 3% desde a implantação do Programa Brasil Sem Homofobia (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2009, p. 193). Visualizando-se os dados de ambas as pesquisas, podemos tomar ciência de quão pouco a promoção de direitos LGBT e o combate à Homofobia, caminhou (*apud* LIBERATO, 2009, p.13)”. Ou seja, muito ainda precisa ser realizado no que corresponde, não somente a entender e aprender a trabalhar a política pública em prol da Educação, mas também dela gerar frutos positivos e índices com melhores reflexos e que tenham uma significância maior enquanto abrangência e resultados.

Dessa forma, a Educação necessita e merece a atenção devida, seja na produção de material acadêmico, pedagógico, didático, seja na formulação de novas propostas dos cursos de formação de professores que dêem conta não somente da teorização enquanto diversidade sexual, mas que tragam um sentido prático e coeso no que diz respeito à possibilidade de trabalho em sala de aula e não somente a discussão do que existe e o que se conhece como “problemas” em sala de aula com relação à população LGBT. Para tanto, deve-se pensar não somente qual é a parceria que deve ser realizada entre governo-estado-município-ONG, mas também, de que maneira quer-se atuar na contribuição para com uma prática de mudança no aspecto social de forma que esta parceria estabeleça uma relação educativa, independente do espaço no qual dar-se-á tal processo educativo, desde que, este saber seja correto e focado na dignidade da pessoa humana.

Para tanto, os dados da pesquisa realizada em 2004 e em 2009, vêm a demonstrar que ainda necessita-se que a produção de tais materiais tenham uma

compreensão da totalidade, no que diz respeito ao público LGBT, os quais não devem ser separados em caixinhas para fins didáticos e tratados ao passo que sua despersonalização ocorra. Deve-se pensar no LGBT como pessoa digna, constituindo a temática dos Direitos Humanos, como princípio fundamental no tocante à sua compreensão, enquanto pessoa e ser humano e pertencente à mesma sociedade e os quais seus direitos não possam ser corrompidos pelo preconceito, discriminação que sofrem.

No que tange aos materiais comerciais voltados ao professorado que quer informar-se sobre as questões referentes à diversidade sexual, têm-se os manuais e livros que tratam das questões voltadas à Educação Sexual, como subsídios àqueles que não possuem o conhecimento acadêmico como forma de busca para encontrar as pesquisas, artigos ou itens que visem desmistificar as identidades de gênero e expressões da sexualidade. No tocante à literatura disponível comercialmente sobre o viés da Educação Sexual, temos alguns autores que versam sobre o tema da diversidade sexual como, “Desvendando a Sexualidade” (NUNES, 2005), “Orientação Sexual na Escola” (VALLADARES, 2005), “Mitos e Tabus da Sexualidade Humana e Educação Sexual na Sala de Aula- Relações de Gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças” (FURLANI, 2009, 2011); “Orientação Sexual- possibilidade de mudança na escola” (SILVA, 2002); e “Homossexualidade e Educação Sexual- construindo o respeito à diversidade; Educação Sexual- múltiplos temas; Educação Sexual- em busca de Mudanças” (FIGUEIRÓ, 2007; 2009).

Tais autores trabalham com a perspectiva da diversidade sexual, porém, nem todos os autores trabalham com vistas a esta perspectiva, muitas vezes, levando a Educação Sexual, a um conceito biológico-higienista, ou promovendo debates acerca de contracepção e relações de gênero, o que vêm a ser uma pedra no sapato do professor que queira aventurar-se por conta própria no tocante à temática da diversidade sexual e não encontre subsídios para tanto.

Em contraponto a estas obras as quais versam especificamente sobre as temáticas da Educação Sexual, têm-se publicações também encontradas em âmbito comercial que visam estabelecer uma ponte entre a temática da diversidade sexual com a escola, ou relações de gênero na escola. No tocante às relações de gênero em sala de aula temos “Questões de Gênero na Infância-Marcas da Identidade” (RODRIGUES, 2003); “Educar Meninos e Meninas-relações de gênero na escola”

(AUAD, 2006); “Meninos e Meninas-aprendendo sobre masculinidades e feminilidades” (PAECHTER, 2009); “Meninos e Meninas na Escola-um encontro possível” (SOUZA, 2006); “Educando Meninos e Meninas para um Mundo Novo” (MURARO, 2006). Tais obras contemplam as relações de gênero e ajudam a entender certas características sociais que estão arraigadas em nosso comportamento cotidiano e permitem visualizar alguma luz, no sentido de começar a compreender a temática da diversidade sexual no espaço escolar.

No que diz respeito às publicações que versam sobre as temáticas de preconceito, discriminação, diferenças, sexualidade entre outros temas têm-se “Corpo, Gênero e Sexualidade” (MEYER; SOARES, 2008); “Sexualidade na Escola- alternativas teóricas e práticas; Diferenças e Preconceito na Escola- alternativas teóricas e práticas” (AQUINO, 1997, 1998); “Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades” (GROSSI *et al*, 2007); “12 faces do preconceito” (PINSKY, 2008); “O Desafio das Diferenças nas Escolas” (MANTOAN, 2009); “Educação do Preconceito- ensaios sobre poder e resistência” (GALLO; SOUZA, 2004); “Preconceito e Autoconceito-identidade e interação na sala de aula” (OLIVEIRA, 2007); “Identities Fragmentadas- a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula” (LOPES, 2002). Estas publicações permitem um maior entendimento enquanto sexualidade, expressões da sexualidade, identidades de gênero e orientação sexual e possibilitam, compreender no contexto de sala de aula, o olhar sobre a prática docente e as relações que se estabelecem entre o meio escolar e o público LGBT.

Aprofundando-se mais na literatura disponível comercialmente, temos desde publicações que tratam da infância, adolescência e processos escolares às produções voltadas ao indivíduo em sociedade e suas relações e implicações à sociedade a qual pertence. Em se tratando de Educação Infantil é possível mencionar “Garoto Rebelde-surgimento da homossexualidade na criança” (PEDROSA, 2010); no que diz respeito à adolescência têm-se, “Uma outra verdade- perguntas e respostas para pais e educadores sobre homossexualidade na adolescência e Diferentes Desejos-adolescentes homo, bi e heterossexuais” (PICAZIO, 2010; 1998) e “Desiguais” (BORGES, 2008). No que diz respeito ao indivíduo em sociedade, temos “Multiculturalismo-diferenças culturais e práticas pedagógicas” (MOREIRA; CANDAU, 2008); “Preconceito, Indivíduo e Cultura” (CROCHIK, 2006); “Preconceito contra homossexualidades - a hierarquia da

invisibilidade” (PRADO; MACHADO, 2008). Estas publicações permitem realizar um panorama do que existe sobre cada uma das categorias acima relacionadas com o meio escolar, permitindo entender o porquê de algumas atitudes em relação à escola quando o LGBT é discriminado e segregado e de que maneira isto o afeta, tanto pessoalmente quanto na sua trajetória escolar.

No tocante às práticas educativas e relações diretas com o professorado, enquanto postura em frente a uma sala de aula e seu aluno LGBT, algumas publicações podem vir a esclarecer determinadas questões que podem ser essenciais no combate ao estigma e ao preconceito, amenizando ou tornando possível a não evasão deste LGBT dos bancos escolares. Nesta perspectiva, temos “Valores, preconceito e práticas educativas” (SILVA; LIBÓRIO, 2009); “Sujeitos, Subjetividades e Educação” (FERRARI, 2010); “Discutindo relações de gênero na escola-reflexões e propostas para a ação docente” (TEIXEIRA; DUMONT, 2009); “Afirmando Diferenças-montando o quebra-cabeça da diversidade na escola” (ABRAMOWICZ, SILVERIO, 2005) e “A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola” (TORRES, 2010). Tais publicações permitem um aprofundamento nas questões concernentes à diversidade sexual em sala de aula, suas relações entre professor-aluno e as práticas do professorado e atendimento do âmbito escolar para com este aluno LGBT. No entanto, há publicações produzidas sobre esta temática que possuem caráter comercial, mas, no entanto, não são tão facilmente localizados devido ao conhecimento referente à publicação ou à disponibilidade das obras como é o caso de “Educação Sexual na Escola- Equidade de Gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças” (FURLANI, 2008); “Educação Inclusiva: Tecendo Gênero e Diversidade Sexual nas Redes de Proteção” (RIBEIRO; SOUZA, 2008).

No que diz respeito a outras temáticas que contemplam não somente as questões de gênero, diversidade, orientação e educação sexual, têm-se as que ampliam o discurso acerca dos estudos *queer*, às questões referentes à homossexualidade e a homofobia. Neste sentido, têm-se, “Discursos de identidades-discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família” (LOPES, 2003); “Homossexualidade-da opressão à libertação” (OKITA, 2007); “Foucault e a Teoria *Queer*” (SPARGO, 2011); “Homofobia- História e Crítica de um Preconceito” (BORRILLO, 2010); “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil” (VENTURI; BOKANY, 2011). Estas publicações

ampliam o leque de possibilidades, no entendimento da sexualidade e da diversidade sexual, bem como suas implicações enquanto população LGBT, relações com o espaço escolar e desconstrução das identidades de gênero. Neste sentido, da construção da sociedade heteronormativa e das relações cíclicas que são repetidas, tanto no espaço escolar e na sociedade como um todo, através dos estudos queer, há que, se citar as obras dos autores renomados nesse campo de estudo no Brasil, compreendidos nos nomes de Guacira Lopes Louro e Tomaz Tadeu da Silva.

No que diz respeito aos teóricos que trabalham com a temática da diversidade sexual e a teoria queer no Brasil, acima citados, Guacira Lopes Louro, constitui-se como uma das figuras importantes nesse processo das práticas educativas, sexualidade e teoria queer, nas quais suas publicações, “Currículo, Gênero e Sexualidade” (2000); “Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer” (2004); “Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista” (2007); “Corpo, Gênero e Sexualidade- um debate contemporâneo na Educação” (2008) e “O Corpo Educado-pedagogias da Sexualidade” (2010), constituem importante material de apoio pedagógico e informativo ao professorado e à Educação em si. Tomaz Tadeu da Silva também colabora no sentido da Educação com sua publicação “Documentos de Identidade - uma introdução às teorias do currículo” (2009), no que tange à observância quanto ao currículo e as práticas escolares.

Importante destacar que, a citação destas obras publicadas comercialmente representam uma parcela atualizada do que vêm sendo publicado nos campos da educação sexual, orientação sexual, diversidade sexual, relações de gênero, homofobia e demais categorizações que venham de encontro a estas temáticas e que foram sendo catalogadas e adquiridas pelo pesquisador com tempo, através da realização de buscas constantes, não constando tarefa fácil encontrar todas essas publicações, seja pela dificuldade em localizar autores, obras para venda/compra ou modos de adquirir tais publicações, seja pela indisponibilidade das obras em estoque e/ou descontinuidade de tais publicações. Para além destas obras comerciais possíveis de serem encontradas e que podem resultar num melhor entendimento nas questões referentes à compreensão quanto à diversidade sexual, vale citar aqui, uma publicação encontrada em uma ONG não catalogada e não pertencente à ABGLT e que possui uma publicação voltada à Educação e apresenta contribuição à

sociedade cujo título é “Gênero na Educação: espaço para a diversidade” (SARTORI; BRITTO, 2008).

Tal explanação acerca de tais obras acima mencionadas, servem como forma de contribuir áqueles que buscam adentrar os campos dos estudos de gênero e *queer*, bem como ao professorado interessado em analisar suas posturas, quebrar os seus próprios paradigmas e realizar uma mudança no seu ambiente de trabalho ao entender e compreender o ser humano em seu sentido *lato sensu*.

No tocante à política pública e a produção de material específico voltado tanto à formação/capacitação de professores, bem como, materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula, há o projeto “Escola Sem Homofobia”, uma das vertentes da política pública implantada pelo Programa Brasil Sem Homofobia. Um importante elemento a se considerar, é o fato de o Programa estar pautado sobre a perspectiva dos Direitos Humanos, estando alocado dentro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e conforme a definição encontrada no *site* (<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/brasilsem>), menciona que,

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/BR) é o órgão responsável por coordenar as diversas ações desenvolvidas para atingir os objetivos do Programa Brasil Sem Homofobia. São ações de capacitação e desenvolvimento, apoio a projetos de governos estaduais, municipais e organizações não-governamentais e implantação de centros de referência para combate a homofobia em todo o país”. (SEDH, 2004).

No que diz respeito ao projeto “Escola Sem Homofobia” que, após a constatação do professorado diante da diversidade sexual e suas relações com o meio escolar, bem como suas consequências, foi criado um kit, com a finalidade de instrumentalizar os profissionais da Educação no que tange ao trato da diversidade sexual no espaço escolar. Dessa maneira, conforme veiculado na revista Carta Capital (2011):

O Ministério da Educação, em parceria com entidades ligadas aos direitos LGBTs, produziu um kit de material educativo que será distribuído oficialmente para os professores de 6 mil escolas públicas a partir do segundo semestre deste ano. O projeto – batizado informalmente de “kit antihomofobia” – é uma das ações do programa federal Escola sem Homofobia. Polêmico, o assunto já vem causando celeuma, principalmente na internet, onde grupos se manifestam acaloradamente a favor e (principalmente) contra o material, chamado de “kit gay” pelos seus opositores. O kit Destinado ao Ensino Médio, o kit é composto de caderno,



pôster, carta ao gestor da escola, seis boletins (*boleshs*) e cinco vídeos. “É um material para a promoção dos direitos humanos, com o objetivo de fazer da escola um espaço de todas as pessoas, onde se possa aprender a conviver com a diversidade”, justifica Maria Helena Franco, uma das coordenadoras de criação do kit de material educativo. Considerado peça-chave do kit, o caderno é um livro de 165 páginas, no qual o educador encontra referências teóricas, conceitos e sugestões de atividades e oficinas para se trabalhar o tema da diversidade sexual nas escolas. “O caderno ensina como fazer um projeto político-pedagógico a ser assumido pela escola como um todo sobre esse enfrentamento da violência homofóbica”, conta Maria Helena. Escritos em linguagem jovem e acessível, os boletins seriam distribuídos entre os estudantes e também tratam da temática da diversidade sexual, com jogos, depoimentos e sugestões de filmes”. (CARTA CAPITAL, 2100, p. 2).

No entanto, tal kit não conseguiu ser implementado nas escolas públicas devido a uma polêmica a qual foi criada em torno deste, e de acordo com o seu conteúdo e a forma pela qual se trabalharia com este material em sala de aula. Dessa maneira e, de acordo com a ECOS (Comunicação em Sexualidade), uma organização não governamental de São Paulo que participou do processo de elaboração do material e, conforme informações veiculadas em sua página (<http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp>), o projeto

Vem para contribuir para a implementação e a efetivação de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro. Essa contribuição se traduz em subsídios para a incorporação e a institucionalização de programas de enfrentamento à homo/lesbo/transfobia na escola, os quais pretendemos que façam parte dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino médio do Brasil. O projeto foi apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD) e planejado e executado em parceria com a Global Alliance for LGBT Education – GALE e as organizações não governamentais Pathfinder do Brasil (coordenadora do projeto), ECOS – Comunicação em Sexualidade, Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Todas as etapas de seu planejamento e execução foram amplamente discutidas e acompanhadas pelo MEC/SECAD. (ECOS, ANO)

Percebe-se que o projeto constituía um importante passo no que diz respeito ao trabalho com as temáticas referentes à diversidade sexual no espaço escolar e, o estabelecimento das parcerias e processos pelos quais se dariam a implementação do projeto nas escolas, corresponderia um avanço no que tange ao sucesso da política pública, atingindo amplamente não só o professorado e suas relações professor-aluno, ou alunos e demais integrantes do âmbito escolar, mas, a

comunidade escolar como um todo, tanto no seu meio interno quanto externo, elencando várias possibilidades e, permitindo uma visibilidade e uma compreensão maior quanto às questões referentes à sexualidade, suas expressões e particularidades. De acordo com a ECOS, o “O kit é composto de: um caderno, uma série de seis boletins (*Boleshs*), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e cartas de apresentação para o(a) gestor(a) e para o(a) educador(a)”.

De acordo com o *site* da organização, ainda, com relação à posição do governo quanto ao kit e a preocupação do mesmo para com a sua divulgação, a ONG divulga que:

Posição atual quanto ao kit Escola sem Homofobia  
Os materiais estão no Ministério da Educação, especificamente o Departamento de Direitos Humanos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), aguardando o parecer final. Uma vez aprovados, o compromisso assumido pela SECAD é de imprimir/copiar e distribuir kits do material educativo para 6.000 escolas do ensino médio. Considerações e expectativas quanto ao kit. Portanto, só nos resta junto com o movimento social aguardar que a SECAD aprove o mais rápido possível os materiais do kit, imprima-os e distribua-os para as escolas, conforme acordado no início do projeto Escola sem Homofobia. A ECOS espera poder obter autorização da SECAD para disponibilizar gratuitamente ao público interessado os materiais do kit em seu *site*. (ECOS, 2004)

No entanto, posteriormente a esta veiculação no *site*, o kit foi vetado pelo governo federal, pelo fato de disputas políticas que envolviam outras questões que, não somente a necessária discussão referente à temática da diversidade sexual, mas também, questões de ordem política que envolve desde a laicidade do Estado e a aprovação de leis que não contenham por detrás dos seus argumentos de veto, uma religião em prol de uma demanda que não corresponde e não é contemplada devido a questões morais e religiosas. Isto acarretou em um descontentamento, ampliado por parte do Movimento Social perante a postura do Governo, quanto ao seu não posicionamento frente a tal questão, implicando num retrocesso enquanto política pública e construção de uma cidadania LGBT que garantisse os direitos humanos desta população.

Uma vez que o projeto do “Escola Sem Homofobia”, encontra-se vetado sem perspectiva de aprovação nas instâncias superiores, os materiais que podem ser encontrados na perspectiva de materiais educacionais com fundamentos informativos/instrucionais e voltados tanto à formação de professores quanto ao público escolar, compreendendo professores e estendendo-se até o plano familiar,

são os materiais produzidos pelas ONGs por meio do subsídio da política pública. Desta maneira, a política pública implementada oriundas do “Programa Brasil Sem Homofobia” e implantadas por meio de suas propostas de ação como previstas e, através das estratégias advindas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, produzem tais materiais na tentativa de suprir o que, o próprio governo federal não atende. Desta forma, as parcerias que se firmam, entre os planos federal-estadual-municipal, são importantes do ponto de vista do financiamento de tais materiais por meio dos editais que são abertos com a intenção, de que, a via de mão dupla funcione.

Uma vez que os editais são abertos, as ONGs/ Universidades em parceria com as Secretarias e outras instâncias, submetem suas propostas de acordo com as proposições previstas em edital, atendendo a condições básicas para a aprovação, e readequam suas propostas de ação ao edital em voga. Realizado este processo e o projeto tendo sido aprovado, dependendo do conteúdo do edital, tal material será oriundo de um curso de capacitação/formação de professores, ou formação de gestores em direitos humanos, através dos cursos oferecidos pelas ONGs nesse sentido, ou ainda, através dos seminários e premiações que se realizam na sociedade acadêmica, ou no Movimento LGBT, ou a parceria das duas instituições com a finalidade de promover o debate e alimentar o conhecimento pelo reconhecimento dos trabalhos que versam sobre a temática da diversidade sexual e que são contemplados com méritos e honrarias.

Os materiais confeccionados para o curso de formação/capacitação de professores possuem um propósito específico, pedagógico-didático, que busca instrumentalizar o professor não somente na área das sexualidades e da educação sexual, mas também, a (re)ver e fazê-lo (re)pensar sobre sua postura em meio ao cenário de trabalho ao qual se encontra, bem como fazê-lo refletir e perceber a diversidade que ali se apresenta que, muitas vezes, este não percebe, ou finge não perceber, com o medo de não saber lidar com a situação que poderia acontecer em sala de aula e para a qual, sem formação e informação e, dotado dos seus preconceitos arraigados, não saberia como lidar.

Nesse sentido, não somente o material do curso de capacitação/formação de professores em si é necessário e importante, do ponto de vista da compreensão do diferente e da contemporaneidade em que se vive, mas também pelo fato deste material dar subsídio a sua prática docente, não se constituindo como mais um livro

a ser aposentado sobre a estante. Este material precisa ter valia e instigar o professor a avaliar-se e avaliar o meio no qual está inserido, identificando as posturas e os engendramentos que não permite que o processo siga como natural, pela tipologia empregada a um LGBT no âmbito escolar.

No que tange aos materiais realizados na perspectiva dos eventos e das premiações, estes materiais, frutos das pesquisas realizadas na/para a sociedade científica, deve articular-se com o saber do professorado e a realidade na qual este vive para que este possa utilizar, uma vez que tenha tais materiais em mãos, o material, no conduzir de um debate, em uma aula expositiva ou na exploração do tema enquanto trabalho em grupo pelos alunos. Muitas vezes, tais materiais encontram-se tão eruditos e tão amplamente fora do conhecimento tácito de um professor de escola regular, pública, por exemplo, que a conjunção entre o seu saber e a vontade de potencializar, o seu saber tácito em saber científico, fica bloqueado, quando não é possível realizar uma ponte entre a teoria e a realidade, ficando morta a intenção do pesquisador de contribuir para com a sociedade e, por meio de sua pesquisa, melhorá-la, modificá-la. Neste sentido, a produção do conhecimento científico deve estar correspondida ao que se encontra na escola, utilizando-se da teorização para a compreensão dos fenômenos, mas também, transpondo a teoria em prática de forma que o saber, inscrito em tantas páginas, seja útil e eficaz no que diz respeito a modificar, transformar ou, apenas, promover um descontentamento por parte do leitor no sentido de este perceber que algo que ele ou outro faz, não está possibilitando a realização de um LGBT enquanto ser humano pleno de direitos.

Desta forma, o “Programa Brasil Sem Homofobia” busca trabalhar sobre a perspectiva dos Direitos Humanos na tentativa de humanizar o rechaço, de resgatar a dignidade daquele posto à margem, na intenção de incluir àqueles que não deveriam ter sido excluídos, pelo simples fato de, a sua orientação sexual determinar a sua vida pormenorizada e atrelada ao preconceito, a discriminação, a segregação e a homofobia, promovendo assim, a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (BRASIL, 2004).

Somente desta forma, o Programa conseguirá abranger a população LGBT como um todo, compreendendo cada orientação, cada identidade de gênero e a necessidade que cada uma destas particularidades dentre os LGBTs, para que:

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso, seja um compromisso da sociedade como um todo. (BRASIL, 2004, p.12).

## 6 ALGUMAS REFLEXÕES

### 6.1 DAS DESCOBERTAS

Ao ter sido realizado o mapeamento das ONGs que encontravam-se afiliadas à ABGLT, e realizada a pesquisa acerca dos cursos de formação/capacitação destas, e a sistematização dos materiais encontrados sobre estes cursos, de acordo com os cinco eixos construídos para esta pesquisa, algumas considerações tornam-se importante no que diz respeito a estes materiais. Isto significa que estas publicações, categorizadas em torno destes eixos, compreende, em cada um deles, uma importância essencial para cada uma das áreas a que se voltam e ao público-alvo destinado.

De acordo com o eixo “formação de professores”, os materiais apresentados demonstram muitos aspectos significativos, quanto ao trato para com a diversidade sexual no espaço escolar e demais esferas educacionais, na tentativa de conscientizar/informar/instruir não somente o professorado apenas, mas também, todos os membros do âmbito escolar, dando conta desde os diretores, passando pelos inspetores de aluno (ou como conhecidos atualmente, agentes escolares), até as pessoas que trabalham na manutenção da escola, organização e outros. Nesse aspecto, é importante considerar que, tais materiais, não irão por si só realizar todo esse aparato sozinho, mas estes, dá subsídios a quem lhes toma às mãos, para que tal trabalho envolvendo esta comunidade escolar e, quando mais, a comunidade externa à escola. Para tanto, necessita-se da sensibilização, por parte de quem utilizará estes materiais, e a forma como deverá empregá-los, em seus cursos de formação/capacitação de professores, na intenção de melhorias quanto ao atendimento da população LGBT no espaço escolar, bem como a garantia de sua cidadania.

Neste sentido, é importante considerar que tais materiais vêm a contribuir não somente pela suas propostas de êxito ora realizadas, já que muitos destes materiais são oriundos de cursos de formação/capacitação já realizados e foram publicados como contraproposta prevista em edital, mas também, pelo fato de seus temas, suas abordagens, metodologias, modos de funcionamento e adaptação às realidades, serem relevantes para ações futuras advindas da proposição destes

materiais, tanto no sentido de segui-los, da maneira como estes ocorreram, como da forma pelo tratamento que se quer dar ao material utilizando-o na forma de (re)utilizá-lo, a fim de reciclá-lo, dando um novo olhar, uma nova perspectiva de trabalho. Isto significa que, há exemplos de propostas que foram versadas sobre a formação/capacitação apresentada na realização de seminários ou eventos científicos voltados ao público do professorado, estes seminários poderão ser rearranjados, de maneira que venha a suprir a necessidade e a demanda deste público, não tornando-se uma expressão massiva de conteúdos teóricos e horas exaustivas de audição por parte destes.

As reuniões e debates que se fazem a partir da perspectiva do tema da diversidade sexual na escola, também são considerados importantes, pois através destas, são realizados debates informativos e/ou reuniões menos imperativas, onde a possibilidade de execução e discussão do tema permite uma liberdade de expressão por parte dos professores e demais integrantes do meio escolar, que estiverem presentes em tal reunião, proporcionando a exemplificação/demonstração de casos cotidianos que visem a entender/compreender esta população e as necessidades que seriam viáveis e aconselháveis que a escola tomasse frente, uma vez que, o meio escolar não responderá por todos os atos que ocorrem em seu âmbito, devido à moralidade e cristalização da sociedade heteronormativa como linha-guia, no entanto, só o fato de tais assuntos serem discutidos e debatidos e, tomarem-se proposições de ação a partir destes, já torna tais mecanismos de sensibilização (reuniões e debates), eficazes sob este ponto de vista.

A realização de oficinas constitui-se importante também por compreenderem dois lados: um primeiro destes, a realização de oficinas expositivas, com demonstração/exemplificação das idiossincrasias que se encontram no âmbito LGBT e, num segundo ponto, sobre a maneira pela qual tais oficinas vêm a sensibilizar estes professores, no sentido de reverem suas posturas, seus hábitos, reavaliarem seus preconceitos e notar em sua didática em sala de aula, as possíveis formas pelas quais possa estar contribuindo para o aumento do preconceito, para as questões referentes à discriminação, ou ainda, estar segregando um aluno LGBT dentro do seu espaço de sala de aula e permitindo assim, uma possível evasão deste alunado. No entanto, ao compreendermos este primeiro lado, com a realização de oficinas expositivas, têm-se um agravante, no sentido de não possibilitar ao professor o trabalho com a temática e tudo o que vêm sendo discutido durante tal

exposição, em sua sala de aula. Para tanto, o sentido de oficina expositiva que necessita ser tomada à atenção e deve contemplar a apresentação desta população LGBT, suas idiossincrasias, suas perspectivas enquanto prejudicados pelos atos de homofobia dentro do espaço escolar e a demonstração de casos reais que possam contribuir para que seja possível visualizar como se dá este processo e como isto o afeta.

Ao tomar consciência do ponto de vista dos casos reais apresentados sob a perspectiva escolar e, observar que tais atos de homofobia, não somente pelo alunado, mas também pelo professorado, afetam o integrante LGBT no âmbito da escola, uma sensibilização já começa a ser realizada no sentido de rever a postura pela qual o professor profere seus discursos e conteúdos cotidianamente; uma vez realizado isso, já é possível apurar o olhar para as expressões que virão acerca dos casos de preconceito, discriminação e segregação, o que já torna o processo educacional do LGBT amenizado, permitindo, por exemplo, que travestis e transexuais concluam suas vidas escolares, sem terem a necessidade de evadir do espaço escolar pelo fato de suas orientações sexuais e identidade de gênero serem incompreendidas. No entanto, estas oficinas expositivas, nestes moldes, não estão localizadas facilmente sob esta ótica em tais materiais, precisando-se empregá-los de forma que, ao transformá-los em suas finalidades de formação/capacitação, e melhores experiências tenham a capacidade de emergir o respeito a este público. No que diz respeito ao segundo ponto, estas empregam-se de maior importância, pois atuam com/sobre/para o professorado no sentido de melhorá-lo, de reciclá-lo, retirando-o da sucateamento pedagógico e elevando-o ao *status* de professor contemporâneo, antenado e possibilitado ao trabalho com as diferenças e o atendimento à diversidade sexual, tanto no plano escolar, como fora dele.

A proposição de oficinas de sensibilização pautadas na postura do professor necessita ser tomada à atenção pelas formas em que irão ser realizadas as ações de sensibilização. O uso de curtas, documentários, filmes, é parte importante neste processo, pois o audiovisual ajuda no entendimento de questões que muitas vezes encontram-se distantes da realidade do professor, mesmo que este tenha um caso LGBT em sua sala de aula; no entanto, o fator de tê-lo presente, não apresenta aproximação enquanto relação professor-aluno e suas implicações neste processo.

O uso de curtas, torna-se relevante pelo fato de que este materiais, e pelo fato de possuírem curta duração, proporcionarem rápidas reflexões em conteúdos



profundos do cotidiano; a utilização de documentários, serve para aproximar públicos que, talvez, não se tenha explícito no contexto escolar, mas que o conhecimento sobre determinadas categorias do LGBT, seja necessário para compreender ou ajudar na compreensão das demais categorias e a inexistência destes no seu espaço de sala de aula; a apresentação de filmes é importante, também, desde que tais filmes não sejam tortuosos ou que a discussão acerca do filme não seja pautada pelo “achismo” e a não compreensão com a ausência de algum estudo/teoria que dê subsídios a trabalhar com tal filme; o filme deve, portanto, transcender o *status* de prazer/entretenimento e deve ser visto como espaço de reflexão, apoiado na realidade e suas nuances.

Outro elemento que torna a discussão das posturas pedagógicas pelos professores em sala de aula, uma forma interessante de ser trabalhada, é a confecção de textos, cartazes e mostras pelo ponto de vista dos professores, muitas vezes realizados como um “antes e depois”, dando início no processo de entrada dos professores no contexto da formação/capacitação e após, próximo de sua conclusão. Seria a forma pela qual os professores trabalhariam o portfólio com seus alunos, mas dando um *feedback* a si próprios, no contexto de amadurecimento da compreensão da diversidade sexual e do âmbito LGBT, que se apresenta frente ao seu ambiente de trabalho, no entanto, é necessário tomar cuidado quando da realização deste processo em casos que a formação de professores exceda um número superior a 100 professores trabalhando todos ao mesmo tempo, pois a administração destes materiais e *feedbacks* dar-se-à pelos monitores/professores que realizam a formação/capacitação e a qualidade deste trabalho deve estar acima da quantidade de professores alcançados de uma vez só.

Além destas maneiras práticas de sensibilização do professorado, duas outras constituem-se de mais impacto quanto a este público, sendo uma delas, a presença de uma pessoa LGBT que está indicada como categoria de discussão no próprio conteúdo do curso, a exemplo de um dia no curso ter-se a presença de uma travesti. Desta forma, uma proximidade muito maior é propiciada a estes professores que envolvem-se, muitas vezes, demorando um certo tempo para que isto ocorra, observando as falas que lhes são apresentadas a partir das experiências de vida, a partir dos atos sofridos nos mais diversos meios e o interesse no questionamento após tal exposição. Este tipo de sensibilização, aproxima, apesar do medo que muitos professores tem de ter o contato com o novo e de perguntar sem sentir-se

invadindo o espaço alheio e ferindo a dignidade daquele enquanto pessoa, e é capaz de possibilitar um debate, muitas vezes fervoroso, até que se excluam alguns preconceito e dê-se espaço ao respeito e a compreensão daquele que proferiu sua experiência enquanto LGBT.

O medo do professorado com relação ao novo, ao desconhecido, deve ser trabalhado nestas formações/capacitações, uma vez que o entendimento daquele LGBT enquanto ser humano, enquanto igual a ele, enquanto pessoas com suas atividades cotidianas é a mesma, o que já permita uma quebra na barreira de aproximação entre os “dois mundos”. Um último ponto a ser abordado, é no sentido da sensibilização de professores e o colocar-se no lugar do outro, a fim de reconhecer o que este sofre enquanto cidadão, o qual se tem negado seus direitos. Esta é uma forma positiva de enfrentamento da homofobia, pois, uma vez que coloca-se no outro lado, sem a necessidade de demais delongas sobre, apenas colocando-se na pele daquele outro em que este vê alguma implicação sobre sua forma de ser/estar na sociedade, uma melhora significativa da postura, enquanto ser humano e, posteriormente, enquanto professor é possibilitada, isto porque o desconforto que se causa quando não se é mais quem se está acostumado a ser e perde-se a identidade instantânea, vê-se a necessidade de afirmação desta identidade e a defesa desta, a fim de se reconhecer enquanto pessoa, enquanto cidadão, enquanto ser humano. Dessa forma, o trabalho com esta forma de sensibilização em formação/capacitação de professores, deve ter à atenção o cuidado para com o outro, uma vez que, mexe com o emocional alheio, lhe desencadeando sensações, muitas vezes, despercebidas ou não sentidas, o que torna o ato de refletir, plural. Estes materiais, como contributo à sociedade, estão implicados nas diferentes perspectivas das ações que se fazem no sentido da perspectiva dos direitos humanos, além dos diferentes públicos a que estes cursos/materiais se destinam, da sua divulgação e visibilidade quanto à sociedade.

No tocante a estas proposições aqui apresentadas sobre o eixo da formação de professores, algumas delas serão encontradas nos materiais, outras não. Os materiais, em sua grande maioria, são disponibilizados no formato manual/livro/informativo, não dotando de outros recursos que o acompanhem para a realização de oficinas, no entanto, muitos destes materiais trazem sugestões de *site*, indicam vídeos, filmes e propõem um trabalho diferenciado, além do material que se apresenta. Isto é importante ao dar subsídios àqueles que não têm conhecimento

aprofundando ou grande experiência com formação/capacitação nestes temas, permitindo algumas possibilidades enquanto impulso ao novo, ao conhecimento e propulsor, no que diz respeito a ir além do que ali está previsto. Muitas destas técnicas estão diluídas nos materiais, alguns apresentam sugestões de atividades, outras sugestões de como abordar tais temas e realizá-los de um modo que estes não se tornem Tabu. Algumas das proposições acima, constituem ainda, parte das experiências vivenciadas pelo pesquisador nos cursos de formação/capacitação, o qual pôde vivenciar durante o processo de recolha de materiais para esta pesquisa, agregando propostas de outros tipos de formação/capacitação, já experienciados em outros contextos enquanto aluno destes cursos e mediador destes. Para tanto, servem como contribuição além dos materiais os quais estão aqui expostos e comentados, a fim de que, estas formações/capacitações de professores os atinjam de forma que os resultados deste aprendizado, apreendido, sejam refletidos em suas ações e melhoria das condições de vida e garantia da cidadania destes LGBTs.

No tocante ao eixo “prevenção em saúde”, os materiais expostos apresentam alguns aspectos sob os quais deve-se tomar à atenção, no sentido de utilizá-los da maneira como os são, ou transformá-los, na medida em que suas propostas propiciarem maior atendimento à demanda que se apresenta. Com isso, quer-se dizer que, os materiais encontrados sobre o eixo de prevenção e saúde apresentam proposições distintas quanto aos demais eixos por levarem a exploração de seus conteúdos a um nível mais biologicista, podendo caracterizar algumas concepções distorcidas, enquanto utilização destes materiais, no sentido do pouco conhecimento da diversidade sexual e, apesar de suas temáticas serem de relevância, abordando vários aspectos da vida social, os aspectos comportamentais demandam que seja realizado, um trabalho mais minucioso, no sentido de não excluir nenhuma identidade/orientação sexual ou categorizá-las como anormais/desviantes e coisas do gênero. No entanto, tais materiais apresentam importantes aspectos sobre as fases que se passam entre adolescência e vida adulta, ajudando a compreender certos aspectos comportamentais, características de tais faixas etárias no tocante enquanto fases da vida e, possibilita a compreensão de que nestes aspectos um LGBT, por exemplo, não muda em nada suas características comportamentais/fisiológicas dos demais, sendo comum a todos o mesmo processo de passagem.

Alguns materiais voltados à prevenção em saúde irão enfatizar

explicitamente o sentido da biologia, seu entendimento enquanto corpo, diferenciando-o do seu aspecto humano-social, o que em alguns casos, dificulta a compreensão, por exemplo, das identidades de gênero quando emprega-se aí as questões da biologia para explicar o masculino e o feminino, os papéis sociais, as posturas que se espera de homens e mulheres enquanto seres sociais (construídos e desconstruídos, no caso), implicando em valores morais e questões adjacentes que não contemplam os LGBTs nesse processo. Isto quer dizer que, uma vez entendidos os propósitos biológicos entre anatomia, fisiologia, reprodução humana, há como consequência, algumas nuances, as quais não correspondem a algumas identidades, prejudicando o entendimento da diversidade sexual nesse processo, aplicando algumas questões de moralidade, as quais são diferentes ao passo de questões relacionadas as amizades, relacionamentos, casamento, paternidade/maternidade, família, pois, possuem os fatores do preconceito e discriminação como consequências no processo de entendimento linear-natural a que estaria disposto no sentido hétero sobre o LGBT. Dessa forma, os processos pelos quais passam os LGBTs diante destes aspectos, não são os mesmos e tão seguros e lineares quanto os que passam os heterossexuais, podendo ocorrer dois movimentos, nesse sentido: um primeiro, de abertura à discussão destas ações em meio à sociedade e as consequências de todos estes temas, no tocante à suas orientações sexuais e vivência enquanto cidadãos e, segundo, a errônea sensação de que as coisas se dão próximas ou da mesma forma, o que distorceriam muitas das questões que permeiam o palco das discussões acerca da diversidade sexual, não somente no contexto escolar, mas também, no contexto social, cultural.

Para tanto, o trabalho com as questões biologicistas devem ser acompanhadas das questões referentes à sexualidade, como propõem alguns materiais, na tentativa de incluir as orientações sexuais e identidades de gênero e compreendê-las da maneira como necessitam, relevando suas diferenciações e aproximando o contexto igualitário enquanto pessoas, enquanto seres humanos e prevalecendo os direitos humanos e a cidadania LGBT. Nestas ações incluem-se as temáticas sobre a perspectiva de gênero, direito, cidadania, religião, sociedade e diversidade, agregando temas como violência, preconceito e discriminação como pano de discussão em torno da sexualidade, ampliando o leque de possibilidades nas questões referentes aos estereótipos, orientações sexuais e homossexualidade. Tais materiais encontrados vão demonstrar um grande e profundo interesse sobre os

jovens que, no tocante à saúde pública, é parcela vulnerável e que necessita de políticas de assistência quanto aos métodos de contracepção, prevenção e temas relativos à faixa etária. Neste sentido, estes materiais focam a temática da prevenção às DST/HIV/AIDS como forma de instrumentalizar estes jovens para uma vida sexual segura, duradoura e conscientizá-los acerca das questões referentes aos seus corpos e o cuidado para com estes, na tentativa de diminuir os riscos de epidemia/pandemia em relação ao HIV/AIDS quando voltados à população LGBT.

No tocante às metodologias para trabalho com estes jovens, encontram-se desde aulas expositivas, oficinas realizadas sobre o mesmo formato, até os trabalhos em grupos utilizando dos meios audiovisuais, no sentido de exposição de conteúdos, quando da apresentação das DST/HIV/AIDS. Cabe ressaltar que o trabalho com tais materiais, seja somente no sentido de prevenção em saúde, seja na exposição destes conteúdos nos campos escolares, sobre as formas previstas nos temas transversais, previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tanto na perspectiva da pluralidade cultural/orientação sexual quanto na de saúde, nos ensinos de 1º a 4º e 5º ao 9º anos, devem ser agregados, não somente a estes materiais como únicos e exclusivos para a criação de cursos de formação/capacitação de professores, mas também estarem apoiados na perspectiva da Educação Sexual, a qual tenta descriminalizar estas orientações sexuais/identidades de gênero, utilizando-se da perspectiva de entendimento da diversidade sexual enquanto inseridos no contexto escolar e proporcionando a apreensão dos LGBTs em um sentido mais humano, bem como de autores, os quais permitam analisar e identificar a desconstrução da heteronormatividade, na qual vivemos. Isto implica em visualizar tais materiais no fator de contribuição aos direitos humanos, quaisquer que seja seu público-alvo, hétero ou homo, visibilizando ao trabalho em prevenção em saúde que não exclua a população LGBT e orientando tanto os profissionais da saúde (os quais alguns materiais abrangem), quanto o professorado.

No que diz respeito aos materiais encontrados no eixo dos “direitos humanos”, os materiais apresentam importância no sentido de garantia da Cidadania LGBT e seus direitos enquanto cidadãos, quando da exposição dos conteúdos específicos a esta população, ou demonstrando aspectos relevantes que, não são vistos pelos que não se encaixam sob a perspectiva da população LGBT. Estes materiais contemplam as ações que se fazem em prol dos direitos humanos, nas

mais variadas formas, empregando diferentes metodologias, voltando-se tanto ao público LGBT, em específico quanto à sociedade e, através destes materiais, propõe o olhar quanto à visibilidade destes direitos negados aos LGBTs, bem como as formas pelas quais podem ser assegurados para a construção de uma cidadania LGBT. Nestes materiais encontrados e categorizados sobre a perspectiva do eixo de direitos humanos para esta pesquisa, encontram-se como metodologias a produção de oficinas, onde são discutidos temas relevantes à temática da diversidade sexual, contemplando temas como as relações sociais, gêneros, respeito às diferenças, homofobia, sexualidade, entre outros, viabilizando discussões que permitam uma maior compreensão acerca destes temas e suas implicações.

Alguns trabalharão com oficinas nos seu formato convencional, no qual há a exposição do tema para debate e posterior discussão, enquanto que, outros irão trabalhar com a produção de materiais oriundos das discussões que foram feitas em torno de tais temáticas, como forma de externar o que foi apreendido durante as discussões. No entanto, a grande maioria, senão todos os materiais apresentados nesta pesquisa, apresentam a temática dos direitos humanos como pano de fundo nas suas discussões, seja tocando nos pontos referentes ao preconceito, discriminação e segregação, passando pelos temas que dizem respeito à homofobia, seja do ponto de vista da prevenção em saúde, garantindo o acesso integral à saúde pública e o respeito dos profissionais destas áreas, quando do seu atendimento, seja ainda, na formação de professores quando da compreensão dos LGBTs e seus aspectos sociais como fator de exclusão diante do contexto social .

A temática dos direitos humanos estará contemplada das mais diversas formas, com mais ou menos intensidade, explícita nos conteúdos ou implícita neles, sobre um recorte ou outro que permita reconhecer como humanizador o processo de entendimento/compreendimento da diversidade sexual, seja no espaço escolar, seja na vida. Para tanto, isto fica mais evidente, por exemplo, nos materiais voltados à população LGBT, em específico, quando da instrumentalização destes em cursos de formação/capacitação, promovido, sob a ótica dos direitos humanos ou com a perspectiva de formação de lideranças dentro do Movimento LGBT. Tais materiais, categorizados dentro do eixo dos direitos humanos, têm uma preocupação constante com a população LGBT jovem ou a instrumentalização da sociedade para o trabalho com estes, pois, constitui a parcela da população a qual está inclusa nos bancos escolares e que, por eles, muitas vezes, são excluídos, a exemplo das travestis e transexuais.

E, no tocante ao eixo de “formação de lideranças”, os materiais apresentados demonstram uma importante contribuição, não somente à sociedade, mas também, na eficaz construção da política pública para a sua população, a transformação da idealização da Cidadania LGBT em um sentido prático, funcional e o fortalecimento do Movimento LGBT, através da instrumentalização dos seus iguais enquanto ativistas, lutando na melhoria de sua qualidade de vida e garantia de seus direitos enquanto cidadãos. Estes materiais apresentam diferentes ações e metodologias em prol dos direitos humanos, instrumentalizando tanto a população LGBT para a garantia dos seus direitos, quanto a sociedade para lhes assegurar os mesmos, não negando-os enquanto cidadãos e, a visibilidade destes materiais, tanto no Movimento LGBT, quanto na sociedade como um todo, se faz necessária. Novamente, o pulsante destes materiais, como os demais apresentados nos outros eixos, são os jovens, pelo fato de estes compreenderem a nova geração de ativistas e os quais continuarão a luta pelos direitos LGBTs e vivenciarão as conquistas já realizadas até então.

Neste sentido, a relevância de tais cursos/materiais revestem-se na importância de contribuir com a população LGBT nas formas de como liderar, de se auto organizar enquanto Movimento LGBT (ONGs) ou indivíduos não governamentais (INGs), passando pelas questões referentes a sua auto-estima até a sua politização para atuação nas esferas maiores, intervindo socialmente no seu cotidiano ou no conjunto com outros em suas ações diárias e em prol desta cidadania LGBT. Para tanto, o conhecimento das formas como se dá à criação de uma ONG, seu funcionamento, manutenção, estratégias de ação e intervenção na sociedade, são requeridas e são repassadas, no sentido destes participantes dos cursos ou leitores dos materiais destes cursos, instrumentalizarem-se a fim de executarem um plano de ação que busque a garantia plena destes direitos a eles negados. Alguns cursos trabalham com a perspectiva da imagem que o jovem LGBT, aqui no caso, têm sobre si na intenção de que este, compreenda-se anteriormente ao seu processo de mobilização social, desvelando o seu auto-preconceito, as questões relativas à amizade e socialização, bem como, as demais temáticas que são trabalhadas nos outros materiais, as quais versam sobre namoro, prevenção, sexo, questões ligadas à gênero e à sexualidade, religião, passando pelos temas ligados ao preconceito e as diferentes formas de homofobia, para que, possa ser assim realizado o trabalho de instrumentalização desta população, no que diz

respeito às leis, direitos com o entendimento das manifestações que se realizaram pelo Movimento LGBT até então.

Desta forma, os LGBTs são formados e informados das maneiras pelas quais podem atuar sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário, reafirmando o compromisso da sociedade com a garantia dos seus direitos e realizando, através das ONGs, um movimento de controle social, como benfeitoria à sua população, no que diz respeito à construção das políticas públicas através dos eventos que se fazem dentro e fora do Movimento LGBT, com a participação deste, no segundo caso, de onde saem às propostas das conferências municipais, estaduais para constituir a proposta federal, enquanto política pública a fim de ser implementada, enquanto política e implantada nos diversos setores sociais, no que tange à segurança enquanto cidadãos pertencentes à sociedade, com vistas à melhoria nas suas condições de vida e acesso às esferas sociais e afirmação da construção da cidadania LGBT. Para tanto a construção de um plano e ação eficaz e as formas de abordagem/ intervenção na sociedade são requeridos com a finalidade de que estes possam caminhar sozinhos, quando necessário ou em conjunto, para realização das intervenções sociais sendo instrumentalizados, nesse sentido, nas formas pelas quais podem ser feitas tais intervenções como, por exemplo, em locais públicos, estabelecimentos comerciais, as parcerias que podem ser firmadas, as reuniões e o registro destas e as oficinas.

Além disso, no que diz respeito à proposta de intervenção, a maioria, apesar de serem materiais voltados à formação de lideranças, dizem respeito à prevenção em saúde, sendo suas abordagens de intervenção realizadas de acordo com a prevenção em HIV/AIDS, tanto no que tange à população de gays e HSH (homens que fazem sexo com outros homens), quanto das travestis e transexuais. Dessa forma, são realizados, passo a passo, no que concerne à identificação a população com a qual se pretende trabalhar, as relações pertinentes a sexo, orientação sexual, identidade de gênero, as práticas de risco, as mudanças de comportamento, além do monitoramento e avaliação das ações realizadas nas abordagens diretas, no entanto, estabelecem como outras formas de intervenção, tais como, o modelo de pesquisa-ação e o modelo de formadores de opinião. Sendo assim, apresenta potencial, enquanto formadores de novos ativistas e contribuidores para com o Movimento LGBT, bem como, para atuar na sociedade como multiplicadores e propulsores de mudanças sociais, com a prática da intervenção social subsidiando



suas ações, de acordo com o seu público-alvo.

Em relação ao eixo do “preconceito e discriminação”, os materiais encontrados apresentam uma relevância significativa, no que diz respeito às práticas sociais, sendo interventivos do ponto de vista da apresentação de como se dão os atos de homofobia, bem como o preconceito, a discriminação e a segregação da população LGBT dentro do meio social ao qual estão subordinados. Desta maneira, as diferentes formas de ação em relação às ações referentes aos direitos humanos, quando da apresentação destas formas de preconceito e discriminação, visibilizam o que está “encoberto” e promovem, a partir destas ações, a defesa dos direitos humanos. Dessa forma, tanto a produção destes materiais se dá a população LGBT, ajudando-os identificar as formas pelas quais podem agir quando depararem-se com tais atos sobre suas pessoas, quanto à sociedade em geral, demonstrando as formas veladas pelas quais, muitas vezes, efetua-se o preconceito e consuma-se a discriminação, por mais que não se perceba ou que não seja intencional. Isto demonstra à sociedade uma contribuição por parte do Movimento LGBT, mesmo que pressionados sobre as vias de fato já ocorridas, mas apresenta o cuidado que deveria ser tomado à atenção pela sociedade no correspondente ao tratamento que dispensam a esta população.

Portanto, os materiais categorizados dentro do eixo “preconceito e discriminação” estarão intrinsecamente ligados, pois, por detrás das ações referentes ao preconceito e a discriminação, ações estas, negativas, estarão sempre, em contraponto, as ações positivas, referentes a identificar estas ações manifestadas socialmente e convertê-las no sentido de humanizar o LGBT e colocá-lo em equiparação de direitos, já que muitos destes o são negados a realizar, de acordo com a perspectiva reflexiva, uma mudança de comportamento que garanta o seu acesso social a todos os bens comuns da sociedade, sem discriminações e a possibilidade de ter garantidas, através da criação ou da funcionalidade da cidadania LGBT, os seus direitos. Para tanto, o entendimento sobre si, enquanto elencadas em uma das categorias da sigla LGBT (por exemplo, gays), é essencial, evidenciando o seu ser enquanto cidadão e os fatos que o afetam diante da sociedade, passando pela compreensão dos seus direitos, os direitos humanos e a apreensão sobre estes, até a questão do preconceito, discriminação, segregação, violências e homofobia, para que este reconheça em uma destas ações, o que vem lhe impedindo de se constituir de acordo com a orientação sexual que este possui.

Em relação da metodologia utilizada nestes cursos, estas baseiam-se sob a perspectiva de oficinas ou da proposição de atividades voltadas a trabalhar as temáticas que aparecem previstas no material com vistas à amenização do preconceito e da discriminação. Nos materiais encontrados dentro da categoria de preconceito e discriminação, houve a incidência de um material mais elaborado acompanhando do material impresso, um CD e um DVD, os quais foram estritamente elaborados para serem trabalhados nestas oficinas onde foram criadas canções conscientizadoras e vídeos educativos, com a finalidade de sensibilizar àqueles que passarem por estas oficinas; nesta proposta, inclui-se a forma como cada material deve ser utilizado, tanto o CD, quanto o DVD e o material impresso, a fim de direcionar o mediador e ajudá-lo a não perder-se dentro da proposta confeccionada para este material, no entanto, nem todos os materiais vêm acompanhados de super produções como este, sendo disponibilizado apenas o material impresso com algumas instruções e dicas para trabalho com este e o uso da imaginação na extensão de tais materiais.

Dessa forma, o que se pôde encontrar presentes nestes materiais que apresentam importância significativa, corresponde não somente aos seus conteúdos, muitos destes bem trabalhados, com certa profundidade para a proposição de discussões e debates, mas também, as metodologias que estes cursos empregam, para que seja possível uma mudança de postura/comportamento perante à sociedade. Isto quer dizer que, uma vez que tais materiais encontram-se disponibilizados com propostas boas de trabalho esperando que alguém os utilize, com a prática dos mediadores, se houver, e com um pouquinho mais de ousadia e inovação por parte de quem o utilizará, poderá render grandes frutos, vindo a tornar àqueles que pelos cursos passaram ou apenas se utilizaram do material para ofertar novas oficinas, cursos de formação/capacitação, novos multiplicadores que irão propagar o conhecimento aprendido e apreendido, enquanto inseridos nos contextos destes cursos como forma de estender e tornar viável uma sociedade menos preconceituosa e discriminatória.

## 6.2 O SOBE E DESCE DAS ONGS

No percurso desta pesquisa, ao serem contatadas as ONGs, e terem sido recolhidos os materiais e analisados os seus conteúdos e propostas, enquanto curso de formação/capacitação, identificou-se um movimento referente à visibilidade e as verbas que algumas ONGs possuem em comparação com outras. Dessa maneira, na medida em que foram sendo observadas quais eram estas ONGs, a forma de divulgação destas em meio à internet, entre outros fatores, foi sendo caracterizado uma hierarquia no que diz respeito às ONGs com maiores e menores recursos, enquanto suas propostas de ação para com a sociedade em prol da construção da cidadania LGBT. Dessa forma, um primeiro momento no qual foi possível analisar este fato ocorreu quando da pesquisa via ferramenta de busca *google*, onde o mapeamento realizado através da listagem adquirida via *site* da ABGLT foi iniciada.

Neste mapeamento, foram sendo observada a existência ou não de páginas *web/blogs* destas ONGs que constam na listagem das afiliadas à ABGLT na intenção de identificar quem eram estas ONGs e o que elas proporcionavam de conteúdo nestes *sites/blogs*. O que se constatou foi que havia a presença de páginas *web* (oficiais e produzidas profissionalmente) e *blogs* na grande maioria destas ONGs (Anexo II), com a listagem completa do mapeamento realizado, porém, apresentavam-se algumas discrepâncias no tocante a estes *sites/blogs*. Isto significa que, dentro de um mesmo contexto de apresentação de conteúdos em plataforma *online*, havia ONGs que possuem *blogs* que podem ser discriminados da seguinte forma: sem conteúdo atualizado, conteúdo atualizado, mas parado, conteúdo atualizado mês a mês e conteúdo atualizado semanalmente/diariamente. Neste aspecto, as ONGs que não tinham conteúdo atualizado haviam abandonado o projeto do *blog* por completo; as ONGs que continham conteúdo, mas encontravam-se com estes conteúdos parados a um determinado tempo, apresentavam uma demanda referente às atividades da ONG, na qual, quando não havia projetos, atividade na ONG, não eram atualizadas suas ações, deixando sem conteúdo seus *blogs*; as ONGs com conteúdo atualizados mês a mês apresentavam as propostas de ação ocorridas no fechamento de um mês, com a finalidade de estabelecer um balanço no tocante ao que fora produzido em termos de ações desta; e as ONGs, as quais apresentavam conteúdos semanais/diários traziam além das ações da ONG, notícias.

No tocante a esta última categoria, o *blog* era alimentado com a funcionalidade informativa, não somente da ONG, mas também de demonstrar a forma de atuação e os planos de ação que esta realiza em meio à sociedade. Versava diferentes ainda, neste tipo de *blog* encontrado, os conteúdos vinculados, tendo alguns *blogs* maior elaboração enquanto ferramenta de divulgação, com *links* de outros *blog/sites*, disponibilização de vídeos para visualização e disponibilização de arquivos de texto para *download*. A construção de um *blog*, no entanto, é realizada de forma amadora, onde qualquer um pode criar um conta e criar um *blog*, o que convém analisar, porém, é a forma como estes *blogs* são alimentados, diferenciando-os da atuação amadora que estaria por detrás da intenção de visibilidade de uma ONG. Neste sentido, houve casos em que os *blogs* apresentavam-se totalmente amadores, com poucos conteúdos elaborados, do ponto de vista de programação (estrutura, *links*, formatação e beleza do *site*) e veiculação de conteúdo, significando assim, um profissional por detrás destes *blogs* encarregado tanto de alimentar este, quanto de formatá-lo e disponibilizar algo mais esteticamente visível publicamente.

Dessa forma, a mesma lógica foi seguida, do ponto de vista das páginas *web* (*sites* oficiais), com a perspectiva de profissionais por detrás da alimentação e manutenção destes conteúdos. Isto quer dizer que, as páginas menos favorecidas, com visual pobre e escassa veiculação de material, sendo postadas apenas algumas ações das ONGs ou notícias locais ou mais amplas do ponto de vista do Movimento LGBT, foram uma vez construídas com os recursos de um projeto, e depois de finalizado tal projeto, o *site* fora abandonado, sendo alimentado por algum integrante da ONG. Os *sites* que continham maior apelo estético, com vastas abas e constituição de disponibilização enorme de material, eram mantidos por profissionais das áreas de TI (Tecnologia da Informação), os quais são remunerados para tanto, não sendo um valor baixo o que se cobra para isto, dando a atenção ao que se pode constituir como uma hierarquização entre as ONGs no tocante à disponibilização de seus conteúdos de acordo com os *sites* encontrados. Dessa maneira, pelo visual encontrado em algumas poucas páginas e, agregados a isto, o nome de peso que a instituição possui, percebe-se a ocorrência de uma distribuição desigual de recursos no tocante tanto à produção dos materiais pelas ONGs, quanto pela sua veiculação e utilização do meio virtual.

No que diz respeito à presença nas redes sociais *orkut*, *facebook*, *twitter* e *youtube*, ou menor proporção em uma ou em todas as redes sociais, não diz categorias de pesquisa também elencadas quando da realização do mapeamento destas ONGs, a ocorrência e maior respeito à utilização de um profissional por detrás destas, devido ao fato de estas redes serem de fácil acesso, com formatos prontos, onde podem ser acessadas e manipuladas por quaisquer um que tenha conhecimento do funcionamento destas redes sociais. No entanto, o conjunto *sites web* esteticamente evoluídos, materiais produzidos com alto padrão e visibilidade das ações da ONG no meio virtual por meio dos *sites* oficiais/*blog* e, até mesmo, pelas redes sociais, constitui uma diferenciação no que tange à distribuição e captação de recursos perante estas ONGs e sua relação com as outras ONGs. Isto se deve ao fato de algumas ONGs possuírem “certo nome” na história do Movimento LGBT e assim serem visibilizadas de forma mais ampla, o que corresponde a uma maior exploração dos seus conteúdos e veiculação de suas ações/cursos/materiais entre o meio virtual e físico, com base na produção de materiais impressos de divulgação em larga escala. Sendo assim, entende-se que as ONGs que detêm de um prestígio maior enquanto Movimento LGBT, que possuem uma infinidade de projetos relativamente maior em detrimento de outras ONGs não tão conhecidas, corresponde à utilização de um recurso maior devido à sua visibilidade e atuação no meio social com a disponibilidade de maior quantidade de recursos pelo número de projetos.

Apesar da visibilidade destas ONGs estarem atreladas aos fatos históricos e de atuação dentro do Movimento LGBT e sua captação de recursos, quando da existência de um grande número de projetos, isto não garante que esta se constitua em um patamar elevado dentro da categoria das ONGs de maior prestígio, dentro de um patamar de ascensão na hierarquia. Com isso quer-se dizer que, o conhecimento de determinadas ONGs pela disponibilidade exacerbada de recursos, não compete com a história de luta e atuação dentro da sociedade, havendo ONGs que não possuem grande quantidade de recursos, mas são conhecidas por suas ações e seu passado e ONGs as quais não tiveram grande destaque, mas estão visibilizadas pela presença constante em materiais e outras publicações das quais fez parte ou contribuiu. Neste sentido, houve a percepção da existência de uma hierarquia existente entre as ONGs no mapeamento realizado onde é possível observar o panorama referente à apresentação destas ONGs num plano nacional, onde o

tempo de existência muitas vezes não possui tanta importância quanto à visibilidade e conhecimento da ONG, mas, onde a presença de uma quantidade de projetos, viabiliza a imagem da ONG com propostas voltadas à população LGBT ou à sociedade e a disponibilidade de recursos possibilitada por estes projetos, permite que a ONG ganhe um patamar enquanto atuante na sociedade, se visibilize enquanto propulsora de ações em prol da cidadania LGBT e apareça. Esta forma pela qual estas ONGs podem aparecer, vão desde a confecção de materiais altamente elaborados, com grande emprego de recursos, com a criação de CDs ou DVDs, com conteúdos produzidos especificamente para aqueles materiais, quanto apenas pelo material impresso que fora produzido, mas com grande elaboração nas questões referentes à diagramação/formação, emprego de cores e criação de conteúdos de imagem ou emprego de fotografias no material.

Portanto, o que pôde-se perceber foi a existência desta hierarquia no que tange às ONGs que possuem maiores recursos em relação as que possuem menores recursos, bem como a visibilidade que a posse destes recursos lhes dá, em relação a serem oportunizadas na mídia impressa e virtual como destacadas de acordo com suas ações previstas na divulgação de tais materiais, onde a possibilidade de visibilidade é notável e para a qual a importância de ser vista e reconhecida como ONG que atua para a sua população e ganha reconhecimento desta, apresenta um caráter importante quando da justificativa da distribuição destes recursos para uma ONG em relação a outra.

### 6.3 MATERIAIS DIDÁTICO- PEDAGÓGICOS: ACESSO E VISIBILIDADE

O percurso realizado para o recolhimento do material para esta pesquisa apresentou algumas características no que diz respeito à acessibilidade destes materiais, os modos de disponibilização dos mesmos e a visibilidade com que estes materiais se apresentam no contexto do Movimento LGBT nacional. Tal fato iniciou-se quando da exploração das ONGs relacionadas como afiliadas à ABGLT, em seu *site*, tendo início o processo de busca de informações sobre as respectivas ONGs através da ferramenta de busca *google*, onde, por meio deste, foi possível verificar a existência das páginas *web* (*sites* oficiais) e/ou *blogs* bem como alguma sinalização

destas ONGs nas redes sociais. No tocante às redes sociais, quando da não localização destas ONGs via ferramenta de busca *google*, com o surgimento já dos *links* destas ONGs nestas redes sociais (*orkut*, *facebook*, *twitter*, *youtube*), realizou-se a busca destas no *orkut* (com a finalidade de encontrar perfis e comunidades referentes a estas ONGs), no *facebook* (a fim de localizar perfis, páginas e grupos- abertos ou fechados- destas ONGs), *Twitter* (com o mesmo propósito de localização destas ONGs nesta rede social) e no *youtube* (fechando a busca destas ONGs neste canal).

Dessa forma, um mapeamento foi realizado na intenção de conhecer estas ONGs, suas ações, localizar seus cursos de formação/capacitação e verificar a disponibilidade dos materiais produzidos para estes cursos ou após a finalização destes cursos, como contraproposta estabelecida em edital, como produto final, resultados finais destes cursos de capacitação/formação. No entanto, nem todo processo foi tão fácil e acessível no que tange ao conhecimento de todas estas informações, visto que passaram-se alguns dias até a finalização de todo o processo de busca via ferramenta de busca *google*, localização em cada rede social e verificação dos conteúdos presentes neste mapeamento, de acordo com os conteúdos encontrados nos *sites web*, *blogs* e a presença em cada uma das redes sociais. Nesse sentido, após a localização e conhecimento destes conteúdos, a análise destes e identificando os cursos de formação/capacitação encontrados nestas ferramentas de visibilidade e do conhecimento de alguns materiais produzidos por estas ONGs, foi realizado o contato, ONG a ONG via email, primeiramente, com a finalidade de verificar quais as formas se tornaria possível de se obter tais materiais, em alguns casos ainda, via telefone, quando do não atendimento ou longa espera no contato realizado via email para que fosse possível agilizar o processo de busca e recolhimento destes materiais.

E nesse processo entre troca de emails com estas ONGs que possuíam material que seria possível apresentar para esta pesquisa, no contatar via telefone algumas destas ONGs é que foram se dando o processo de recolha destes materiais que, no entanto, a princípio dá-se a impressão que duraram algumas semanas para adquirir tais materiais mas que, em alguns casos levou-se o tempo de 3 a 6 meses até que os materiais chegassem às mãos deste pesquisador. Neste sentido, os materiais começaram a ser obtidos de duas formas: pela doação dos materiais pela ONG quando da disponibilização destes sem custeio algum ou pelo pagamento, em

duas partes, destes materiais, sendo a primeira como o pagamento referente aos custeios de correio e a segunda, como forma de pagamento do material em si agregado ainda, o valor de custeio de correio. No que corresponde a obtenção dos materiais por meio da doação dos mesmos por estas ONGs, um longo processo se dava ao estabelecer esta relação de procura/finalidade entre o identificar-se, apresentar a proposta de pesquisa, apresentar a importância de tais materiais fazerem parte do corpo teórico da pesquisa. Isto decorreu de um tempo enorme entre idas e vindas de emails onde, por vezes, repassavam-se os emails mandados anteriormente a outras pessoas da ONG e todo o discurso tinha de ser refeito a fim de estabelecer diálogo, convencer a ONG da importância do material e demais questões que demandaram tempo para isso, no entanto, em alguns casos, o material era cedido de forma amistosa e colaborativa, havendo os dois lados da moeda nesse processo de compartilhamento de material/informação/conhecimento.

No que diz respeito à obtenção dos materiais pelo modo de compra, tais materiais foram vendidos com alguns discursos os quais envolviam a justificativa em torno da remuneração para estes materiais. Num primeiro momento, houve os casos em que apenas pedia-se o valor da postagem, pois algumas ONGs não detêm de verba suficiente que permita que estas compreendam o envio de materiais ou quaisquer outras questões possíveis de serem feitas via correio para todos os que forem a ela solicitar alguma coisa, sendo entendido assim, a importância da contribuição neste sentido. Mas, houve casos em que era solicitado este valor de postagem e, como complemento a este, ficando a cargo de quem enviaria o dinheiro, uma bonificação, uma agraciamento, uma contribuição pelos serviços prestados como contraproposta do solicitante de tais materiais. Na maioria dos casos, o pesquisador entendendo este tipo de postura, realizou tais contribuições como contrapartida pelo material solicitado, entre outras questões, como a manutenção da ONG; em contraponto a este fato, houve muitos casos em que os materiais só eram disponibilizados via disponibilização de um valor para o material, estipulado/estabelecido pela ONG contando ainda com todas as despesas de envio. Desta forma, muitos dos materiais que compõem esta pesquisa foram assim recolhidos sob a base das apresentações que se faziam em torno destas propostas que se faziam na tentativa de obtenção de tais materiais e, mesmo de todas estas formas possíveis aqui apresentadas, alguns dos materiais que compõem esta pesquisa não foram disponibilizados por algumas ONGs, sendo possível a sua viabilização/visibilidade através do centro de documentação (CEDOC) quando da



reprodução de uma cópia de trabalho que possibilitasse o manuseio e a análise de tais materiais.

Todo este percurso realizado até então traz ainda algumas considerações que necessitam ser tomadas à atenção em alguns aspectos: o primeiro deles, como já explicitado aqui, sobre a forma de localização via ferramenta de busca destas ONGs via google e posterior análise dos conteúdos disponibilizados online; um segundo ponto, referente ao contato com estas ONGs das mais diversas formas, seja via sites, emails, telefones e redes sociais, em alguns casos, quando do não recebimento de respostas e uma posição da ONG enquanto disponibilizadora destes materiais; um terceiro ponto, sobre a questão do pagamento destes materiais, os quais compreende-se em alguns casos os motivos que levam uma ONG a realizar tais ações, em outros casos, a exploração por parte destas em relação á viabilização destes materiais; e um último ponto, do conhecimento destes materiais, onde, em alguns casos, foram conhecidos primeiramente via CEDOC e posterior contato direto com a ONG e em outros casos, via análise de conteúdo nas páginas e redes sociais e posterior contato com a ONG para disponibilidade dos mesmos.

Este último ponto torna-se importante pois, a primeira verificação em torno destes materiais foi pelo conhecimento destes quando da presença dos mesmos no centro de documentação (CEDOC) na cidade de Curitiba-PR, nas dependências da Aliança Paranaense pela Cidadania LGBT, mais exatamente, nas dependências do Grupo Dignidade. A partir da observação dos materiais presentes no CEDOC, da catalogação dos mesmos pelo pesquisador e a posterior pesquisa via internet a fim de localizar estes materiais comercialmente e quando do não encontro de tais materiais no âmbito comercial, era realizado um contato, muitas vezes extensivo, na qualidade de obter tais materiais. Em contraponto a esta forma de recolhimento de material, houve os materiais conhecidos e catalogados via internet que, posteriormente também, foram conhecidos e realizados o contato de tais ONGs das formas já descritas o que delongou-se um tempo alto para a finalização de captação de tais materiais e finalização do processo de busca para posterior leitura e análise de conteúdos, estratégias, metodologias e ações que se faziam dentro dos cursos de formação/capacitação executados pelo Movimento LGBT no âmbito dos direitos humanos e como ações oriundas do subsídio das políticas públicas para esta população.

Desta maneira, apresentaram-se as dificuldades relativas a esta pesquisa no que tange ao conhecimento destes materiais, da localização dos mesmos num

sentido comercial, primeiramente, para posterior localização nas dependências destas ONGs, o contato com as mesmas e a longa batalha do convencimento em alguns casos, do pagamento em outros e da espera em muitos, constituindo uma dificuldade que se vê não somente em uma ou outra ONG, mas constante dentro do Movimento LGBT Brasileiro que ora apresenta-se enciumado no que tange à curiosidade, à obtenção de tais materiais, ao destino que se daria aos mesmos bem como da insistência por parte do pesquisador na obtenção de tais materiais, tanto no contato, realizado repetidas e incansadas vezes até conseguir uma resposta de todas as formas que fossem possíveis, quanto na insistência da disponibilização de tais materiais e obtenção dos mesmos, muitas vezes não compreendendo o que havia de tão importante nos mesmos que gerava a insistência por parte do pesquisador. Qualquer uma das justificativas que se apresentem como estas expostas acima fizeram com que se observasse uma dificuldade de confiança do Movimento LGBT nacionalmente em ceder os seus materiais, os seus frutos à sociedade, até então, na figura do pesquisador e determinados a finalidade que tomaria tal material, gerando as dificuldades que compoem o plano de captação/obtenção destes materiais no plano do campo de pesquisa.

Estas implicações por parte do Movimento LGBT nacional, onde não há o conhecimento daquele que solicita tais materiais e/ou informações a respeito de suas ações/cursos/materiais talvez possa ser explicada pelo descrédito que a sociedade impingiu sobre esta população no que diz respeito a atacá-la pela forma como esta sociedade LGBT se constitui, de maneira que esta fecha-se em torno dos seus iguais e inviabiliza o acesso de outros, mesmo que estes sejam LGBTs ou não, a determinadas informações/produções/publicações acarretando um desconforto enquanto confiança na sociedade que a rechaça. Desta forma, o campo de pesquisa encontra-se petrificado no sentido de esperar a “boa ação”, do entendimento, por mais que sejam expostos os motivos a que se chegou a tais materiais, a importância destes para o meio acadêmico, para a sociedade e para a iniciação da mudança de comportamento/postura por meio da utilização de tais materiais, até então, invisibilizados pela disponibilidade em seus ambientes exclusivos (somente nas ONGs que o produziram) impossibilitando o aparecimento de tais materiais a público e a utilização dos mesmos, bem como exploração dos seus conteúdos por aqueles que queiram empregá-los em novos cursos de formação/capacitação.

No entanto, a circulação destes materiais se faz necessária do ponto de

vista da disponibilização não somente à finalidades acadêmicas com o sentido de análises de conteúdos e metodologias mas, também, como sentido de contribuição à sociedade em um segundo plano, pois o primeiro foi realizado no sentido dos cursos e posterior publicação dos materiais sendo, dessa maneira, importante para a sociedade civil o manuseio destes materiais e a facilidade no acesso destes, uma vez que para compor esta pesquisa, longo tempo foi consumido entre o conhecimento destes materiais até a sua obtenção, levando em consideração aqui o interesse nos materiais não somente para a pesquisa mas como contribuição à ciência e à sociedade. Uma vez que não se tenha os propósitos de um pesquisador que debruça-se sobre o seu objeto de pesquisa a fim de torná-lo viável e visibilizar o fenômeno tanto para a sociedade científica quanto à sociedade civil, a procura de tais materiais não se constituirá e, portanto, não será realizado por parte de um não pesquisador, tamanho esforço quanto o que se realizou para constituir esta pesquisa.

Portanto, estes materiais apresentam-se relevantes à sociedade civil como formas de possibilidade da criação e novos cursos de formação/capacitação através destes materiais, onde já constam experiências bem sucedidas ou realizadas na medida do possível, com algum êxito e os quais, tais materiais revestem-se da importância por se apresentarem educativos não somente aos mediadores dos futuros cursos de formação/capacitação, mas também, pelo sentido que este apresenta enquanto fruto oriundo da comunidade LGBT, resgatando, nesse sentido, os aspectos referentes à mobilização comunitária, a intervenção em saúde, a possibilidade de mudança de posturas e comportamentos os quais assegure o acesso desta população a esta sociedade que os coloca à margem e a garantia da não violação dos seus direitos enquanto cidadãos. O cunho comunitário que se estabelece entre indivíduos não governamentais unindo-se nas características das organizações não governamentais, estabelece a visibilidade da luta por melhorias condições de vida das ações que se apresentam oriundas dos movimentos sociais, inscritos aqui, sobre a forma e características do Movimento LGBT enquanto representação social.

Assim, todo o processo construído para a perspectiva desta pesquisa, apoiado sob o viés da área científica da Psicologia Social Comunitária encontra apoio quando verifica-se, de acordo com Freitas (2008) que:

Torna-se imprescindível, também, a preparação e desenvolvimento de um processo de educação, formação e capacitação dos diferentes agentes

sociais, comunitários e educacionais( sejam internos ou externos), que estejam implicados com a construção de uma consciência crítica e comprometida com a melhoria de vida das pessoas. E isto pode ser efetivado através de propostas dirigidas à vida cotidiana das pessoas. Assim, ao entender a vida cotidiana, poder-se-á entender as participações e não participações nas práticas comunitárias, nas redes de solidariedade, nas convivências interpessoais. (FREITAS, 2008, p. 26).

Em suma, compreender a constituição do Movimento LGBT, as suas formas de atuação na sociedade, a sua participação no processo criativo da Política Pública e as suas relações finais enquanto propostas voltadas à sociedade , é importante, para considerarmos o acesso que se dá tanto às suas informações, quanto às suas publicações, pois a partir do momento que entende-se as dificuldades que ocorrem por trás de todo o processo, compreende-se as dificuldades que dão-se no desencadear da continuidade deste processo. E, uma vez que apreendem-se as informações referentes a tão tortuosos passos em detrimento do estabelecimento de ações que se voltam à constituição de uma política pública eficiente à sua população, compreende-se o porquê da dificuldade da visibilidade das ações em prol da Cidadania LGBT bem como dos cursos de formação/capacitação que são ofertados e a possível circulação de tais materiais em meio à sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

ABGLT. **Manual de Comunicação LGBT**- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/blog/arquivos/manual-comunicacao-lgbt.pdf>. Acesso em: 27/03/2012

ABGLT. **III Congresso Políticas Públicas e Estado Laico**, 3, 2008, Belém. III Congresso Políticas Públicas e Estado Laico da ABGLT (texto-base), Belém, Pará, 2008. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/publicacoes.php>. Acesso em: 27/03/2012

ABRAMOVAY, Mirian. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO/Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana- RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009.

ABRAMOVICZ, A; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

AQUINO, Julio Groppa. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Diferenças e Preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

AUAD, Daniela. **Educar Meninos e Meninas na escola: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

**BIBLIOGRAFIA** sobre homossexualidade no Brasil. Disponível em: <http://luiz-mott.blogspot.com.br/>. Acesso em: 27/03/2012.

BRASIL. Conselho nacional de combate à homofobia. **Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BORGES, Klecius. **Desiguais**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fábrica de Leitura, 2008.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e Crítica de um preconceito**. Tradução: Teixeira, Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CAPITAL, Carta. **O bê-à-bá para conviver com a diversidade sexual**. In: Revista Carta Capital, online, 21/03/2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/carta-na-escola/o-be-a-ba-para-convivercom-a-diversidade-sexual>. Acesso em: 14/04/2012.

CARRARA, S.; RAMOS, S. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais:** a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006.

CONDE, Michele Cunha Franco. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania.** 173f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2004 .

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, Indivíduo, Cultura.** 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ECOS, **Comunicação em Sexualidade.** Disponível em: <http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh.asp> . Acesso em: 11/04/2012.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil:** recompondo um histórico. *Cadernos AEL*, v.10, n.18/19, 2003.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **Muito prazer, sou CELLOS, sou de luta: a produção da identidade ativista homossexual.** 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Fundação Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Rio Grande, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estratégias Brasileiras de combate à homofobia nas escolas (2004-2009).** In: *Fazendo Gênero*, 9- *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. *Fazendo Gênero*, 9, 2010, Santa Catarina. *Anais eletrônicos.UFSC*, 2010, p. 1-11. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278275028\\_ARQUIVO\\_paper\\_fazendo\\_genero\\_felipeRTF.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278275028_ARQUIVO_paper_fazendo_genero_felipeRTF.pdf) . Acesso em 12/12/2011.

\_\_\_\_\_. **A agenda anti- homofobia na educação brasileira (2003-2010).** 422f. Tese ( Doutorado em Ciências Humanas)- Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERRARI, Anderson. **Sujeitos, Subjetividades e Educação.** (Caminhos da Pesquisa Educacional, 5). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual:** construindo o respeito à diversidade. Londrina: UEL, 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação Sexual:** múltiplos temas. Londrina: UEL, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação Sexual:** em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009.

FONTES, Malu. **Ilustrações do silêncio e da negação: a ausência de imagens da diversidade sexual em livros didáticos.** *Psicologia Política*. Vol. 8. nº 16. pp. 363-378. Jul- Dez 2008.

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da sexualidade humana:** subsídios ao trabalho em Educação Sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. **Educação Sexual na Escola:** equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito das diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina), 2008.

\_\_\_\_\_. **Educação Sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal. **Estratégias de ação comunitária e mudança social:** relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. In: Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos: GT Psicologia Comunitária/ANPEPP/ Organizadora Magda Dimenstein.- Natal, RN. EDUFRN- Editora da UFRN, 2008.

GALLO, Sílvia; SOUZA, Regina Maria de. M. **Educação do preconceito:** ensaios sobre poder e resistência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GROSSI, M.P; BECKER, S; LOSSO, J.C.M; PORTO, R.M; MULLER, R.C. **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades/** organizadoras Miriam Pillar Grossi... [et al].- Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 264p.- (Sexualidade, Gênero e Sociedade. Sexualidade em debate).

GRUPO DIGNIDADE. Disponível em: [http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page\\_id=49](http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=49). Acesso em: 25/03/2012.

LIBERATO, L. V. D. **O Programa Brasil Sem Homofobia e a realidade escolar brasileira.** In: I Congresso Internacional de Educação de Ponta Grossa, I, 2009 Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.isapg.com.br/2009/ciepg/selecionados.php> . Acesso em: 06/04/2012.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; SILVA, Divino José da. **Valores, Preconceito e Práticas Educativas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades Fragmentadas:** a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Currículo, Gênero e Sexualidade.** Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho-ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Tradução dos artigos: Silva, Tomaz Tadeu da. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GROELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade:** um debate contemporâneo na Educação. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. **Corpo, Gênero e Sexualidade.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOTT, Roberto Luiz. **Homofobia:** a violação dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas & Travestis no Brasil. Grupo Gay da Bahia/ International Gay and Lesbian Human Rights Commission. Impresso nos Estados Unidos da América, 1997.

MURARO, Rose Marie. **Educando meninos e meninas para um novo mundo.** (Um novo mundo em gestação 2). Rio de Janeiro: ZIT, 2007.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Campinas, SP: Papirus, 1987.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade:** da opressão à libertação. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, Ivone Martins. **Preconceito e autoconceito:** Identidade e interação na sala de aula. Campinas, SP: Papirus, 1994.

PAECHTER, Carrier. **Meninos e Meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminilidades.** Tradução, consultoria e supervisão: Schmidt, Rita Terezinha. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PEDROSA, João Batista. **Garoto Rebelde:** surgimento da homossexualidade na infância. 1. ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

PICAZIO, Claudio. **Uma outra verdade: perguntas e respostas para pais e educadores sobre homossexualidade na adolescência.** São Paulo: GLS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diferentes desejos:** adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: Summus, 1998.

PINSKY, Jaime. **12 faces do preconceito.** 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.



PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. v. 5. São Paulo: Cortez, 2008.

PROJETO **PAPO CABEÇA**. Disponível em: <http://papocabeca.me.ufrj.br/principal.html> . Acesso em: 25/03/2012.

RIBEIRO, Cláudia Maria; SOUZA, Ila Maria Silva. **Educação Inclusiva: tecendo gênero e diversidade sexual nas redes de proteção**. Lavras: Ed. UFLA, 2008.

RODRIGUES, Paula. **Questões de Gênero na Infância: marcas de identidade**. Lisboa, PT: Instituto Piaget, 2003.

SARTORI, Ari José; BRITTO, Néli Suzana. **Gênero na educação: espaço para a diversidade**. 3. ed. Florianópolis: Genus, 2008.

SEDH. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/ Presidência da República, 2009.

SEDH/BR. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/brasilsem>. Acesso em: 08/04/2012.

SECAD/ MEC. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=290&Itemid=816](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816) . Acesso em: 04/04/2012.

SILVA, Ricardo de Castro e. **Orientação Sexual: possibilidade de mudança na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Fabiana Cristina. **Meninos e Meninas na escola: um encontro possível?** Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a Teoria Queer**. Tradução: Freire, Vladimir. Rio de Janeiro: Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; DUMONT, Adilson. **Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Belo Horizonte, MG: GSS; FUNDEP, 2009.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

VALLADARES, Katia Krepsky. **Orientação sexual na escola: de acordo com os novos parâmetros curriculares nacionais**. MEC. 3. ed.- Rio de Janeiro: Quarter, 2005.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

## REFERÊNCIAS DOS MATERIAIS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO

ADHONS. **Homossexual, Educador e o Preconceito nas escolas**: (seis anos de ADHONS). Marcelo Lima de Menezes.- Aracajú: J. Andrade, 2009. 126p.

APPAD. **Guia de Advocacy e Prevenção em HIV/AIDS**: Gays e homens que fazem sexo com outros homens. Curitiba-PR, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade Sexual na escola**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/ UFRJ, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; MENEZES, Cristiane Souza de. **Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: por uma prática pedagógica inclusiva**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2009.

CIRANDA. **Educomunicação e cultura de paz - guia para educadores e educadoras**. Vários autores. Curitiba, 2009.

CORSA. **Educando para a diversidade-os GLBTS na escola**: orientações para educadores e pais. São Paulo: Sedh, 2003.

GRUPO DIGNIDADE. **Uma história de Dignidade...Grupo Dignidade contribuindo para a construção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais(LGBT)**. Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

ECOS. **Guia de orientação sexual**: diretrizes e metodologia. Tradução e adaptação: Grupo de trabalho e pesquisa em orientação sexual, associação brasileira interdisciplinar de Aids, centro de estudos e comunicação em sexualidade e reprodução humana. 8. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

ESPERANÇA, Grupo. **Cidadania Trans**: direitos humanos, movimentos social trans, relatório de pesquisa. Curitiba, 2007.

\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos- Brasil sem transfobia**. Curitiba, 2010.

GRAB. **Diálogos-Gênero e Diversidade Sexual**. Fortaleza, Ceará: Arte Visual gráfica e editora Ltda, 2007.

\_\_\_\_\_. **Desatando nós**: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Juventudes homossexuais e sexualidades: comportamentos e práticas.** Fortaleza: GRAB, 2008.

\_\_\_\_\_. **Diversidade Sexual: perspectivas educacionais.** Fortaleza: Edições UFC, 2006.

\_\_\_\_\_. **Recortes das sexualidades- encontros e desencontros com a educação.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola.** Curitiba: UTFPR, 2009.

PAPAI. **A diversidade é legal!: educação e saúde sem preconceito.** Recife: Instituto PAPAI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Da homofobia ao respeito: por uma cultura sem discriminação.** Recife: Instituto PAPAI, 2008.

\_\_\_\_\_. **Em movimento: cidadania e participação política LGBT.** Recife: Instituto PAPAI, 2009.

PROJETO BEM ME QUER. **Manual do Educador.**/ Ludmila Seabra de Carvalho Viegas, Nathália de Freitas Campos, Vanessa Porto Brixí.- Brasília: Gráfica Papel e Cores, 2009.

PROGRAMA **DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO.** Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2010. Material informativo do programa diversidade sexual na educação.

PURPURINA, Projeto. **Projeto purpurina: juventude LGBT.** GPH: São Paulo, 2011.

**SEED/PR.** Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual.- Curitiba: SEED, 2009.

SOMOS. **Qualificação continuada para lideranças GLBT em Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção.** ABGLT, sem data.

SOMOS, Projeto. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e aids. **Projeto Somos Desenvolvimento Organizacional , Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com Gay e outros HSH.** Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

## ANEXOS

### ANEXO 1- LISTAGEM DAS ONGS ENCONTRADAS NO SITE DA ABGLT.

#### Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

##### **Categoria: Organizações Associadas**

Associação de Homossexuais do Acre - Rio Branco - AC

Sohmos Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de Arapiraca - AL

Grupo de Gays, Lésbicas da Cidade de Delmiro Gouveia – GLAD - Delmiro Gouveia – AL

Afinidades – GLSTAL – Maceió - AL

Associação de Homossexuais de Complexo Benedito Bentes – AHCBB – Maceió – AL

Associação de Jovens GLBTs de Alagoas – ARTJOVEM – Maceió - AL

Filhos do Axé – Maceió - AL

Grupo Gay de Alagoas – Maceió - AL

Pró-Vida – LGBT – Maceió - AL

Grupo Enfrentar – Viçosa - AL

Grupo Ghata - Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá – Macapá - AP

MGLTM - Movimento de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Manacapuru - AM

Associação Amazonense de GLT – Manaus - AM

Associação das Travestis do Amazonas – ATRAAM – Manaus - AM

Associação Homossexual do Estado do Amazonas – Manaus - AM

Associação Orquídeas GLBT – Manaus - AM

Organização Homossexual Geral de Alagoinhas – OHGA – Alagoinhas - BA

Grupo Gay de Camaçari – Camaçari - BA

Fund e Assoc de Ação Social e DH GLBT de Canavieiras e Região – Canavieiras – BA

Grupo Gay de Dias D'Ávila - BA

Grupo Liberdade, Igualdade e Cidadania Homossexual – GLICH - Feira de Santana - BA

Transfêmea - Feira de Santana - BA

Eros – Grupo de Apoio e Luta pela Livre Orientação Sexual do Sul da Bahia – Ilhéus – BA

Grupo Humanus – Itabuna - BA

Grupo Gay de Lauro de Freitas - Lauro de Freitas - BA

Associação da Parada do Orgulho LGBT de Mata de São João – GRITTE - Mata de São João – BA

Movimento de Articulação Homossexual de Paulo Afonso - Paulo Afonso - BA

Grupo Fênix - Movimento em Defesa da Cidadania LGBT de Pojuca - BA

Associação Beco das Cores - Educação, Cultura e Cidadania LGBT (ABC-LGBT) – Salvador – BA

Associação das Travestis de Salvador – ATRÁS – Salvador - BA

Associação de Defesa e Proteção dos Direitos de Homossexuais - PRO HOMO – Salvador – BA

Grupo Gay da Bahia – Salvador - BA

Grupo Homossexual da Periferia – Salvador - BA

Grupo Licoria Ilione – Salvador - BA

Quimbanda Dudu – Salvador - BA

Grupo de Resistência Flor de Mandacaru – Caucaia - CE

Associação de Travestis do Ceará – ATRAC – Fortaleza - CE

Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB – Fortaleza - CE

Movimento Arco-Iris da Sociedade Horizontina – MAISH – Horizonte - CE

Grupo de Amor e Prevenção pela Vida - GAP - Pela Vida – Maracanaú - CE

Ações Cidadãs em Orientação Sexual – Brasília - DF

Estruturação – Grupo d Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans de Brasília – DF

ELOS - Grupo de Lésbicas, Gays, Travestis e Trans. do Dist. Federal e Entorno – Sobradinho – DF

GOLD - Grupo Ogulho Liberdade e Dignidade – Colatina – ES

Associação Gabrielense de Apoio à Homossexualidade – AGAH - São Gabriel da Palha – ES

Associação das Travestis do Espírito Santo – ASTRAES - São Mateus - ES

AGTLA - Associação de Gays, Transgêneros e Lésbicas de Anápolis – Anápolis – GO

Sociedade Oasis – Anápolis - GO

AGLST-RAQ - Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros da Região Águas Quentes - Caldas Novas - GO

Associação Desportiva de Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros de Goiás – Goiânia - GO

Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Transgêneros – AGLT – Goiânia - GO

Associação Ipê Rosa –Goiânia - GO

ASTRAL-GO – Goiânia - GO

Fórum de Transexuais do Goiás – Goiânia - GO

Grupo Eles por Eles – Goiânia - GO

Grupo Lésbico de Goiás – Goiânia - GO

Grupo Oxumaré- Direitos Humanos Negritude e Homossexualidade – Goiânia - GO

Associação Jataiense de Direitos Humanos - Nova Mente – Jataí - GO

Grupo Flor de Bacaba – Bacabal - MA

Associação Gay de Imperatriz e Região – Imperatriz - MA

GAPDST - Grupo de Apoio e Prevenção – Imperatriz - MA

Grupo Passo Livre - Paço do Lumiar - MA

Grupo Solidário Lilás - São José de Ribamar - MA

Grupo Expressão - São Luis - MA

Grupo Gayvota - São Luis - MA

Grupo Lema - São Luis - MA

Organização dos Direito e Cidadania de Homossexuais do Estado do Maranhão - São Luis – MA

Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Cáceres – Cáceres - MT

GRADELOS - Grupo Afro-descendente de Livre Orientação Sexual – Cuiabá - MT

Grupo Livre-Mente – Cuiabá - MT

LIBLES - Associação de Direitos Humanos e Sexualidade Liberdade Lésbica – Cuiabá – MT

Associação GLS- Vida Ativa – Rondonópolis - MT

Associação das Travestis do Mato Grosso – ASTRAMT - Várzea Grande - MT

Associação das Travestis e Transexuais do Mato Grosso do Sul - Campo Grande – MS

Grupo Iguais - Campo Grande - MS

Movimento de Emancipação Sexual, Cidadania, Liberdade e Ativismo do MS - Campo Grande - MS

Movimento Gay e Alfenas e Região Sul de Minas – Alfenas - MG

Movimento Gay de Barbacena – MGB – Barbacena - MG

ALEM - Associação Lésbica de Minas - Belo Horizonte - MG

Associação de Transexuais e Travestis de Belo Horizonte – ASSTRAV - Belo Horizonte – MG

Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual – CELLOS - Belo Horizonte - MG

Instituto Horizontes da Paz - Belo Horizonte - MG

Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Contagem- CELLOS – Contagem – MG

MGD - Movimento Gay de Divinópolis – Divinópolis - MG

MGS - Movimento Gay e Simpatizantes do Vale do Aço – Ipatinga - MG

GALDIUM - Grupo de Apoio Luta e Defesa dos Interesses das Minorias – Itaúna – MG

MGM - Movimento Gay de Minas - Juiz de Fora - MG

MGG - Movimento Gay dos Gerais - Montes Claros - MG

Movimento Gay de Nanuque – MGN – Nanuque - MG

Movimento Gay da Região das Vertentes – MGRV - São João Del Rei - MG

Shama - Associação Homossexual de Ajuda Mútua – Uberlândia - MG

Libertos Comunicação - Belo Horizonte - MG

APOLO - Grupo Pela Livre Orientação Sexual – Belém - PA

Cidadania, Orgulho e Respeito – COR – Belém - PA

Grupo Homossexual do Pará – Belém - PA

Movimento Homossexual de Belém – Belém - PA

Associação dos Homossexuais de Campina Grande, Estado da Paraíba - AHCG/PB - Campina Grande – PB

Gayrreiros do Vale do Paraíba – GVP – Itabaiana - PB

Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA - João Pessoa - PB

Movimento do Espírito Lilás – MEL - João Pessoa - PB

Grupo Expressões - direitos humanos, cultura e cidadania – Cascavel - PR

Associação Paranaense da Parada da Diversidade – APPAD – Curitiba - PR

Dom da Terra – Curitiba - PR

Grupo Dignidade – Curitiba - PR  
 Grupo Esperança – Curitiba - PR  
 Inpar 28 de Junho- Instituto Paranaense 28 de Junho – Curitiba - PR  
 Transgrupo Marcela Prado – Curitiba - PR  
 Grupo Renascer - Ponta Grossa - PR  
 Grupo União pela Vida – Umuarama - PR  
 TABIRAH - Associação de Homossexuais, Lésbicas, Travestis... – Tabira - PE  
 Grupo Homossexual do Cabo - Cabo Santo Agostinho - PE  
 Articulação e Movimento Homossexual de Recife – AMHOR – Jaboatão - PE  
 SHUDO - Associação de Articulação de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – Olinda – PE  
  
 Grupo Gay de Pernambuco – Recife - PE  
 Movimento Gay Leões do Norte – Recife - PE  
 Satyricon- Grupo de Apoio e Defesa da Orientação Sexual – Recife - PE  
 Atos de Cidadania - São Lourenço da Mata - PE  
 Grupo Unificado de Apoio à Diversidade Sexual de Parnaíba – O GUARÁ – Parnaíba – PI  
  
 Associação de Travestis do Piauí – ATRAPI – Teresina - PI  
 Grupo Triângulo Rosa - Belford Roxo - RJ  
 Grupo Cabo Free de Conscientização Homossexual - Cabo Frio - RJ  
 Grupo Iguais - Conscientização Contra o Preconceito - Cabo Frio - RJ  
 Grupo Esperança - Campos dos Goytacazes - RJ  
 Grupo Pluralidade e Diversidade - Duque de Caxias - RJ  
 ONG Movimento da Diversidade Sexual – Macaé - RJ  
 Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu – AGANI – Mesquita - RJ  
 Grupo Atividade EN'atividade – GAEN – Natividade - RJ  
 GDN - Grupo Diversidade Niterói – Niterói - RJ  
 Grupo Sete Cores – Niterói - RJ  
 Amores- Organização Não Governamental de Apoio à Diversidade Sexual - Nova Friburgo – RJ  
  
 Grupo 28 de Junho- pela Cidadania Homossexual - Nova Iguaçu - RJ  
 ATOBÁ- Movimento de Afirmação Homossexual - Rio de Janeiro - RJ  
 CHARLATHS - Rio de Janeiro - RJ  
 Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual - Rio de Janeiro - RJ



Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos e Combate à Homofobia - Rio de Janeiro – RJ

Movimento D'ELLAS - Rio de Janeiro - RJ

Turma OK - Rio de Janeiro - RJ

Cidadania Gay - Sao Gonçalo - RJ

Associação das Travestis do Rio Grande do Norte – ASTRARN – Natal - RN

Grupo de Afirmação Homossexual Potiguar – GAHP – Natal - RN

Grupo Habeas Corpus Potiguar – Natal - RN

Grupo Igualdade de Guaíba – Guaíba - RS

Igualdade - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul - Porto Alegre – RS

Outra Visão – Grupo GLTB - Porto Alegre - RS

Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade - Porto Alegre - RS

Grupo Igualdade de Tramandaí – Tramandaí - RS

GAYRO - Grupo Arco-Íris de Rondônia – Cacoal - RO

GGR - Grupo Gay de Rondônia - Porto Velho - RO

Tucuxi- Núcleo de Promoção da Livre Orientação Sexual - Porto Velho - RO

Grupo Beija-flor Organização em Defesa da Livre Orientação e Expressão Sexual – Vilhena – RO

Associação Roraimense Pela Diversidade Sexual - Boa Vista - RR

ADEH-Nostro Mundo – Florianópolis - SC

Associação Arco-Iris – Joinville - SC

GATA - Associação de Transgêneros da Amurel Tubarão - SC

Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual – Campinas - SP

Grupo Gay de Guarujá – Guarujá - SP

Lésbicas Organizadas da Baixada Santista – LOBAS – Guarujá - SP

ONG Reintegrando Vidas – REVIDA – Jacareí - SP

CASVI - Centro de Apoio e Solidariedade à Vida – Piracicaba - SP

Grupo Rosa Vermelha - Ribeirão Preto - SP

Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual - ABCD'S - Santo André - SP

Lésbicas e Gays do Litoral – LEGAL – Santos - SP

ONG Visibilidade LGBT - São Carlos - SP

Associação de Populações Vulneráveis – APV - São José do Rio Preto - SP

Associação Rio-Pretense de Travestis, Transexuais e Simpatizantes - ARTT'S  
- São José do Rio Preto – SP

Grupo de Amparo ao Doente de Aids – GADA - São José do Rio Preto - SP

Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo - São Paulo - SP

Associação de Pessoas GLSBT – Ser Humano - São Paulo - SP

CFL - Coletivo de Feministas Lésbicas - São Paulo - SP

Instituto Edson Nêris - São Paulo - SP

CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor - São Paulo - SP

Associação Vida Esperança - São Vicente - SP

Associação de Defesa Homossexual de Sergipe – ADHONS – Aracajú - SE

ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania GLTB – Aracajú - SE

Unidas de Travestis – Aracajú - SE

Associação Grupo Ipê Amarelo pela Livre Orientação Sexual – GIAMA –  
Palmas - TO

### **Categoria: Organizações Colaboradoras**

GAAC- Grupo Anti-aids de Camaçari – Camaçari - BA

Centro Anti-aids de Feira de Santana - Feira de Santana - BA

Associação dos Moradores do Pontal – AMOP – Ilhéus - BA

Centro Baiano Anti-Aids – Salvador - BA

Centro de Cidadania Sexual do GAPA-BA – Salvador - BA

Grupo Palavra de Mulher Lésbica – Salvador - BA

Associação das Prostitutas do Ceará – Fortaleza - CE

Rede Solidariedade Positiva – CE

Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, violência e turismo sexual  
contra crianças – Brasília – DF

Sociedade Oásis – Anápolis - GO

Grupo Amor e Vida – Ceres - GO

Associação de Negros do Estado de Goiás – Goiânia - GO

Centro de Valorização da Mulher – Goiânia - GO

Comunidade Asha – Goiânia - GO

GOS - Grupo de Orientação ao Soropositivo HIV+ - Goiânia - GO

Centro de Protagonismo Juvenil - Campo Grande - MS

Grupo Assistencial Experiência e Vida Ivandro Reis de Matos – GAE-Vida - Três Lagoas – MS

GAPA-PA - Grupo de Apoio à prevenção à Aids do Pará – Belém - PA

Associação de Luta pela Vida – PR

Grupo Semente da Vida – Colombo - PR

CEPAC - Centro Paranaense da Cidadania – Curitiba - PR

Rede Solidariedade – Curitiba - PR

RNP+ Curitiba e Região Metropolitana – Curitiba - PR

Núcleo de Ação Solidária à Aids – NASA - Foz do Iguaçu - PR

Voz pela Vida – Maringá - PR

ABDS- Associação Afro-Brasileira de Desenvolvimento Social - São José dos Pinhais – PR

GRUVCAP- Grupo de Voluntário de Cajueiro da Praia - Cajueiro da Praia - PI

Assistência Filantrópica a Aids de Araruana – AFADA – Araruana - RJ

Associação Irmãos da Solidariedade – Campos - RJ

Associação Viver – Itaperuna - RJ

Grupo Pela Vidda Niterói – Niterói - RJ

Movimento Acorda Cabuçu - Nova Iguaçu - RJ

AMOLP - Rio de Janeiro - RJ

GCC- Grupo de Convivência Cristã - Rio de Janeiro - RJ

Grupo Água Viva de Prevenção à Aids - Rio de Janeiro - RJ

Grupo de Mulheres Felipa de Sousa - Rio de Janeiro - RJ

Grupo Pela Vidda/ RJ - Rio de Janeiro - RJ

Programa Integrado de Marginalidade – PIM - Rio de Janeiro - RJ

RNP+ Núcleo - Rio de Janeiro - RJ

STVBrasil - Sociedade Terra Viva – Natal - RN

Grupo Esperança – Alegrete - RS

FAPA- Frente de Apoio e Prevenção da Aids - Caxias do Sul - RS

APROSVI- Associação dos Profissionais do sexo do Vale do Itajaí - Balneário Camboriu – SC

Instituto Arco-Íris – Florianópolis - SC

GAIVP – Grupo de Apoio e Incentivo à Vida Positiva - Campo Limpo Paulista - SP

GASA- Grupo Ap. Sol. Paciente com AIDS – Catanduva - SP

Centro de Convivência Joanna d'Arc – Guarujá - SP

Grupo de Apoio Amor à Vida - São Bernardo do Campo - SP

APRENDA- Associação Paulista de Redutores de Danos - São José do Rio Preto – SP

GADA - Grupo de Amparo ao Doente de Aids - São José do Rio Preto - SP

Grupo de Amparo ao Doente de Aids – GADA - São José do Rio Preto - SP

GAPA SJC – Grupo de Apoio à prevenção à Aids- São José dos Campos - SP

APTA - Associação para Prevenção e Tratamento da Aids - São Paulo - SP

Associação Civil Anima - São Paulo - SP

Associação de Incentivo à Educação e à Saúde de São Paulo – AIESSP - São Paulo- SP

Grupo Prisma - São Paulo - SP

### **Categoria: Organizações Parcerias**

Articulação Nacional das Travestis e Transexuais - ANTRA

Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

E-Jovem

ABRAGAY - Associação Brasileira de Gays

GPH - Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais

## ANEXO 2- LISTAGEM DAS ONGS NA INTERNET ( BLOGS/ SITES WEB/ REDES SOCIAIS)

Nome	UF	Tempo de Existência	Parcerias	Afiliações Acadêmicas	Site/Blog	Atualização	Orkut	Facebook	Twitter	Youtube
Associação de Homossexuais do Acre	AC	9 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não*	Não	Não	Não
Sohmos Gays. Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de Arapiraca	AL	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo de Gays, Lésbicas da Cidade de Delmiro Gouveia – GLAD	AL	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Afinidades – GLSTAL	AL	8 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.afinidadesglstal.al.org.br/">http://www.afinidadesglstal.al.org.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Associação de Homossexuais de Complexo Benedito Bentes – AHCBB	AL	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação de Jovens GLBTs de Alagoas – ARTJOVEM	AL	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação de Jovens GLBTs de Alagoas – ARTJOVEM	AL	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Filhos do Axé	AL	Não encontrado	Federal	Não	<a href="http://gruposfilhosdoaxe.blogspot.com.br/">http://gruposfilhosdoaxe.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Gay de Alagoas	AL	16 ANOS	Federal/ Estadual	Não encontrado	<a href="http://www.ggal.al.org.br/">http://www.ggal.al.org.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Pró-Vida – LGBT	AL	Não encontrado	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Grupo Enfrentar	AL	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Ghata - Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá	AP	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
MGLTM - Movimento de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Manacapuru	AM	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação Amazonense de GLT	AM	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação das Travestis do Amazonas – ATRAAM	AM	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação Homossexual do Estado do Amazonas	AM	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação Orquídeas GLBT	AM	Não encontrado	Federal	Não	<a href="http://www.orkuideasglbt.blogspot.com.br/">http://www.orkuideasglbt.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Sim	Não	Não
Organização Homossexual Geral de Alagoinhas – OHGA	BA	4 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Gay de Camaçari	BA	Não encontrado	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Fund e Assoc de Ação Social e DH GLBT de Canavieiras e Região	BA	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Gay de Dias D'Ávila	BA	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Liberdade, Igualdade e Cidadania Homossexual – GLICH	BA	9 anos	Federal	Não	<a href="http://glichsa.blogspot.com.br">http://glichsa.blogspot.com.br</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Transfênea	BA	Não encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Eros – Grupo de Apoio e Luta pela Livre	BA	Não	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não





Instituto Horizontes da Paz	MG	11 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
MGD - Movimento Gay de Divinópolis	MG	6 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://mgd-mg.webnode.pt/">http://mgd-mg.webnode.pt/</a>	Não	Sim	Não	Não	Não
MGS - Movimento Gay e Simpatizantes do Vale do Aço	MG	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GALDIUM - Grupo de Apoio Luta e Defesa dos Interesses das Minorias	MG	7 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
MGM - Movimento Gay de Minas	MG	11 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.mgm.org.br/">http://www.mgm.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Não	Não
MGG - Movimento Gay dos Gerais	MG	7 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://movimentogaydosgerais.blogspot.com.br">http://movimentogaydosgerais.blogspot.com.br</a>	Não	Sim	Não	Não	Não
Movimento Gay de Nanuque	MG	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Movimento Gay da Região das Vertentes – MGRV	MG	5 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFSJ	<a href="http://www.mgrv.org.br">http://www.mgrv.org.br</a>	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Shama - Associação Homossexual de Ajuda Mútua	MG	8 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://shama-udi.blogspot.com.br/">http://shama-udi.blogspot.com.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Libertos Comunicação	MG	10 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.libertos.com.br/">http://www.libertos.com.br/</a>	Sim	Sim	Não	Não	Não
APOLO - Grupo Pela Livre Orientação Sexual	PA	Não Encontrado	Federal	Não	<a href="http://www.ongapolo.blogspot.com.br/">http://www.ongapolo.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Cidadania, Orgulho e Respeito – COR	PA	Não Encontrado	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Homossexual do Pará	PA	9 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFGA	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Movimento Homossexual de Belém	PA	21 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFGA	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação dos Homossexuais de Campina Grande, Estado da Paraíba - AHCG/PB	PB	Não Encontrado	Federal	Não	<a href="http://ahcgpb.blogspot.com.br/">http://ahcgpb.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Gayreiros do Vale do Paraíba – GVP	PB	9 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.gayreiros.com.br/">http://www.gayreiros.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Associação das Travestis da Paraíba – ASTRAPA	PB	8 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFPB	<a href="http://www.astrapa.blogspot.com.br/">http://www.astrapa.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Movimento do Espírito Lilás – MEL	PB	20 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFPB	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Expressões - direitos humanos, cultura e cidadania	PR	7 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Associação Paranaense da Parada da Diversidade – APPAD	PR	7 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.paradadiversidade.org.br">http://www.paradadiversidade.org.br</a>	Sim	Sim	Sim	Não	Não

Movimento Gay Leões do Norte	PE	11 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.leoesdonorte.org.br/">http://www.leoesdonorte.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Satyricon- Grupo de Apoio e Defesa da Orientação Sexual	PE	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Atos de Cidadania	PE	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Unificado de Apoio à Diversidade Sexual de Parnaíba – O GUARÁ	PI	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação de Travestis do Piauí – ATRAPI	PI	Não Encontrado	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://associacaotravestisdopiaui.blogspot.com.br/">http://associacaotravestisdopiaui.blogspot.com.br/</a>	Sim	Não	Não	Não	Não
Grupo Triângulo Rosa	RJ	25 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.vibeflog.com/triangulorosa/">http://www.vibeflog.com/triangulorosa/</a>	Não	Sim	Sim	Não	Não
Grupo Cabo Free de Conscientização Homossexual	RJ	8 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo Iguals - Conscientização Contra o Preconceito	RJ	4 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Grupo Esperança	RJ	Não Encontrado	Federal	Não	<a href="http://www.ongesperanca.blogspot.com.br/">http://www.ongesperanca.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Pluralidade e Diversidade	RJ	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ONG Movimento da Diversidade Sexual	RJ	7 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.ongmlds.blogspot.com.br/">http://www.ongmlds.blogspot.com.br/</a>	Sim	Não	Não	Não	Não
Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu – AGANI	RJ	23 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.aganim.org.br/site/">http://www.aganim.org.br/site/</a>	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Grupo Atividade EN'atividade – GAEN	RJ	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GDN - Grupo Diversidade Niterói	RJ	7 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.gdn.org.br/">http://www.gdn.org.br/</a>	Não	Sim	Sim	Não	Não
Grupo Sete Cores	RJ	9 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://br.groups.yahoo.com/group/gruposetecores/?tab=s">http://br.groups.yahoo.com/group/gruposetecores/?tab=s</a>	Não	Sim	Não	Não	Não
Amores- Organização Não Governamental de Apoio à Diversidade Sexual -	RJ	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo 28 de Junho- pela Cidadania Homossexual	RJ	17 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://noticiasgrupo28dejunho.blogspot.com.br/">http://noticiasgrupo28dejunho.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
ATOBÁ- Movimento de Afirmação Homossexual	RJ	26 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
CHARLATHS	RJ	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Arco-Iris de Conscientização Homossexual	RJ	18 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFRJ	<a href="http://www.arco-iris.org.br/">http://www.arco-iris.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Instituto Arco-Iris de Direitos Humanos e Combate à Homofobia	RJ	18 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://grupoarcoirisj.blogspot.com.br/">http://grupoarcoirisj.blogspot.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Movimento D'ELLAS	RJ	18 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim



GATA - Associação de Transgêneros da Amurel Tubarão	SC	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual	SP	13 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.identidade.org.br/">http://www.identidade.org.br/</a>	Sim	Sim*	Sim	Não	Não	Não	Não
Grupo Gay de Guarujá	SP	15 anos	Federal/ Estadual	Sim/ Unifesp/ Unaerp/ Uniesp	<a href="http://www.joanadarc.org/">http://www.joanadarc.org/</a>	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Lésbicas Organizadas da Baixada Santista – LOBAS	SP	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
ONG Reintegrando Vidas – REVIDA	SP	7 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.ongrevida.blogspot.com.br/">http://www.ongrevida.blogspot.com.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CASVI – Centro de Apoio e Solidariedade à Vida	SP	19 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.casvi.com.br/">http://www.casvi.com.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Grupo Rosa Vermelha	SP	16 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.geocities.ws/rosavrp/rvhist.htm">http://www.geocities.ws/rosavrp/rvhist.htm</a>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual - ABCD'S	SP	7 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://lgbt.noabc.wordpress.com/os-eventos/abcds/">http://lgbt.noabc.wordpress.com/os-eventos/abcds/</a>	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Lésbicas e Gays do Litoral – LEGAL	SP	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
ONG Visibilidade LGBT	SP	2 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.visibilidadeigbt.org/">http://www.visibilidadeigbt.org/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Associação de Populações Vulneráveis – APV	SP	9 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://a-pv.webnode.com.br/">http://a-pv.webnode.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação Rio-Pretense de Travestis, Transexuais e Simpatizantes - ARTT'S -	SP	19 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.artts.com.br/">http://www.artts.com.br/</a>	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Grupo de Amparo ao Doente de Aids – GADA	SP	18 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.gada.org.br/site-novo/">http://www.gada.org.br/site-novo/</a>	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo	SP	12 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.paradasp.org.br/">http://www.paradasp.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação de Pessoas GLSBI – Ser Humano	SP	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
CFL - Coletivo de Feministas Lésbicas	SP	13 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.convencion.org.uy/menu5-104.htm">http://www.convencion.org.uy/menu5-104.htm</a>	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Instituto Edson Néris	SP	10 anos	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor	SP	16 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/USP	<a href="http://www.corsa.org.br/">http://www.corsa.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Associação Vida Esperança	SP	15 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.avesv.com.br/">http://www.avesv.com.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Associação de Defesa Homossexual de Sergipe – ADHONS	SE	8 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Sim/UFS	<a href="http://educandoparadiversidade.blogspot.com.br/">http://educandoparadiversidade.blogspot.com.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim

Comunidade Asha	GO	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GOS - Grupo de Orientação ao Soropositivo HIV+	GO	Não Encontrado	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Centro de Protagonismo Juvenil	MS	Não Encontrado	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Assistencial Experiência e Vida Ivandro Reis de Matos – GAE Vida	MS	19 anos	Federal/ Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GAPA-PA - Grupo de Apoio à prevenção à Aids do Pará	PA	24 anos	Federal/ Estadual	Sim/UFGA	<a href="http://www.ufpa.br/gapa/historia.html">http://www.ufpa.br/gapa/historia.html</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Associação de Luta pela Vida	RO	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Semente da Vida	PR	4 anos	Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
CEPAC-Centro Paranaense de Cidadania	PR	16 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.cepac.org.br/blog/">http://www.cepac.org.br/blog/</a>	Sim	Não	Sim	Não	Não
Rede Solidariedade	PR	Não Encontrado	Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
RNP+ Curitiba e Região Metropolitana	P	10 anos	Estadual/ Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Voz pela Vida	PR	5 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.atini.org/">http://www.atini.org/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
ABDS- Associação Afro-Brasileira de Desenvolvimento Social - São José dos Pinhais	PR	Não Encontrado	Federal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GRUVAP- Grupo de Voluntário de Cajueiro da Praia	PI	Não Encontrado	Estadual	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Assistência Filantrópica a Aids de Araruama – AFADA	RJ	Não Encontrado	Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação Irmãos da Solidariedade	RJ	23 anos	Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.irmaosdasolidariedade.org.br/">http://www.irmaosdasolidariedade.org.br/</a>	Sim	Não	Sim	Não	Não
Associação Viver	RJ	Não Encontrado	Estadual/ Municipal	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Grupo Pela Vida Niterói	RJ	20 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.pelavida-niteroi.org.br/wp_portugues/">http://www.pelavida-niteroi.org.br/wp_portugues/</a>	Sim	Não	Sim	Não	Não
Movimento Acorda Cabuçu	RJ	Não Encontrado	Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
AMOLP	RJ	Não Encontrado	Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
GCC- Grupo de Convivência Cristã	RJ	Não Encontrado	Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Água Viva de Prevenção à Aids	Rj	17 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.grupoaguaviva.org.br/">http://www.grupoaguaviva.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Grupo de Mulheres Felipa de Sousa	RJ	13 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://felipadesousa.org/">http://felipadesousa.org/</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Grupo Pela Vida/ RJ	RJ	22 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.pelavida.org.br/site/?page_id=2">http://www.pelavida.org.br/site/?page_id=2</a>	Não	Não	Não	Não	Não
Programa Integrado de Marginalidade – PIM	RJ	Não Encontrado	Estadual/ Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não



APTA - Associação para Prevenção e Tratamento da Aids	SP	19 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Associação Civil Anima	SP	17 anos	Federal/ Estadual	Não	<a href="http://www.anima.org.br/home.asp">http://www.anima.org.br/home.asp</a>	Sim	Sim	Sim	Sim
Associação de Incentivo à Educação e à Saúde de São Paulo	SP	Não Encontrado	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://alessp.com.br/">http://alessp.com.br/</a>	Não	Não	Não	Não
Grupo Prisma	SP	Não Encontrado	Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://grupoprisma.blogspot.com.br/">http://grupoprisma.blogspot.com.br/</a>	Não	Sim	Não	Não
Articulação Nacional das Travestis e Transsexuais - ANTRA	X	11 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.grupos.com.br/group/antra">http://www.grupos.com.br/group/antra</a>	Sim	Sim	Não	Não
Articulação Brasileira de Lésbicas	X	7 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.ablesbicas.kit.net/oqe.htm">http://www.ablesbicas.kit.net/oqe.htm</a>	Não	Sim	Não	Não
E-Jovem	X	10 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.e-jovem.com/">http://www.e-jovem.com/</a>	Não	Não	Sim	Sim
ABRAGAY - Associação Brasileira de Gays	X	Não Encontrado	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://abragay.blogspot.com.br/">http://abragay.blogspot.com.br/</a>	Não	Sim	Não	Não
GPH - Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais	X	12 anos	Federal/ Estadual/ Municipal	Não	<a href="http://www.gph.org.br/">http://www.gph.org.br/</a>	Sim	Sim	Sim	Não